



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

INQUI

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO SETORIAL 2018

CAMPO GRANDE, MS  
2019

## COMISSÃO SETORIAL DE AVALIAÇÃO

Instrução de Serviço nº 56 /INQUI, de 21 de Novembro de 2018

## Docentes:

Giuseppe Abíola Câmara da Silva - Presidente

Leandro Moreira de Campos Pinto

## Técnico-administrativos:

Luciana Marçal Ravaglia

Leopoldo Albigesi Barbosa

## Estudantes:

Simone Reis Santos

## DIRIGENTE DA UNIDADE

Prof. Lincoln Carlos Silva de Oliveira

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Representação da Comunidade Acadêmica na CSA	16
Tabela 2	Adesão dos diferentes segmentos na autoavaliação institucional	17
Tabela 3	Conceito Enade e CPC dos cursos da UAS	18
Tabela 4	Cursos oferecidos pela UAS e número de vagas em 2018	33
Tabela 5	Programas, ações e beneficiados relativos às políticas de ensino de graduação - 2018	33
Tabela 6	Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu oferecidos pela UAS, matrículas e conceitos CAPES - 2018	37
Tabela 7	Programas, ações e beneficiados relativos às políticas de ensino realizadas na pós-graduação Stricto Sensu - 2018	38
Tabela 8	Número de estudantes em Iniciação Científica - Ciclo 2017/2018	44
Tabela 9	Projetos de extensão na unidade em 2018	49
Tabela 10	Número de estudantes beneficiados por Auxílios e bolsas - 2018	66
Tabela 11	Titulação e regime de trabalho dos docentes do INQUI	74
Tabela 12	Tabela com número de docentes em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado em 2018 (afastados ou não)	75
Tabela 13	Participação em cursos e auxílio para eventos	76
Tabela 14	Número de técnico-administrativos na Unidade	79
Tabela 15	Participação de técnico-administrativos em cursos na IES e auxílios para participação em eventos/cursos	79
Tabela 16	Número de técnico-administrativos em qualificação acadêmica na graduação ou em programas pós-graduação em 2018 (afastados ou não)	80
Tabela 17	Número de servidores e equipamentos	92
Tabela 18	Descrição das salas de aula do INQUI - 2018	96
Tabela 19	Descrição dos auditórios do INQUI - 2018	99
Tabela 20	Salas de professores e espaços para atendimento aos docentes - 2018	104
Tabela 21	Descrição dos espaços de convivência e de alimentação	107
Tabela 22	Descrição de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas - 2018	112
Tabela 23	Descrição das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	115
Tabela 24	Descrição das Instalações Sanitárias. 2018	119
Tabela 25	Auxílios recebidos por estudantes do curso	153
Tabela 26	Número de docentes que compõem o Colegiado de Curso e NDE, Número de Estudantes que compõem o Colegiado de Curso, por curso de graduação do INQUI - 2018.	162

## Lista de Gráficos

Gráfico 1	Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelo diretor	20
Gráfico 2	Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos coordenadores de pós-graduação	21
Gráfico 3	Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos docentes	22
Gráfico 4	Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos estudantes de graduação presencial	23
Gráfico 5	Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos técnicos-administrativos	24
Gráfico 6	Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Diretores da UAS	27
Gráfico 7	Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Coordenadores de Cursos de Pós-graduação	28
Gráfico 8	Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Docentes	29
Gráfico 9	Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Discentes- graduação presencial	30
Gráfico 10	Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos técnico-administrativos	31
Gráfico 11	Avaliação das políticas de ensino pelo diretor	34
Gráfico 12	Avaliação das políticas de ensino pelo coordenador de pós-graduação	35
Gráfico 13	Avaliação das políticas de ensino pelos Docentes	36
Gráfico 14	Avaliação das políticas de ensino da pós-graduação Strictu Sensu pelo diretor	40
Gráfico 15	Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelo coordenador de pós-graduação	41
Gráfico 16	Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelos docentes	42
Gráfico 17	Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelo diretor	45

Gráfico 18	Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos coordenadores de pós-graduação	46
Gráfico 19	Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos docentes	47
Gráfico 20	Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos estudantes de graduação	48
Gráfico 21	Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelo diretor	50
Gráfico 22	Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos docentes	51
Gráfico 23	Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos estudantes de graduação	52
Gráfico 24	Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelo diretor	55
Gráfico 25	Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelos docentes	56
Gráfico 26	Avaliação das políticas para internacionalização pelo diretor	58
Gráfico 27	Avaliação das políticas para internacionalização pelos docentes	59
Gráfico 28	Avaliação das políticas para internacionalização pelos estudantes de graduação	60
Gráfico 29	Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelo diretor	62
Gráfico 30	Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos docentes	63
Gráfico 31	Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos estudantes de graduação	64
Gráfico 32	Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelo diretor	67
Gráfico 33	Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos docentes	68
Gráfico 34	Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos estudantes de graduação	69
Gráfico 35	Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelo diretor	71
Gráfico 36	Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos docentes	72

Gráfico 37	Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos estudantes de graduação	73
Gráfico 38	Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelo diretor	77
Gráfico 39	Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelos docentes	77
Gráfico 40	Avaliação da política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo pelo diretor	81
Gráfico 41	Avaliação da política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo pelos técnicos-administrativos	81
Gráfico 42	Avaliação dos processos de gestão institucional pelo diretor	84
Gráfico 43	Avaliação dos processos de gestão institucional pelos docentes	85
Gráfico 44	Avaliação dos processos de gestão institucional pelos estudantes de graduação	85
Gráfico 45	Avaliação dos processos de gestão institucional pelos técnicos-administrativos	86
Gráfico 46	Avaliação da sustentabilidade financeira pelo diretor	89
Gráfico 47	Avaliação da sustentabilidade financeira pelos técnicos-administrativos	90
Gráfico 48	Avaliação das instalações administrativas pelo diretor	94
Gráfico 49	Avaliação das instalações administrativas pelo(s) técnico(s) administrativo(s)	95
Gráfico 50	Avaliação das salas de aula pelo diretor	97
Gráfico 51	Avaliação das salas de aula pelos docentes	98
Gráfico 52	Avaliação dos auditórios pelo diretor	100
Gráfico 53	Avaliação dos auditórios pelo(s) docente(s)	101
Gráfico 54	Avaliação dos auditórios pelo(s) técnico(s) administrativo(s)	102
Gráfico 55	Avaliação dos auditórios pelo(s) discente(s) de graduação	103
Gráfico 56	Avaliação das salas de professores pelo diretor	105
Gráfico 57	Avaliação das salas de professores pelo(s) docente(s)	106

Gráfico 58	Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo diretor	108
Gráfico 59	Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) docente(s)	109
Gráfico 60	Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) técnico(s) administrativo(s)	110
Gráfico 61	Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) discente(s) de graduação	111
Gráfico 62	Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo diretor	113
Gráfico 63	Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo(s) docente(s)	114
Gráfico 64	Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo diretor	116
Gráfico 65	Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) docente(s)	117
Gráfico 66	Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) técnico(s) administrativo(s)	118
Gráfico 67	Avaliação das instalações sanitárias pelo diretor	120
Gráfico 68	Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) docente(s)	121
Gráfico 69	Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) técnico(s) administrativo(s)	122
Gráfico 70	Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) discente(s) de graduação	123
Gráfico 71	Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo diretor	125
Gráfico 72	Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) docente(s)	126
Gráfico 73	Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) técnico(s) administrativo(s)	127
Gráfico 74	Avaliação das políticas de ensino pelos discentes	132
Gráfico 75	Avaliação das políticas de ensino pelos docentes do curso	133
Gráfico 76	Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos discentes	134

Gráfico 77	Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos docentes	135
Gráfico 78	Avaliação das políticas de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte pelos discentes	136
Gráfico 79	Avaliação das políticas de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte pelos docentes	137
Gráfico 80	Avaliação das disciplinas e desempenho docente pelos discentes. 2018.1	145
Gráfico 81	Avaliação das disciplinas e desempenho docente pelos discentes. 2018.2	146
Gráfico 82	Avaliação das disciplinas e autoavaliação do desempenho docente pelos docentes	148
Gráfico 83	Autoavaliação do desempenho discente. 2018.1	150
Gráfico 84	Autoavaliação do desempenho discente. 2018.2	151
Gráfico 85	Avaliação do desempenho discente pelos docentes	152
Gráfico 86	Avaliação das políticas de atendimento aos estudantes pelos discentes	154
Gráfico 87	Avaliação das políticas de atendimento aos estudantes pelos docentes	155
Gráfico 88	Avaliação da política institucional e ações de estímulo à produção estudante e à participação em eventos pelos discentes	156
Gráfico 89	Avaliação da política institucional e ações de estímulo à produção estudante e à participação em eventos pelos docentes	157
Gráfico 90	Avaliação dos processos de gestão institucional pelos discentes	159
Gráfico 91	Avaliação dos processos de gestão institucional pelos docentes	160
Gráfico 92	Avaliação do NDE e Colegiado de Curso pelos discentes	162
Gráfico 93	Avaliação do NDE e Colegiado de Curso pelos docentes	163
Gráfico 94	Avaliação da Coordenação de Curso pelos discentes	166

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 UNIDADE SETORIAL .....	13
2.1 Histórico.....	13
Em 1981, a UFMS iniciou a implantação do curso de Licenciatura Plena em Química, com 20 alunos, autorizado pela portaria RTR/UFMS 91-A, de 20/10/1980, e reconhecido pela portaria MEC 476, de 19/11/1984 (publicada no Diário Oficial da União em 22/11/1984), juntamente com outros cursos no campus de Campo Grande (Biologia, Física Matemática, Pedagogia e Educação Artística). .....	13
Em 1990 foi implantado o curso de Bacharelado em Química Tecnológica, também com 20 alunos, autorizado pela resolução COUN/UFMS 27, de 20/9/1990, e reconhecido pela portaria MEC 476, de 19/11/1984 (publicada no Diário Oficial da União em 22/11/1984). .....	13
2.2 Planejamento de desenvolvimento da unidade .....	15
3 AVALIAÇÃO DA UNIDADE .....	16
3.1 EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.....	16
3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação .....	16
3.1.1.1 Processo de autoavaliação na Unidade.....	16
3.1.1.2 Avaliações externas .....	18
3.1.1.3 Percepção da comunidade acadêmica .....	19
3.2 EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional .....	26
3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional .....	26
3.3 EIXO 3 - Políticas Acadêmicas.....	32
3.3.1. Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão .....	32
3.3.1.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação .....	32
3.3.1.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de graduação .....	34
3.3.1.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	37
3.3.1.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de pós-graduação .....	39
3.3.1.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural. ....	43
3.3.1.6 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.....	44
3.3.1.7 Políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte .....	48
3.3.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte .....	49
3.3.1.9 Política institucional de acompanhamento dos egressos .....	54
3.3.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional de acompanhamento dos egressos .....	54
3.3.1.11 Política institucional para internacionalização .....	57
3.3.1.12 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional para internacionalização.....	57
3.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade .....	61

3.3.2.1 Comunicação da Unidade Setorial com a comunidade interna e externa .....	61
3.3.2.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre a comunicação da UFMS com a comunidade interna e externa .....	61
3.3.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes .....	65
3.3.3.1 Política de atendimento aos discentes .....	65
3.3.3.2. Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes .....	66
3.3.3.3 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos.....	69
3.3.3.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos .....	70
3.4 EIXO 4 - Políticas de Gestão .....	74
3.4.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal.....	74
3.4.1.1 Titulação do corpo docente.....	74
3.4.1.2 Política de capacitação docente e formação continuada.....	75
3.4.1.3 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação docente.....	76
3.4.1.4 Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo .....	78
3.4.1.5 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo .....	80
3.4.2. Dimensão 6: Organização e Gestão de Instituição .....	82
3.4.2.1 Processos de gestão institucional.....	82
3.4.2.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre os processos de gestão institucional .....	83
3.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira .....	86
3.4.3.1 Sustentabilidade financeira .....	87
3.4.3.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre a sustentabilidade financeira.....	87
3.5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA.....	91
3.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura Física.....	91
3.5.1.1 Instalações administrativas .....	91
3.5.1.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações administrativas .....	93
3.5.1.3 Salas de aula .....	96
3.5.1.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de aula .....	96
3.5.1.5 Auditório(s).....	99
3.5.1.6 Percepção da comunidade acadêmica sobre o(s) auditório(s) .....	99
3.5.1.7 Sala de professores e espaços para atendimento aos discentes.....	104
3.5.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de professores e espaços para atendimento aos discentes.....	104
3.5.1.9 Espaços de convivência e de alimentação .....	107
3.5.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação .....	107
3.5.1.11 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.....	112

3.5.1.12	Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.....	112
3.5.1.13	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA .....	115
3.5.1.14	Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA ....	115
3.5.1.15	Biblioteca: infraestrutura .....	115
3.5.1.16	Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura da Biblioteca .....	115
3.5.1.17	Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente .....	115
3.5.1.18	Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de apoio de informática ou estrutura equivalente .....	116
3.5.1.19	Instalações sanitárias.....	119
3.5.1.20	Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações sanitárias.....	119
3.5.1.22	Percepção da comunidade acadêmica sobre os recursos de tecnologias de informação e comunicação .....	124
4	AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO .....	128
4.1	Curso de LICENCIATURA EM QUÍMICA.....	128
4.1.1	Organização didático-pedagógica .....	128
4.1.1.1	Objetivos do curso e perfil do egresso .....	129
4.1.1.2	Conteúdos curriculares e metodologia .....	138
4.2	Curso Bacharelado em Química Tecnológica .....	139
4.2.1.1	Objetivos do curso e perfil do egresso .....	140
4.2.1.2	Conteúdos curriculares e metodologia .....	143
4.3	Apoio ao discente .....	153
4.4	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa .....	158
4.5	Corpo docente e tutorial .....	161
4.5.1	Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	161
4.5.2	Atuação do(a) coordenador(a) de Curso de graduação .....	164
5	BALANÇO CRÍTICO .....	167
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	167

## 1 INTRODUÇÃO

A Comissão Setorial de Avaliação (CSA) do Instituto de Química (INQUI), por meio deste Relatório, apresenta o desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional, orientado pela Comissão Própria de Avaliação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme as determinações da Lei n.º 10.861/2004. São descritas as etapas de execução da autoavaliação institucional no âmbito da Unidade Acadêmicas Setoriais - UAS, que compreendem a sensibilização, acompanhamento do preenchimento da consulta à comunidade, tratamento e análise dos resultados, divulgação para os membros do INQUI, acompanhamento e registro de decorrências da autoavaliação e balanço crítico.

O objetivo deste relatório é disseminar aos estudantes, professores, técnico-administrativos, coordenadores de cursos e diretores de unidades, a percepção da comunidade sobre o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, especificamente no âmbito do INQUI, apontando as potencialidades e fragilidades, bem como subsidiar a CPA na elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional da UFMS.

Além da divulgação dos processos e resultados à comunidade, intenta-se desenvolver uma cultura de avaliação institucional, o que significa estimular a ação cidadã de participação na esfera pública, o processo reflexivo contínuo sobre a qualidade das ações institucionais e seus vínculos com as demandas sociais, a relação de efetivo pertencimento dos membros da comunidade universitária ao espaço da universidade e que a utilização dos processos avaliativos possam subsidiar os diferentes níveis de gestão da universidade.

Este Relatório está estruturado em quatro partes. Na primeira consta a contextualização da Unidade Administrativa Setorial, seu histórico e o desenvolvimento do planejamento da respectiva UAS.

Na segunda parte são expostos os resultados da avaliação relativos ao ano de 2018. A escolha em apresentar esses resultados por eixos e dimensões da avaliação, conforme definidos no art. 3º da Lei nº 10.861/2004, deve-se ao fato de que os Relatórios das CSAs subsidiam o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional da UFMS, regido pela Nota Técnica nº 65/2014, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que define o Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, a partir de 5 eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura Física. Neste relatório, em especial, não será abordado o

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional, que compreende as Dimensões 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.

Para melhor articular os eixos, dimensões e indicadores, da avaliação interna e externa, foram utilizados os indicadores dos instrumentos de avaliação externa para Credenciamento e Recredenciamento de Instituições e também para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos. Esses indicadores nortearam a reestruturação das questões presentes nos instrumentos de coleta - a consulta à comunidade, de modo a permitir maior articulação entre o diagnóstico que a UFMS faz de si e os aspectos a serem avaliados nas avaliações externas.

Na terceira parte é feito o Balanço Crítico da CSA/INQUI, em que são pontuados avanços e fragilidades do processo avaliativo, bem como propostas de ação para o ano subsequente. Na quarta e última parte são expostas as considerações finais.

## **2 UNIDADE SETORIAL**

### **2.1 Histórico**

Em 1981, a UFMS iniciou a implantação do curso de Licenciatura Plena em Química, com 20 alunos, autorizado pela portaria RTR/UFMS 91-A, de 20/10/1980, e reconhecido pela portaria MEC 476, de 19/11/1984 (publicada no Diário Oficial da União em 22/11/1984), juntamente com outros cursos no campus de Campo Grande (Biologia, Física Matemática, Pedagogia e Educação Artística).

Em 1990 foi implantado o curso de Bacharelado em Química Tecnológica, também com 20 alunos, autorizado pela resolução COUN/UFMS 27, de 20/9/1990, e reconhecido pela portaria MEC 476, de 19/11/1984 (publicada no Diário Oficial da União em 22/11/1984).

Em 1996 o Programa de Pós-Graduação em Química em nível de Mestrado foi recomendado pela CAPES, sendo implantado no Departamento de Química no primeiro semestre de 1997. Originalmente o programa contava com duas áreas de concentração: Química Orgânica e Físico-química, totalizando 10 vagas anuais. Em 2006 teve início o Programa de Pós-Graduação em Química em nível de Doutorado, na forma de convênio celebrado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com enfoque em

pesquisas sobre Química do Cerrado e do Pantanal. Em 2012, após processo de reestruturação do Curso em nível de Mestrado, foi criada uma única área de concentração – Química, e nove linhas de pesquisa. Neste mesmo ano foi recomendado pela CAPES o desmembramento do Programa Multiinstitucional e a criação do Programa de Pós-Graduação em Química da UFMS, agora com os níveis de mestrado e doutorado.

No que se refere à evolução do nível de titulação dos nossos docentes, em 1989, o corpo docente do Departamento de Química compunha-se por 61% de mestres, 11% de doutores e 28% de docentes que cursavam Doutorado. Em 2002 essa composição já era de 69% de doutores, 10% que cursavam Doutorado e 21% com Estágio Pós-Doutoral. Em 2013, quando da reorganização da estrutura da universidade, o Departamento de Química tornou-se o Instituto de Química da UFMS. A implantação dos cursos de graduação e pós-graduação possibilitou ao antigo Departamento de Química ampliar seu quadro docente, e atualmente o Instituto de Química (INQUI/UFMS) congrega 31 docentes em efetivo exercício, 30 dos quais com título de Doutor (96,7 %) e um com título de Mestre e fase de doutoramento.

De 1985 a 2002, formaram-se em Licenciatura em Química 116 alunos e, de 2003 a 2012, outros 63. De 1994 a 2002, concluíram o Bacharelado em Química 74 alunos, número que se elevou a 103 no período de 2003 a 2012. Totalizam-se assim 356 profissionais da área de Química colocados no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que, desse total de egressos dos cursos de Química da UFMS, 16,66% dos licenciados e 33,33% dos bacharéis cursaram pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Atualmente o Instituto de Química conta com 375 alunos matriculados: 229 de graduação (Bacharelado em Química Tecnológica e Licenciatura em Química) e 146 de pós-graduação (Mestrado e Doutorado).

O programa de pós-graduação em química, por sua vez, já titulou 247 mestres e 79 doutores desde a sua implementação em 1996. Neste cômputo, são considerados os dois programas de doutorado já citados.

No que se refere à infraestrutura, em setembro de 1989 foi concluída a construção de um prédio para o então Departamento, com área de 2.500 m<sup>2</sup>. Em outubro de 2000 foi também concluído um bloco de 120 m<sup>2</sup> para abrigar as disciplinas da área de Tecnologia,

seguido, em 2003, pelo novo Laboratório de Pesquisa 5, com 226 m<sup>2</sup>. Em novembro do mesmo ano, um prédio de 1.400 m<sup>2</sup> foi entregue, com salas de aula para graduação e pós-graduação e um anfiteatro, onde são realizadas defesas, seminários, palestras e outras cerimônias. Em 2004 foi inaugurado o Laboratório de Combustíveis (LabCom), de 200 m<sup>2</sup>, contendo instalações e equipamentos destinados à prestação de serviços de controle de qualidade e a pesquisas relacionadas à área. Logo após, foi concluída a construção do Laboratório de Pesquisa 6. Em novembro de 2016 foi inaugurado um novo prédio de 1200 m<sup>2</sup> em dois pavimentos, para abrigar salas de docentes, laboratórios e salas de aulas.

Atualmente, as instalações do Instituto de Química abrangem seis salas de aula para o ensino de graduação, três para o ensino de pós-graduação, um anfiteatro, quatro laboratórios de ensino, um laboratório de tecnologia industrial, dez laboratórios de pesquisa, duas salas de equipamentos para ensino e quatro de equipamentos para pesquisa, uma sala para técnicos e auxiliares de laboratório, uma oficina de vidraria, um almoxarifado de produtos químicos, 10 salas para professores, uma sala de informática para alunos, duas secretarias, salas para a coordenação de curso de graduação e de pós-graduação, uma sala de direção do setor e uma sala de estudo para alunos de pós-graduação, além de salas para o Programa de Educação Tutorial (PET), o Programa de Treinamento de Professores do Ensino Fundamental e Médio, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e para atividades dos Programas de Extensão na área de Ensino de Química.

## **2.2 Planejamento de desenvolvimento da unidade**

De acordo com o PDU do INQUI, e em consonância com as propostas expressas no último relatório, a partir de 2019 este instituto passa a oferecer mais um curso de graduação (Engenharia Química). Também foram feitas melhorias de infraestrutura (manutenção de banheiros, adequação de todas as salas de aula para oferta de aulas com projetores, etc). A respeito das altas taxas de evasão, abordadas no relatório anterior, várias vagas foram oferecidas para monitores nas disciplinas que mais reprovam, embora nem sempre estas ofertas sejam aproveitadas. Uma das fragilidades do INQUI diz respeito à falta de investimentos nos laboratórios de ensino. Alguns equipamentos foram adquiridos, mas estes se destinam a suprir as necessidades do novo curso de Engenharia Química, enquanto que os

curso pré-existent carecem de investimento tanto em itens de custeio de baixo valor quanto em equipamentos de médio porte.

### 3 AVALIAÇÃO DA UNIDADE

Neste item são expostos os eixos considerados para autoavaliação da unidade e suas respectivas dimensões, conforme a Lei nº 10.861/2004, observando-se a descrição dos aspectos analisados em cada eixo, suas fragilidades e potencialidades.

#### 3.1 EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

O Eixo 1 é composto apenas pela dimensão Planejamento e Avaliação, congregando o planejamento da autoavaliação institucional da UAS, seus resultados, potencialidades e fragilidades, bem como resultados das avaliações externas.

##### 3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Neste subitem são apresentadas informações sobre o planejamento e a execução da autoavaliação institucional no âmbito da unidade, os resultados das avaliações externas dos cursos e as ações corretivas decorrentes da autoavaliação.

##### 3.1.1.1 Processo de autoavaliação na Unidade

O processo de avaliação na Unidade é coordenado pela Comissão Setorial de Avaliação - CSA, sob coordenação geral da Comissão Própria de Avaliação - CPA, em consonância com a Proposta de Autoavaliação Institucional da UFMS. As CSAs são instituídas por meio de Instrução de Serviço das Unidades de Administração Setorial e têm o seu funcionamento regulamentado pela Resolução COUN n.º 57, de 13 de junho de 2017 da UFMS. A CSA-INQUI é composta assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Representação da Comunidade Acadêmica na CSA

Segmento	Membros da CSA	Total na Unidade	Percentual
Docentes	2	31	6,4 %
Discentes	1	426*	0,2 %
Técnicos-administrativos	2	22	9,1 %

Fonte: CSA do INQUI. \* Foram considerados estudantes dos 2 cursos de graduação e dos 3 cursos de pós-graduação ofertados pela UAS.

É importante ressaltar que a comissão setorial de avaliação responsável pela elaboração deste relatório foi designada pelo Diretor em novembro de 2018, época em que os processos de autoavaliação por parte dos vários partícipes da unidade já haviam sido finalizados. Além disso, não nos foram fornecidos dados sobre o nível de sensibilização da comissão anterior, nem sobre a frequência com que as plataformas de sensibilização foram utilizadas no processo.

A adesão da comunidade acadêmica do Instituto de Química em 2018 está apresentada na Tabela 2. Nota-se uma baixa porcentagem de adesão, principalmente entre os docentes do INQUI. Neste sentido, esta comissão terá que se empenhar para demonstrar a importância deste processo junto à comunidade docente. Tampouco é possível analisar o nível de adesão em relação a 2017, mas a julgar pelos números expressos na Tabela 3, é bastante improvável que tenha havido progresso. No que diz respeito aos estudantes de pós-graduação, os dados disponíveis no SIAI/UFMS são confusos, pois embora constem respostas no campo disciplinas/desempenho docente, elas não estão presentes no relatório de resultados que compõem esta autoavaliação, sugerindo que (1) não houve adesão; ou (2) os dados compilados não são apresentados no sistema. Com relação aos estudantes de graduação, o total de respostas constantes no item “Relatório de acompanhamento – Sintético”, presente na plataforma SIAI, não coincide com o número de respostas relativas à estrutura da autoavaliação.

Tabela 2 - Adesão dos diferentes segmentos na autoavaliação institucional

Segmentos	2018-1		2018-2	
	Número	%	Número	%
Diretor	--	--	1	100
Coordenadores de graduação	--	--	0	0
Coordenadores de pós-graduação	--	--	1	33,3
Docentes	--	--	2	5,88
Estudantes de graduação	128	47,9	15	4,95
Estudantes de pós-graduação	*			
Técnicos-administrativos	--	--	6	27,27

Fonte: SIAI/AGETIC (2018). \*Dados não disponíveis no SIAI/UFMS.

Os resultados dos instrumentos aplicados à comunidade acadêmica ficam à disposição via Web, no SIAI, com acesso diferenciado por perfil. Professores podem acessar seus resultados individuais, e os coordenadores têm uma visão da percepção acerca de seu curso, podendo verificar o desempenho e possíveis problemas. Os diretores de unidades e membros das CSAs setoriais têm acesso aos dados de todos os cursos de suas unidades.

A partir desses dados, a CSA - INQUI realizou a análise e discussão dos resultados. Percebeu-se uma baixa adesão da comunidade acadêmica especificamente no semestre 2018.2. Não entendemos a razão de tal problema, mas acreditamos que fatores como a substituição dos membros do CSA e do coordenador de graduação possam ter influenciado na pouca visibilidade dada ao processo.

Apesar deste problema pontual, a autoavaliação tem que ser analisada como um processo histórico, e a partir deste enfoque é possível afirmar que várias políticas e estratégias de ação foram adotadas ao longo dos últimos anos como reflexo dos anseios da comunidade, expressos durante o processo.

### 3.1.1.2 Avaliações externas

Os estudantes dos Cursos de Licenciatura em Química e Bacharelado em Química Tecnológica participaram do Enade em 2017. Os resultados obtidos para os conceitos Enade e Conceito Preliminar de Curso (CPC) constam na Tabela 3. Esses resultados estão acessíveis à comunidade, por meio do link: <https://seavi.ufms.br/files/2018/10/UFMS-INFORMATIVO-ENADE-CPC-SECOM2.pdf>.

Tabela 3 - Conceito Enade e CPC dos cursos da UAS

Curso	Ano	Nota geral	Média Brasil	Média CO	Conceito Enade	CPC
Licenciatura em Química	2017	41,8	38,9	37,0	3	4
Bacharelado em Química Tecnológica	2017	45,0	37,2	37,6	4	4

Fonte: INEP, ENADE edição 2017

Ao analisarmos o histórico do curso de Licenciatura em Química, podemos verificar que o conceito enade (CE) igual a 3,0 diminuiu em relação a última avaliação (CE = 4, 2014). Em relação ao conceito preliminar do curso (CPC), o curso de licenciatura em química manteve

a nota 4,0. Como estratégia de melhoria, o curso possui Corpo docente qualificado e dedicado e o novo PPC mais dinâmico e focado nos principais temas e ementas necessárias ao desenvolvimento do acadêmico.

Em relação ao curso de Bacharelado em Química Tecnológica, podemos verificar que o conceito enade (CE) igual a 4,0 melhorou em relação a última avaliação (CE = 2, 2014). Em relação ao conceito preliminar do curso (CPC), o curso de Bacharelado em Química Tecnológica também aumentou a nota de 3,0 para 4,0. Esses números são resultados da dedicação dos docentes e a reestruturação do curso em 2014.

Ao analisarmos as notas gerais de ambos os cursos, podemos observar que a média de nota alcançada foi maior que a média centro-oeste e média Brasil.

### **3.1.1.3 Percepção da comunidade acadêmica**

A dimensão “planejamento e o processo de autoavaliação institucional” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos 1 a 7 apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse o Planejamento e o Processo da Autoavaliação Institucional, quanto à (ao): (1) Seu nível de conhecimento sobre o plano de autoavaliação institucional; (2) Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA); (3) Atuação da Comissão Setorial de Avaliação (CSA) de sua unidade; (5)\* Possibilidade do Plano de Autoavaliação Institucional contribuir na melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da UFMS; (6) Representatividade dos vários segmentos (docente, estudante e técnico-administrativo) da UFMS e da sociedade civil organizada nesse processo; (7) Adequação dos instrumentos de autoavaliação para analisar aspectos da instituição, conforme o segmento (professor, estudante, técnicos, coordenação de curso e direção); (8) Estratégias desenvolvidas para a sensibilização e ampliação da participação nos processos de autoavaliação institucional; (9) Meios de divulgação dos resultados da autoavaliação; (10) Qualidade dos resultados da autoavaliação e (11) Melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores.

\* O ponto (4) não consta neste item de avaliação.

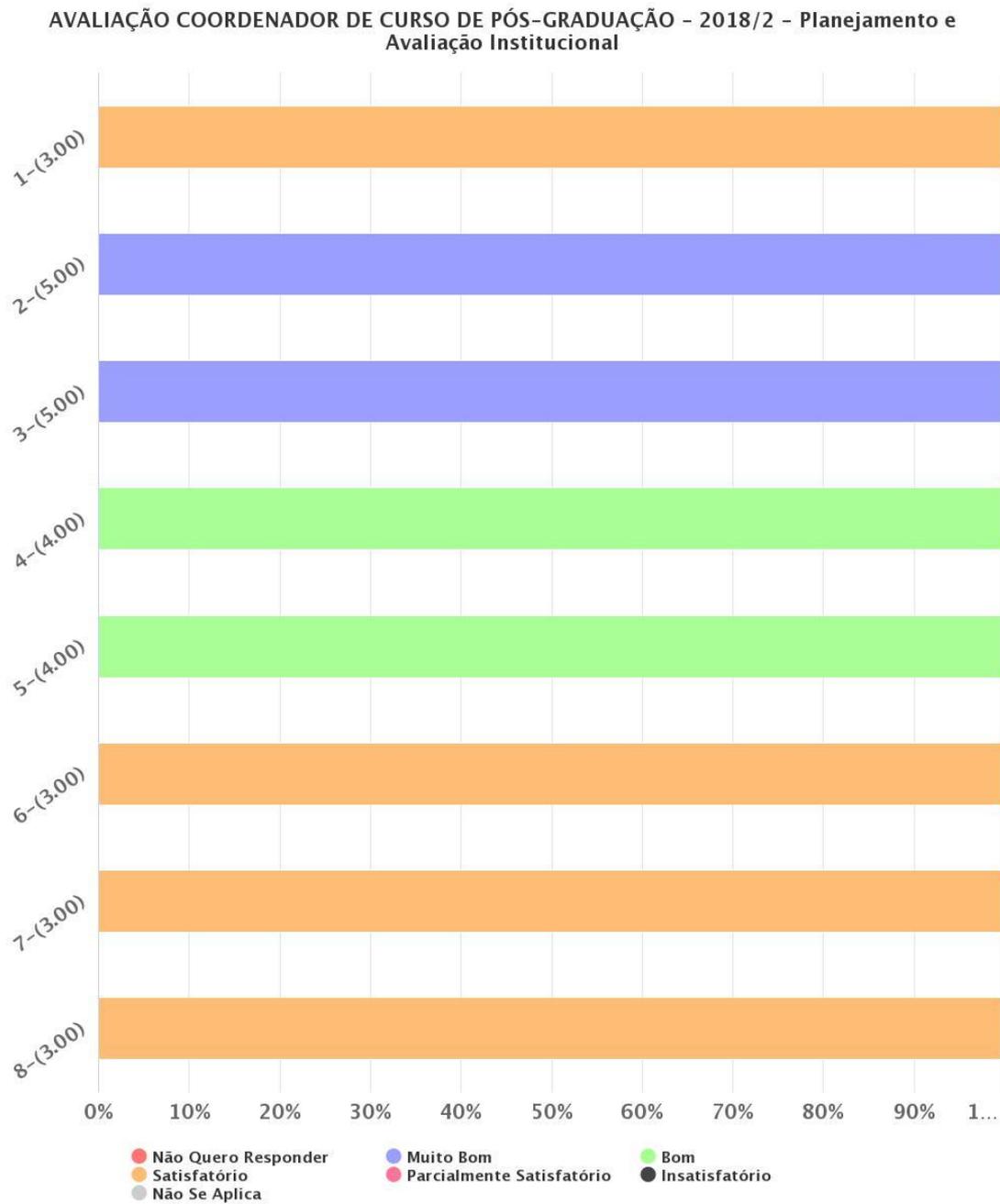
Gráfico 1 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Dentre os 10 itens avaliados, o Diretor do INQUI atribuiu conceito bom a oito deles (4 pontos, na escala de 1 a 5), sendo que os únicos pontos considerados satisfatórios (3 pontos, na mesma escala), foram a atuação da CSA de sua unidade e da representatividade dos segmentos no processo de avaliação institucional. O coordenador de graduação à época não respondeu ao questionário, portanto não é possível avaliar o item.

Gráfico 2 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos coordenadores de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A exemplo do diretor, o coordenador da pós-graduação considerou que os pontos mais fracos do planejamento e avaliação são o nível de conhecimento sobre o plano de autoavaliação institucional, os meios de divulgação dos resultados da autoavaliação, a qualidade destes resultados e eventuais melhorias no curso como processo de

retroalimentação das autoavaliações anteriores. No entanto, estes quatro quesitos foram considerados satisfatórios.

Gráfico 3 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos docentes

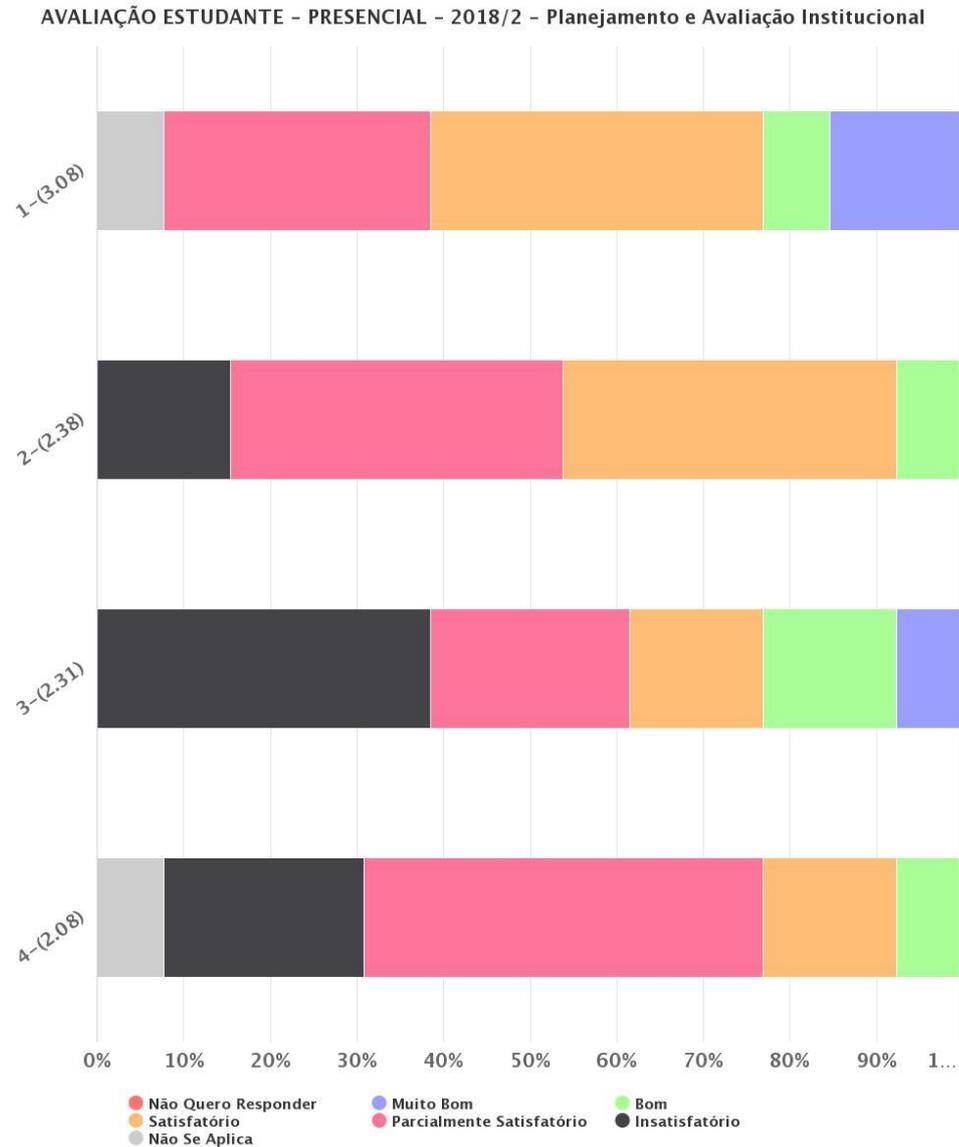


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

De forma geral, os únicos docentes que responderam ao questionário (2 de um total de 34) demonstram desconhecimento sobre o processo de avaliação, e quando avaliadas em conjunto as respostas sugerem que este desconhecimento é gerado pela falta de atuação da CSA e pela falta de estratégias de divulgação do processo. No entanto, é importante ressaltar

que a opinião de dois participantes não pode ser considerada como representativa da comunidade docente do INQUI.

Gráfico 4 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos estudantes de graduação presencial



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Dentre os estudantes que responderam ao questionário, os mesmos problemas apontados pelos docentes (falta de divulgação do processo, pouca atuação da CSA e desconhecimento de estratégias que visem uma maior participação no processo) estão presentes aqui. Um dos participantes alegou que foi difícil encontrar a avaliação, enquanto

outro citou especificamente que os estudantes desconhecem a importância do processo de avaliação, e por isso não se dão ao trabalho de responder ao formulário.

Gráfico 5 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Embora os técnicos considerem que os resultados de avaliação são importantes para subsidiar os diferentes setores do INQUI (item 7, média 3,17), os outros pontos da avaliação, que incluem o conhecimento do processo de avaliação, a representatividade dos setores nestes processo, a adequação dos instrumentos de avaliação e os meios de divulgação do processo, tenderam a ficar no limiar do parcialmente satisfatório, o que mais uma vez sugere que a ausência de adesão ao processo se deveu à pouca divulgação por parte dos entes

participantes. Eis os três relatos com relação a este item: “Acredito que deveríamos ter mais informações sobre essa avaliação e sua influência”. “Em caráter da autoavaliação pouco comprometimento dos docentes que são os maiores influenciadores do processo”. “Não há divulgação dessa autoavaliação. Não soube da sua influência sobre a instituição”.

Esta comissão considera que face aos números absolutos dos partícipes desta UAS, deveriam haver mais alunos na CSA, de forma a expressar minimamente a proporcionalidade docentes/técnicos/alunos de graduação/alunos de pós-graduação. Infelizmente, a única representante discente pertence aos quadros do curso de Pós-graduação em Química (nível de doutorado), justamente a classe que não forneceu nenhuma resposta. Também havia sido aventada a participação de um aluno de graduação, mas este não foi indicado até o momento. Esta comissão considera fundamental que a constituição das CSAs tenha representantes de todos os entes que compõem o INQUI, de tal forma que estes se sintam representados e possam ser sensibilizados pelos seus respectivos representantes sobre a importância do processo de autoavaliação.

Apesar da baixa adesão relacionada ao ano de 2018, é possível perceber uma série ações promovidas pela direção do instituto que são um reflexo direto dos anseios da comunidade ao longo dos últimos processos. Graças à demanda de alunos e docentes, foi criado o Curso de Engenharia Química, e o primeiro ingresso se deu no corrente ano. Por conta das demandas específicas do curso foram adquiridos uma bancada que permite o estudo de vários fenômenos de transporte e um sistema de controle de processos industriais. Também em resposta à reivindicação dos estudantes, foi adquirido um bebedouro industrial, que já se encontra nas dependências do INQUI, em fase de instalação.

Em termos de ações visando a melhoria específica da infraestrutura, que foram definidas em resposta aos anseios da comunidade, cabe ainda destacar: A instalação de projetores multimídia e telas de projeção em todas as salas de aula do INQUI (a instalação destes dispositivos nos laboratórios de ensino está em fase de conclusão); A instalação de um trailer para fornecimento de lanches, bebidas (não alcoólicas) e refeições e o retorno do acesso à biblioteca eletrônica.

Apesar desta série de melhorias, em função da baixa adesão no ano de 2018, não é possível julgar se a comunidade i) as percebeu e se ii) percebeu que elas são respostas aos seus anseios.

### **3.2 EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional**

O Eixo 2 que aborda o Desenvolvimento Institucional, está subdividido em duas dimensões: Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição, que serão tratadas a seguir.

#### **3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional**

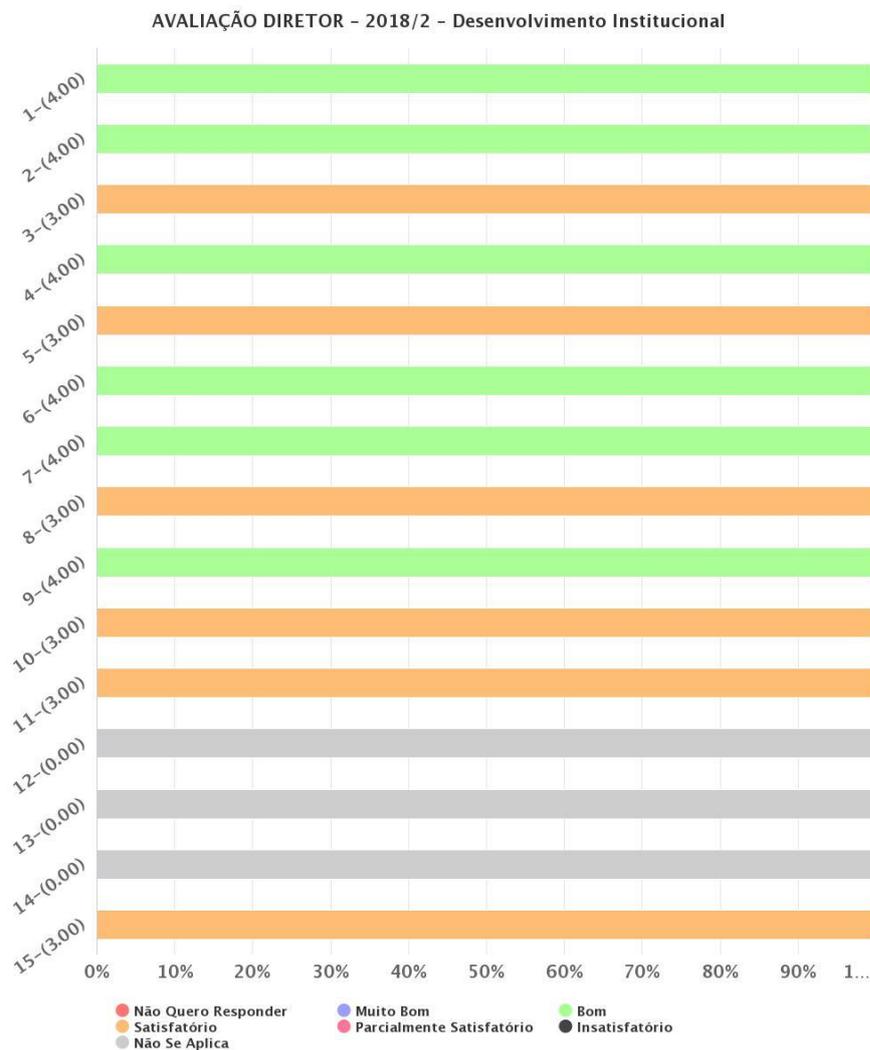
A Missão da UFMS é o eixo principal do planejamento institucional, realizado por meio de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), proposto para um quinquênio e realinhado anualmente.

Todos os segmentos avaliam a missão e o PDI, o que pode ser observado nos gráficos desta seção. Aqui é importante ressaltar que o número de itens da avaliação é variável, em função da natureza do participante. Para o diretor foi feito o seguinte questionamento: avalie o PDI quanto ao (à): (1) Clareza da descrição da missão, dos objetivos, metas e valores da UFMS; (2) Articulação entre os objetivos, as metas e os valores da UFMS com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa; (3) Possibilidade de as políticas de ensino e pesquisa aprimorarem a formação acadêmica, e as de extensão, a responsabilidade social; (4) Alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando as práticas didático-pedagógicas, as metodologias para atendimento educacional especializado e a avaliação acadêmica; (5) Possibilidade de práticas de ensino de graduação e de pós-graduação, incorporarem avanços tecnológicos e metodologias que incentivem a interdisciplinaridade e a inovação; (6) Alinhamento com a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural; (7) Possibilidade de propiciar práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento; (8) Proposição de linhas de pesquisa e de trabalho para todos os cursos ofertados e a comunicação dos resultados para a comunidade; (9) Existência de políticas institucionais de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; (10) Existência de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial; (11) Proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento social e do empreendedorismo; \*(12) Sua articulação com a política institucional para a modalidade a distância (EaD); \*(13) Alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico dos cursos, observando a formação pretendida para os estudantes (na sede e nos polos) e considerando as condições reais da localidade de oferta; \*(14) Existência de estudo

para implantação de polos EaD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos e (15) Contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e a expansão de vagas na educação superior.

\*Os itens 12, 13 e 14 não se aplicam ao INQUI (EaD).

Gráfico 6 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Diretores da UAS

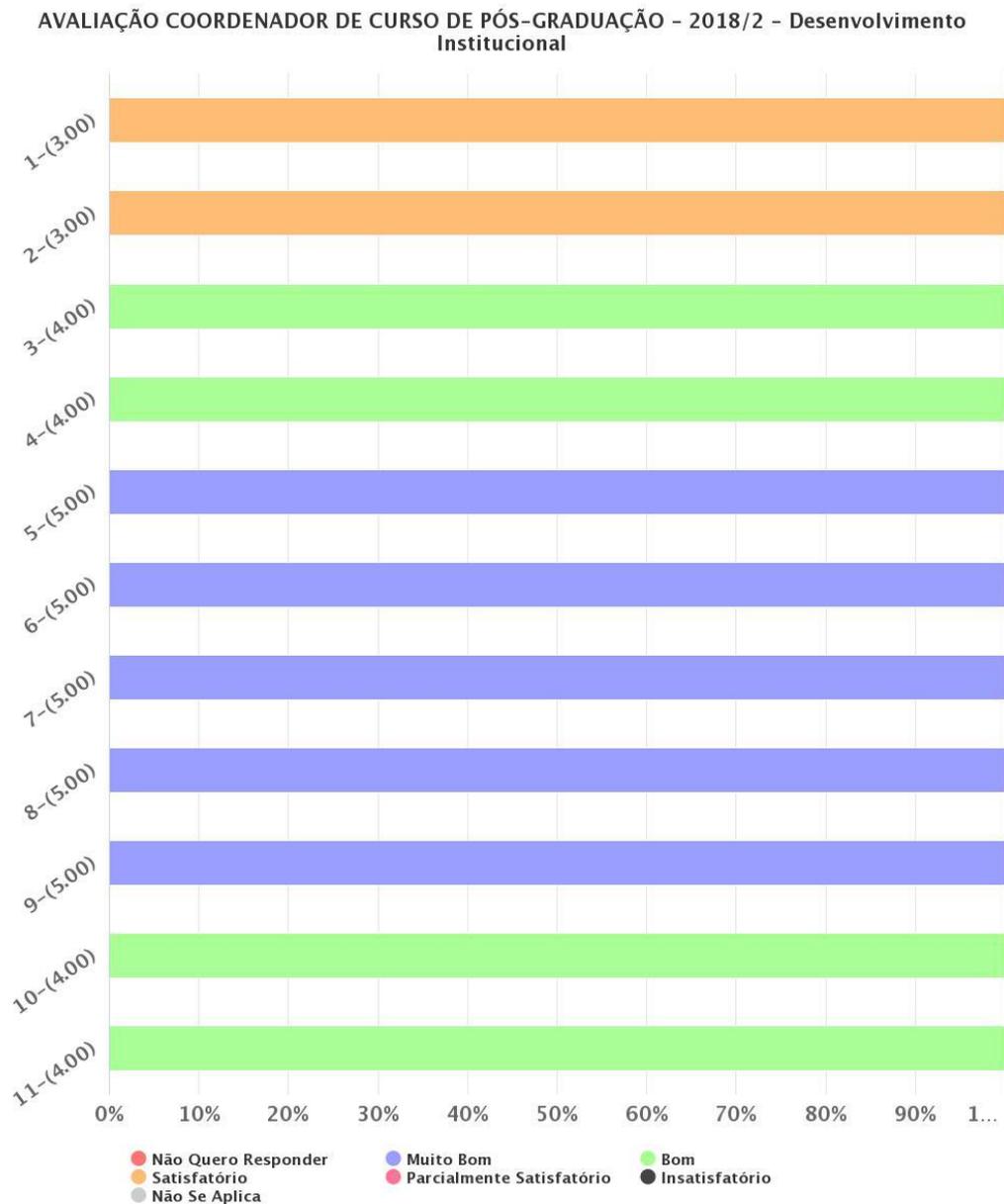


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A direção do INQUI considerou que os itens que se referem ao PDI se situam entre “Bom” e “Satisfatório”. Os itens que merecem maior atenção são o fato de que as políticas de ensino devem aprimorar a formação acadêmica, o avanço da interdisciplinaridade nas disciplinas, a possibilidade de estabelecimento de linhas de pesquisa para todos os cursos

ofertados e o desenvolvimento de linhas de ação que fomentem o empreendedorismo e o desenvolvimento social.

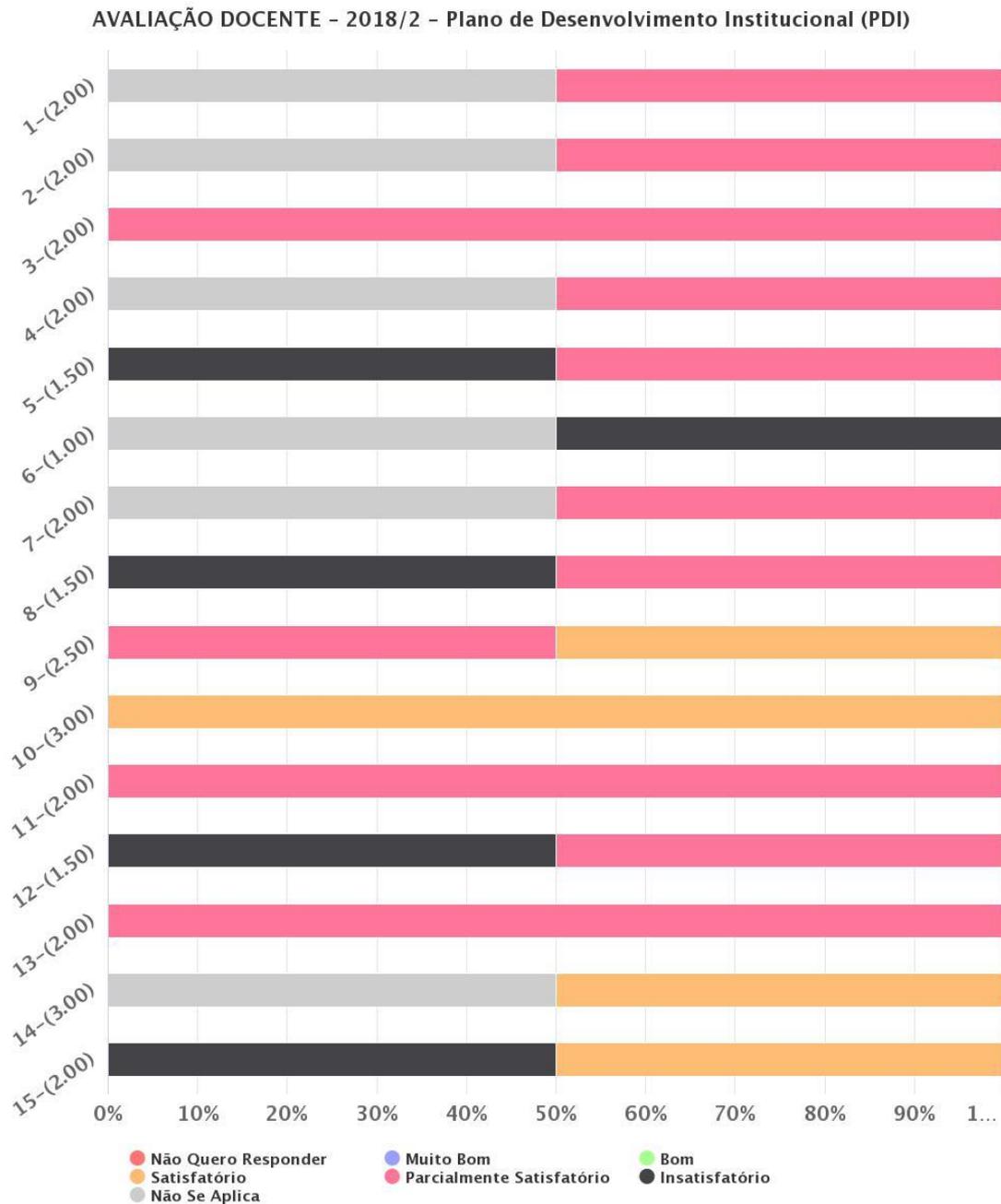
Gráfico 7 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Coordenadores de Cursos de Pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Para o coordenador da pós-graduação, foram apresentados os pontos de 1 a 11, conforme consta na página anterior. Neste item, todos os pontos foram considerados entre muito bons e satisfatórios pelo coordenador da PG.

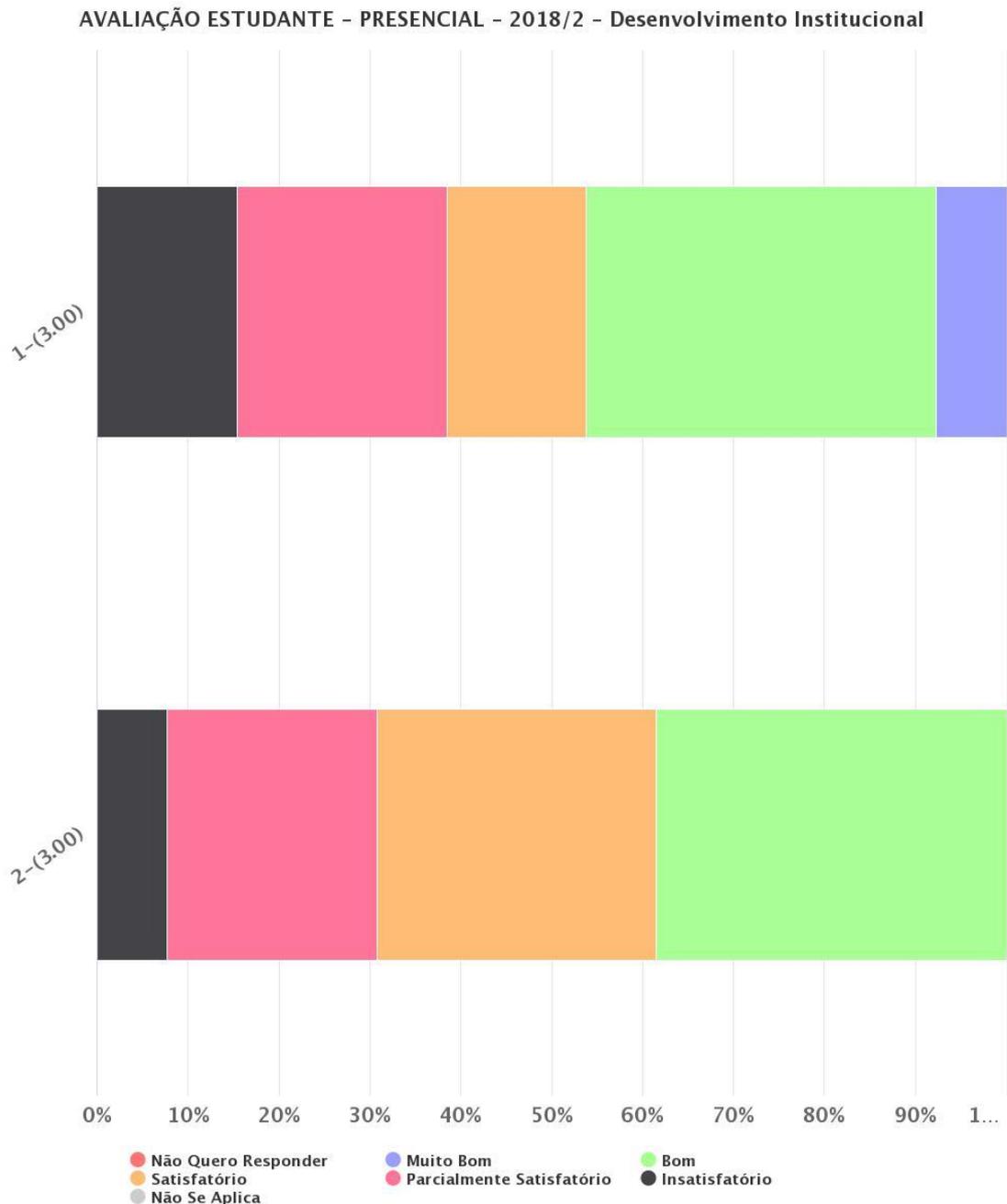
Gráfico 8 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Considerando que apenas dois docentes participaram da pesquisa, as suas opiniões não necessariamente refletem as da comunidade. Além disso, um dos docentes considerou que vários itens da avaliação não eram passíveis de análise (não se aplica), o que torna o gráfico praticamente o reflexo de uma opinião pessoal.

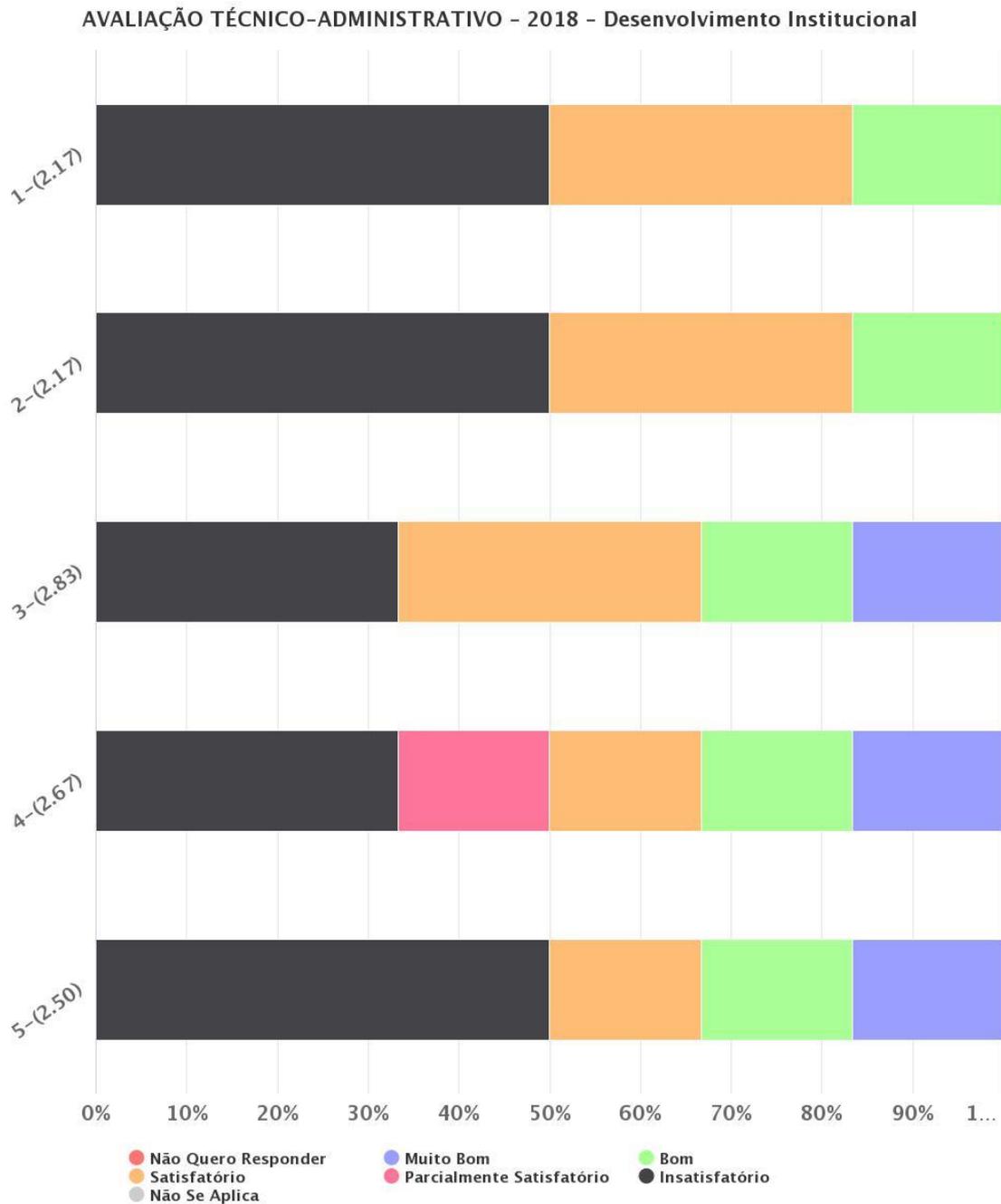
Gráfico 9 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Discentes- graduação presencial



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Para os estudantes de graduação, o questionário se limitou a dois pontos: (1) Clareza da descrição da missão, dos objetivos, metas e valores da UFMS e (2) Articulação entre os objetivos, as metas e os valores da UFMS com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa. De forma geral, os participantes consideraram que o PDI contempla ambos os itens.

Gráfico 10 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos técnico-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Junto aos técnicos, o item desenvolvimento institucional compreendeu 5 pontos, quais sejam: (1) Clareza da descrição da missão, dos objetivos, metas e valores da UFMS; (2) Articulação entre os objetivos, as metas e os valores da UFMS com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa; (3) Existência de políticas institucionais de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; (4)

Existência de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e (5) Proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento social e do empreendedorismo. As médias dos pontos variaram entre 2,17 e 2,83, o que demonstra certa insatisfação com algumas diretrizes do PDI. No entanto, há que se ressaltar que apenas 6 técnicos responderam ao questionário, o que não permite uma análise detalhada da opinião média do corpo de servidores não docentes do INQUI.

### **3.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição**

A Responsabilidade Social da UFMS é concretizada por meio das ações que articulam a universidade com segmentos da sociedade civil realizadas nas diferentes UAS. Visto que esta dimensão não foi avaliada, ela não será tratada aqui.

OBS.: Por um equívoco, foram retiradas as questões relativas à Responsabilidade Social, do instrumento de avaliação institucional aplicado em 2018-2. Na próxima avaliação, esse equívoco será corrigido.

## **3.3 EIXO 3 - Políticas Acadêmicas**

O Eixo 3 que aborda as políticas acadêmicas, está subdividido em três dimensões: dimensão 2 - Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão; dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade; dimensão 9 – Políticas de atendimento ao discente, que serão tratadas a seguir.

### **3.3.1. Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão**

Essa dimensão expressa o núcleo de atividades fins da universidade, a tríade que a identifica e distingue. Neste subitem são registradas as avaliações de todos os segmentos quanto às proposições de políticas e as ações efetivadas nos âmbitos do Ensino de Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão nesta UAS.

#### **3.3.1.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação**

O ensino de graduação na UFMS é coordenado e supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que tem como responsabilidade a elaboração das políticas de ensino de graduação para apreciação do Conselho de Graduação e do Conselho Universitário e coordenar as atividades dos órgãos executores dessas políticas sob sua responsabilidade.

A organização curricular de cada curso de graduação é coordenada pelo Colegiado de Curso e apoiada, nas questões curriculares, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), de acordo com a Resolução COEG 167, de 24 de novembro de 2010, e com as diretrizes curriculares nacionais e as normas institucionais para a elaboração do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Em 2018, o INQUI ofereceu dois cursos de graduação, relacionados na Tabela 4.

Tabela 4 - Cursos oferecidos pela UAS e número de vagas em 2018.

Curso	Turno	Sem	Número de vagas
Bacharelado em Química Tecnológica	M/V	1	25
Licenciatura em Química	N	1	45

Fonte: PPC do curso

Não houve alteração do quantitativo de vagas ofertadas pelos cursos em relação a 2017.

A Tabela 5 apresenta a quantidade programas desenvolvidos no âmbito da UAS e número de bolsistas atendidos.

Tabela 5 - Programas, ações e beneficiados relativos às políticas de ensino de graduação - 2018.

Programas, ações e beneficiados	2018
Disciplinas atendidas pelos programas de monitoria	09
Número de monitores bolsistas	04
Número de monitores voluntários	05
Número de bolsistas PIBID	18
Número de bolsistas Residência Pedagógica	06
Número de voluntários Residência Pedagógica	01
Número de bolsistas PIBIC	20
Número de bolsistas PIVIC	04
Número de bolsistas PET	12
Quantos programas de nivelamento (transversais a todos os cursos) foram oferecidos	--

Fonte: Coordenação do curso

### 3.3.1.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de graduação

No quesito “políticas de ensino” constam seis pontos, dos quais quatro foram avaliados pelo diretor, pois o item (4) não se aplica aos nossos cursos presenciais e o item (5) está duplicado. São eles: (1) Divulgação no meio acadêmico; (2) Sua implantação no âmbito do curso; (3) Frequência com que a grade curricular é atualizada; (5) Existência de programas de monitoria para as disciplinas.

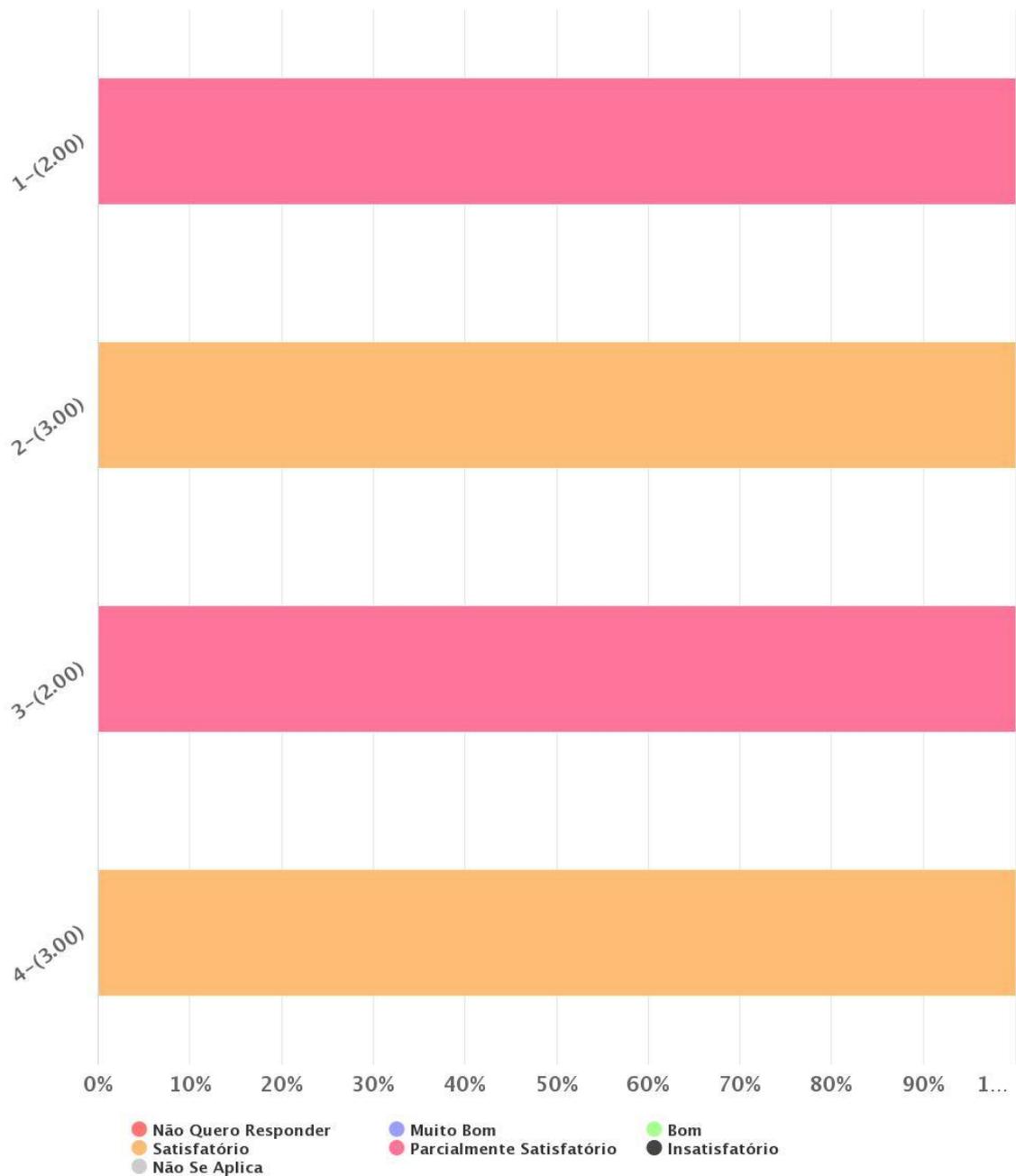
Gráfico 11 - Avaliação das políticas de ensino pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

O diretor considerou que os itens 1, 2 e 5 são bons quanto às políticas de ensino, enquanto o item (3) recebeu a nota 2 (parcialmente satisfatório). De acordo com a administração, este conceito sugere que as grades curriculares dos nossos cursos de graduação deveriam ser mais frequentemente atualizadas.

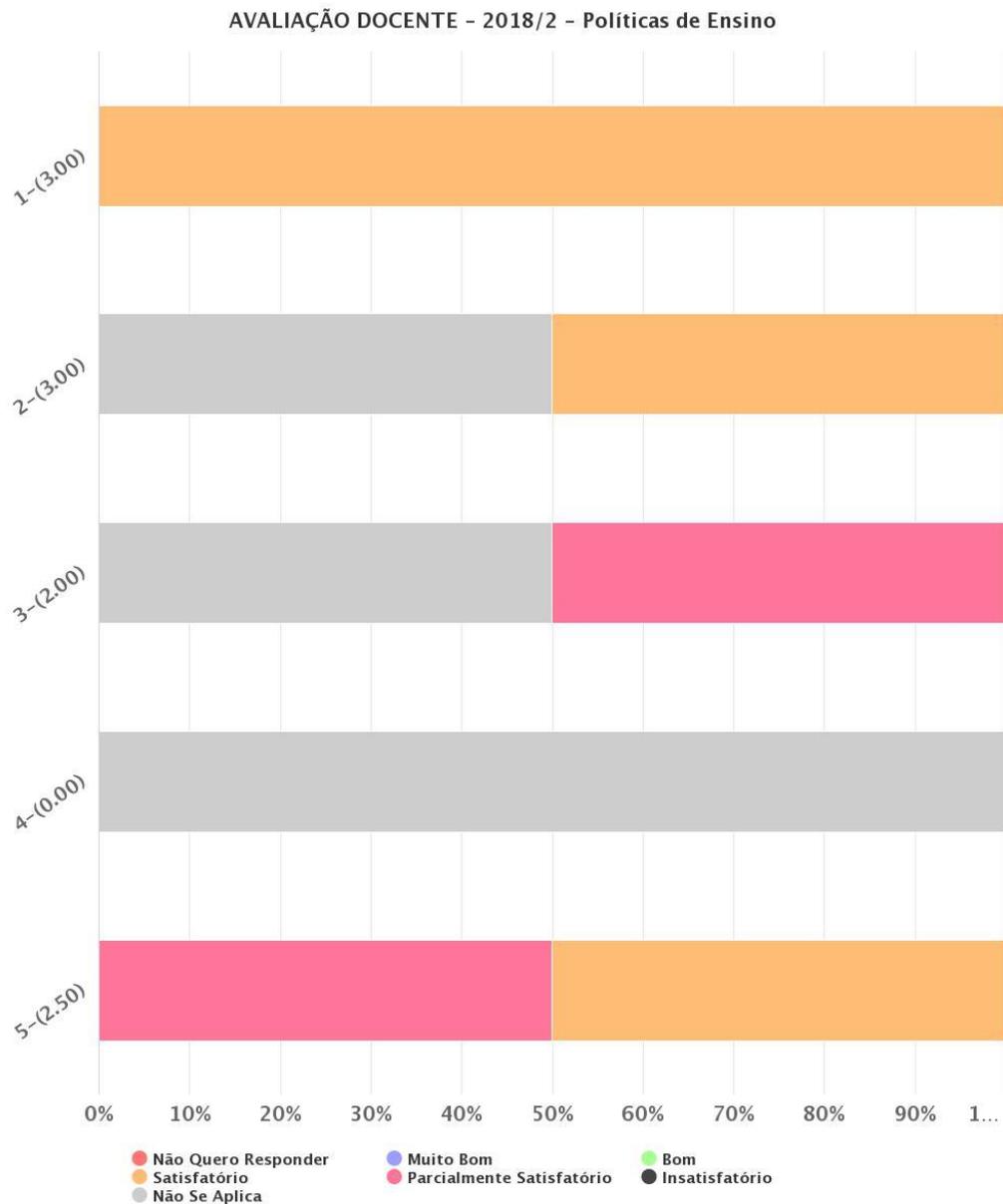
Gráfico 12 - Avaliação das políticas de ensino pelo coordenador de pós-graduação  
 AVALIAÇÃO COORDENADOR DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2018/2 - Políticas de Ensino



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Para o coordenador da PG, foram avaliados os mesmos 4 itens já comentados para o diretor. As notas variaram entre 2 e 3, o que sugere que as políticas de ensino necessitam de melhorias quanto à sua divulgação, quanto à implantação nos cursos do INQUI, quanto à frequência com que a grade curricular sofre atualizações e quanto à qualidade dos programas de monitoria existentes.

Gráfico 13 - Avaliação das políticas de ensino pelos Docentes.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Conforme demonstra a ausência de dados deste grupo (só dois docentes responderam), não é possível analisar a percepção destes entes da UAS.

### 3.3.1.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*

A pós-graduação *stricto sensu* na UFMS objetiva promover a competência técnico-profissional, docente ou de pesquisa, com aprofundamento de conhecimentos e técnicas de pesquisa científica, acadêmica ou artística, contribuindo para a formação de técnicos, docentes e pesquisadores autônomos. Espera-se, portanto, do estudante egresso de pós-graduação um perfil voltado para a formação de alto nível nas diferentes áreas do conhecimento.

Os ensinamentos de pós-graduação e a pesquisa na UFMS são supervisionados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP). No Instituto de Química são oferecidos os cursos apresentados na Tabela 6, com seus respectivos conceitos.

Tabela 6 - Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* oferecidos pela UAS, matrículas e conceitos CAPES - 2018. Os números na terceira coluna referem-se ao quantitativo de matriculados no primeiro e segundo semestres, respectivamente.

Programa	Nível	Número de estudantes matriculados	Conceito CAPES
Programa de Pós-Graduação em Química - PPGQ	M	32/27	4
Programa de Pós-Graduação em Química - PPGQ	D	105/99	4
Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional - PROFQUI	M	10/23	4

Fonte: Secretaria de Pós-Graduação do INQUI/UFMS

A integração entre graduação e pós-graduação se dá, principalmente, através dos programas de bolsas de iniciação científica do CNPq e da própria UFMS (PIBIC, PIBIT e PIVIC). E também, desde 2010, a UFMS conta com bolsistas de mestrado e doutorado financiados pelo MEC através do Programa REUNI. Dentre as ações previstas no Regulamento de Bolsas REUNI de Pós-Graduação, destaca-se o período de estágio obrigatório do mestrando ou doutorando nos diversos cursos de graduação da UFMS ligados pelas áreas do conhecimento.

Nesse período, o estagiário bolsista poderá realizar algumas das atividades abaixo, a seu critério e em consonância com seu orientador:

- Atividades de monitoria em cursos de graduação;
- Minicursos/oficinas direcionadas à graduação;
- Cursos condensados de graduação;
- Projetos de ensino e pesquisa de graduação;
- Auxílio em disciplinas obrigatórias ou optativas, teóricas ou práticas, dos cursos de graduação, sempre sob supervisão do orientador;
- Colaboração na realização de eventos técnico-científicos que envolvam cursos de graduação;
- Auxílio no oferecimento de cursos de extensão ministrados pelo orientador do bolsista.

Na Tabela 7 estão quantificadas as relações que demonstram ações de interação entre os programas de pós-graduação e os cursos de graduação do INQUI.

Tabela 7 - Programas, ações e beneficiados relativos às políticas de ensino realizadas na pós-graduação Stricto Sensu - 2018.

Questões		Qtde
Proporção de professores (quadro permanente) da pós-graduação com estudantes de iniciação científica.		23/35
Número de estudantes de pós-graduação em atividades na graduação	Monitoria	--
	Minicursos/oficinas	--
	Projeto de ensino/pesquisa de graduação	--
	Auxílio em disciplina de graduação	54
	Colaboração em eventos	--
	Auxílio em cursos de extensão	--

Fonte: Propp/UFMS

Segundo o PDI 2015-2019, os programas de pós-graduação da UFMS oferecem ferramentas e tecnologias de preservação e manutenção das características ecológicas típicas da região, solidificando o conhecimento dos complexos problemas e potencialidades dos ecossistemas, apresentando e implementando novos modelos de desenvolvimento

sustentável, orientados por uma racionalidade ambiental e uma expansão antipredatória das atividades turísticas e econômicas.

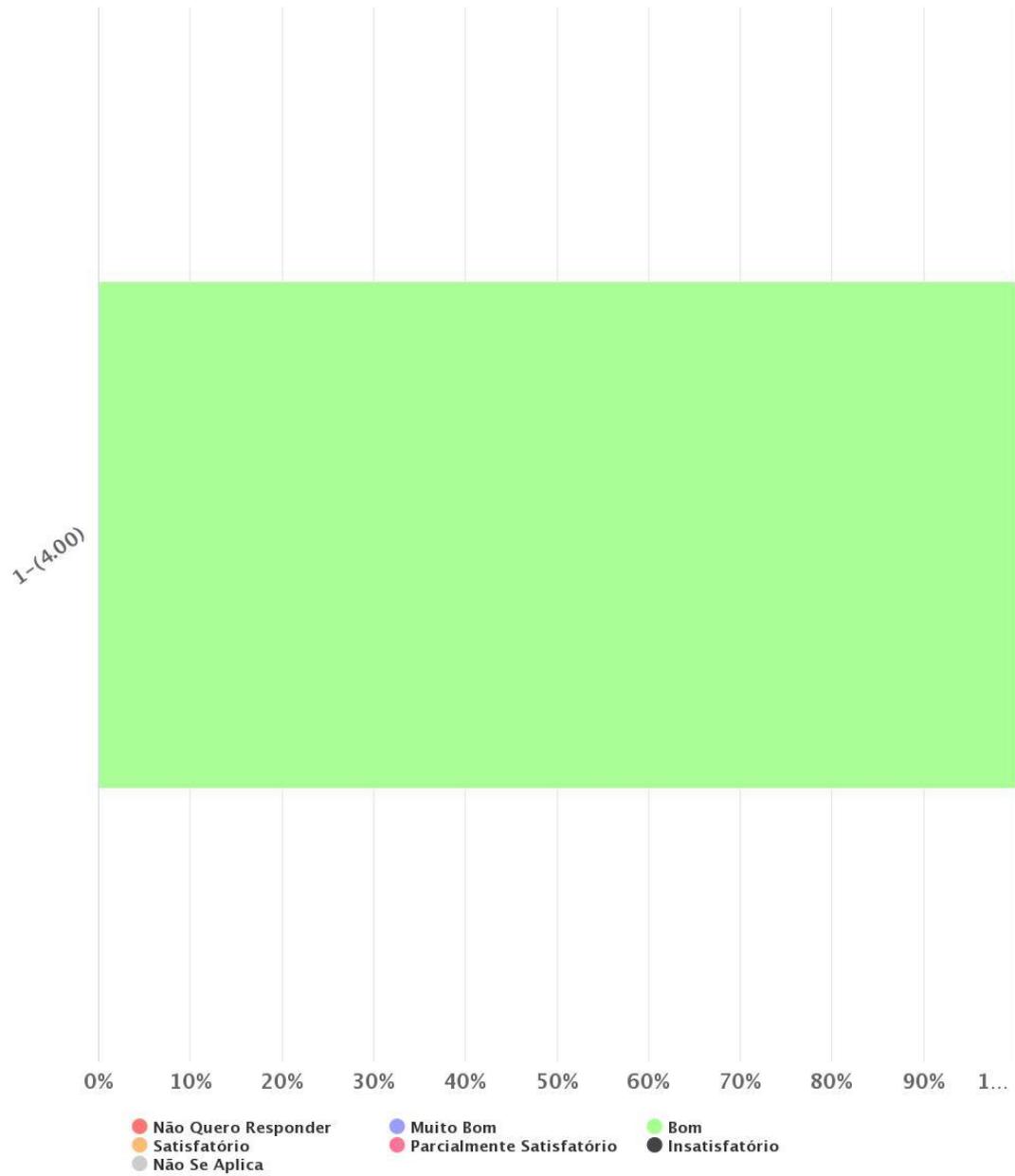
Neste contexto, O Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) tem como objetivo proporcionar ao professor de Química do Ensino Básico formação Química aprofundada e relevante ao exercício da docência, visando a melhoria das práticas docentes dos profissionais de nosso estado.

O programa de pós-graduação em química (Níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado), por sua vez, é dedicado a expandir as fronteiras do conhecimento em Química e áreas afins, realizando atividades pertinentes a cada área de concentração e fornecendo um ensino de pós-graduação compatível com as exigências e tendências universais do entendimento sobre esta ciência. Desta forma, o programa procura propiciar a geração de novos conhecimentos para serem aplicados à pesquisa científica e à formação de recursos humanos com qualificação adequada para atuar nas áreas de ensino e pesquisa.

#### **3.3.1.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de pós-graduação**

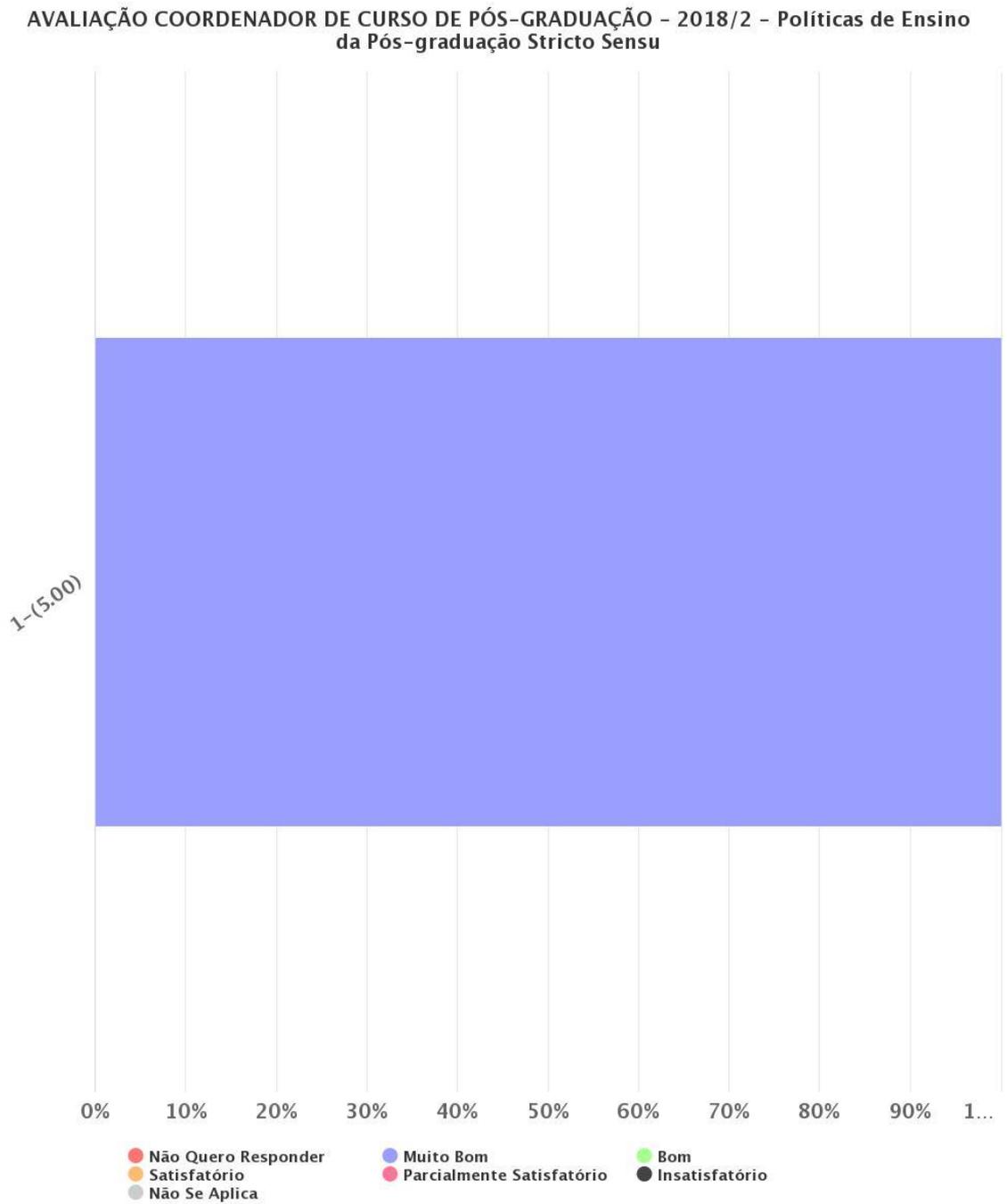
Neste item da autoavaliação, a comunidade foi consultada quanto ao “Relacionamento das ações acadêmico-administrativas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação stricto sensu, considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação stricto sensu na graduação”.

Gráfico 14 - Avaliação das políticas de ensino da pós-graduação Strictu Sensu pelo diretor  
 AVALIAÇÃO DIRETOR - 2018/2 - Políticas de Ensino da Pós-Graduação Stricto Sensu



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

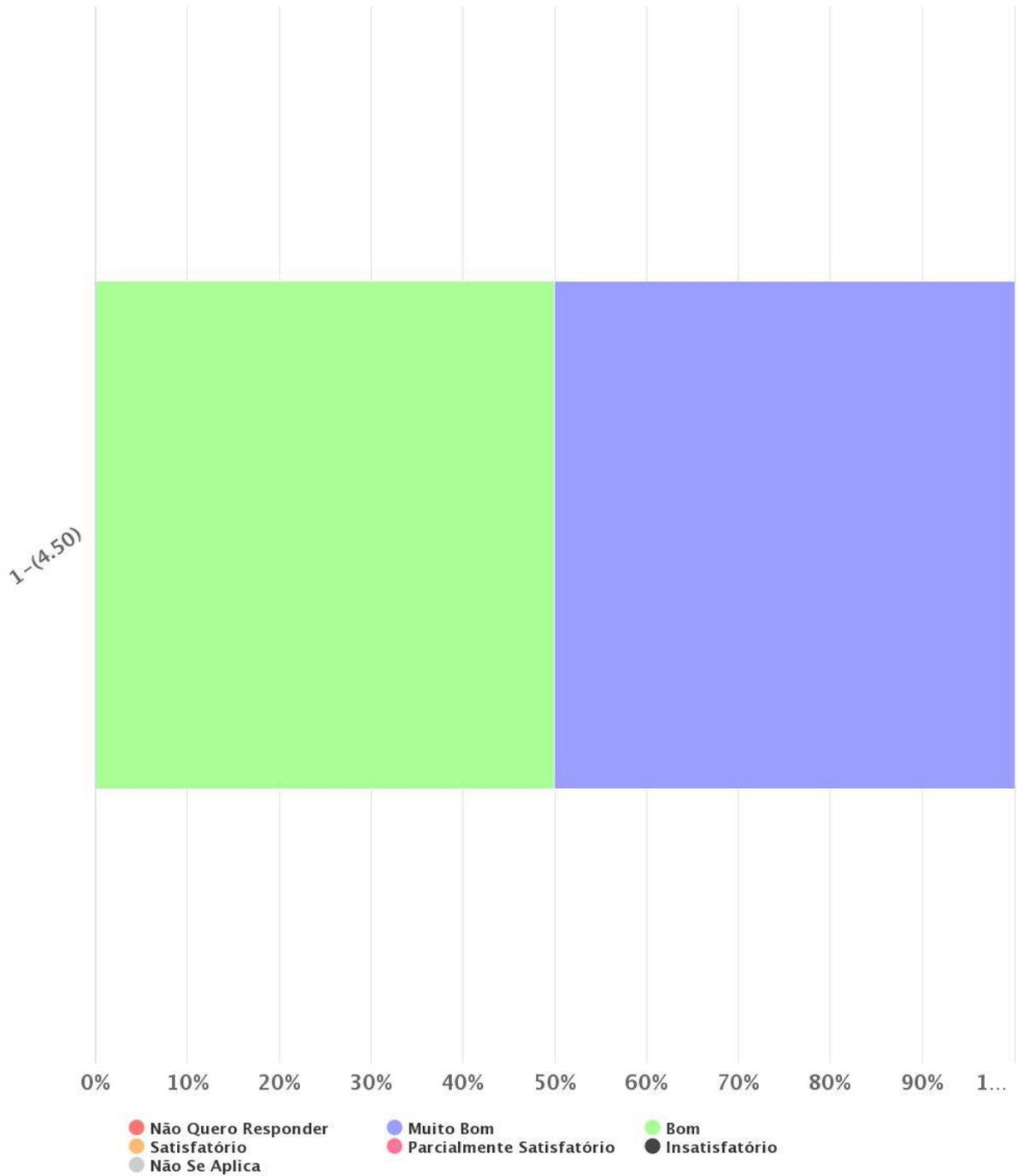
Gráfico 15 - Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelo coordenador de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 16 - Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelos docentes

## AVALIAÇÃO DOCENTE - 2018/2 - Políticas de Ensino da Pós-graduação Stricto Sensu



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

No site do SIAI não constam participações dos estudantes de pós-graduação. Apesar deste contratempo, de forma geral as opiniões da comunidade diretamente envolvida com a pós-graduação do INQUI são extremamente favoráveis, o que parece ser um reflexo da completa integração entre os dois níveis de ensino (graduação e pós-graduação). Alguns aspectos que merecem ser ressaltados neste quesito é que todos os professores do INQUI que atuam na pós-graduação também ministram aulas de graduação. Além disso, os laboratórios de pesquisa são compostos de grupos em que os estudantes de graduação convivem com os pós-graduandos e muitas vezes os trabalhos de pesquisa são realizados de forma conjunta. Os alunos de pós-graduação interagem com os de graduação ao realizarem os seus estágios de docência nas disciplinas dos dois cursos de graduação. Ao longo deste estágio, em muitas ocasiões o pós-graduando tem a oportunidade de relatar sobre o seu trabalho de pesquisa e compartilhar experiências pessoais e profissionais no âmbito com os estudantes de graduação. Os programas de iniciação científica (PIBIC) e iniciação científica voluntária (PIVIC) permitem que estudantes de graduação se familiarizem com a rotina de um laboratório de pesquisa científica, ao mesmo tempo em que interagem (e aprendem) com colegas mais experientes.

### **3.3.1.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.**

A gestão da pesquisa na UFMS está a cargo da Coordenadoria de Pesquisa (CPQ/PROPP), por meio da Divisão de Projetos e Grupos de Pesquisa - DIPPE que acompanha o andamento dos projetos de pesquisa, de sua submissão ao seu encerramento. Assim, cada projeto de pesquisa tem sua documentação analisada pela Divisão e é submetido a consultores ad hoc que avaliam o mérito científico da proposta. Sendo aprovado, o projeto é considerado em andamento dentro da Universidade. Em seu término, o coordenador do projeto produz um relatório descrevendo os resultados e conclusões obtidas.

O cadastramento de projetos de pesquisa desenvolvido por docentes da UFMS é feito virtualmente por meio do Sistema de Informação e Gestão de Projetos - SIGProj. Os grupos de pesquisa seguem a mesma lógica dos projetos de pesquisa, sendo facultado ao líder do diretório de pesquisa (geralmente um docente pesquisador da UFMS) a manutenção do cadastro junto ao CNPq.

Como as ações de pesquisa são realizadas por professores lotados em várias UAS, os dados relativos à quantidade de projetos e ações desenvolvidas, serão detalhados no Relatório da CPA.

Os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI) e de Ações Afirmativas (PIBIC-AF) visam apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. Os recursos são disponibilizados pelo CNPq e pela UFMS. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores. A UFMS oferece também o Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC).

Os programas objetivam despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação, contribuindo desta forma para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional.

A Tabela 8 apresenta o número de estudantes que participaram de iniciação científica em 2018 (ago-2017 a jul-2018), com bolsas CNPq, UFMS ou voluntários.

Tabela 8 - Número de estudantes em Iniciação Científica - Ciclo 2017/2018

Bolsa CNPq			Bolsa UFMS			Voluntário (PIVIC)	Total de estudantes em IC	Total de estudantes de graduação na Unidade
PIBIC	PIBIT	PIBIC-AF	PIBIC	PIBIT	PIBIC-AF			
16	05	--	07	--	--	06	34	303

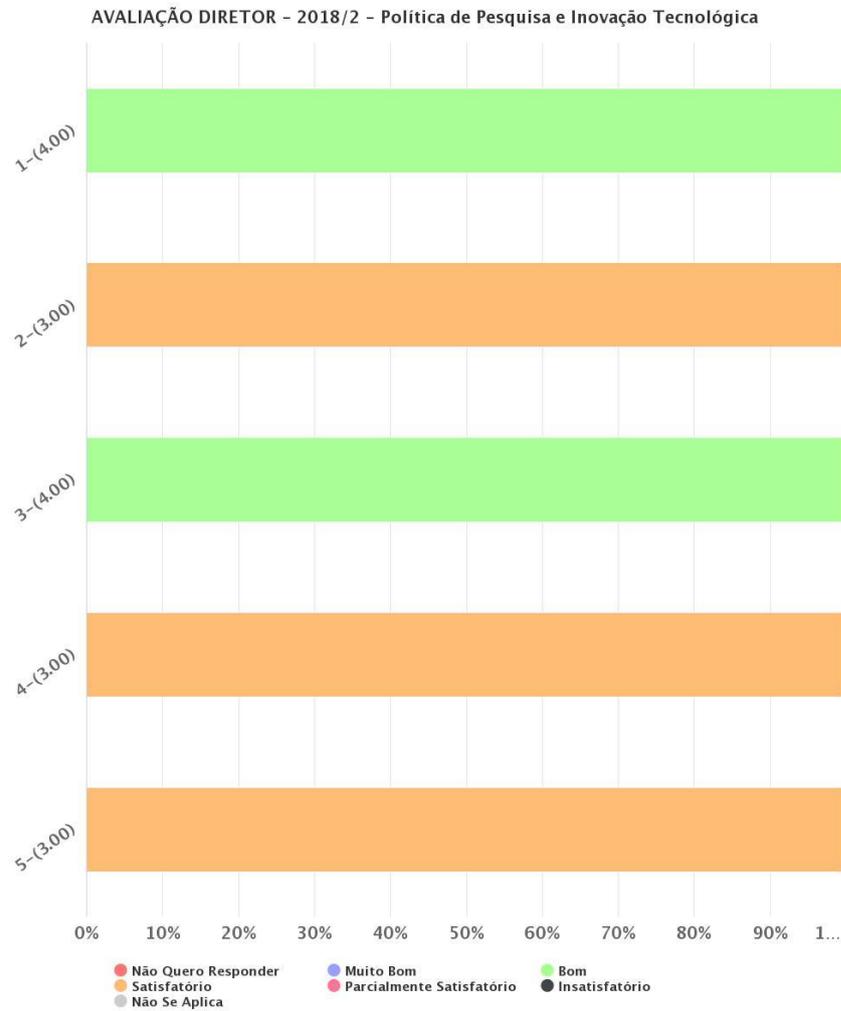
Fonte: PROPP/UFMS

### 3.3.1.6 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

Neste item da autoavaliação, pediu-se a comunidade que avaliasse a política de pesquisa e inovação tecnológica quanto aos seguintes pontos: (1) Divulgação no meio acadêmico; (2) Sua implantação no âmbito dos cursos das unidades nas quais atua; (3) Estímulo para a participação em projetos de pesquisa (PIBIC) e de inovação tecnológica (PIBIT) por meio de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento; (4) Viabilização de publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas e (5) Previsão

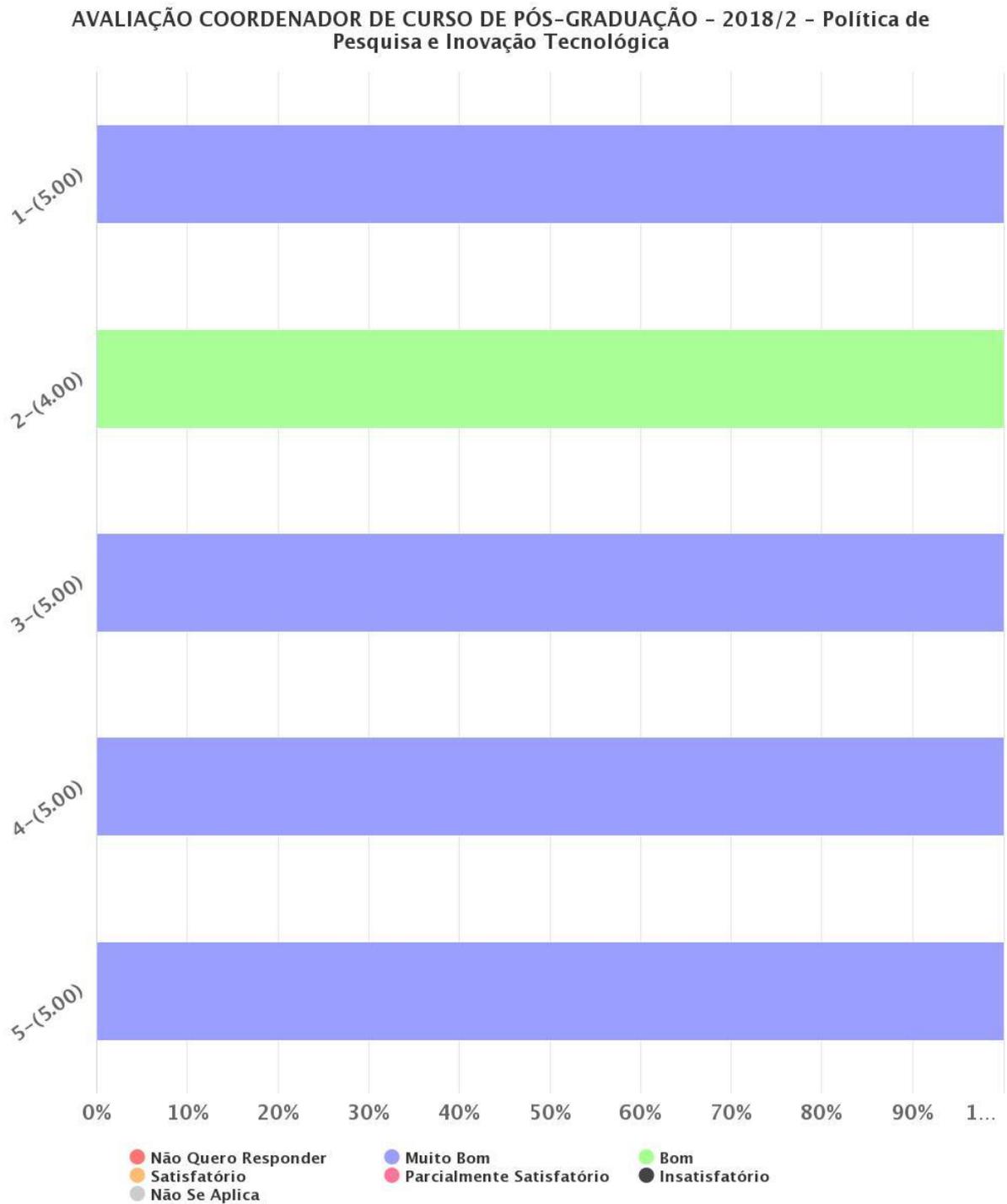
da organização e publicação de revista acadêmico-científica. A seguir, são detalhados, de forma gráfica, as impressões dos partícipes da comunidade acadêmica.

Gráfico 17 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 18 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos coordenadores de pós-graduação



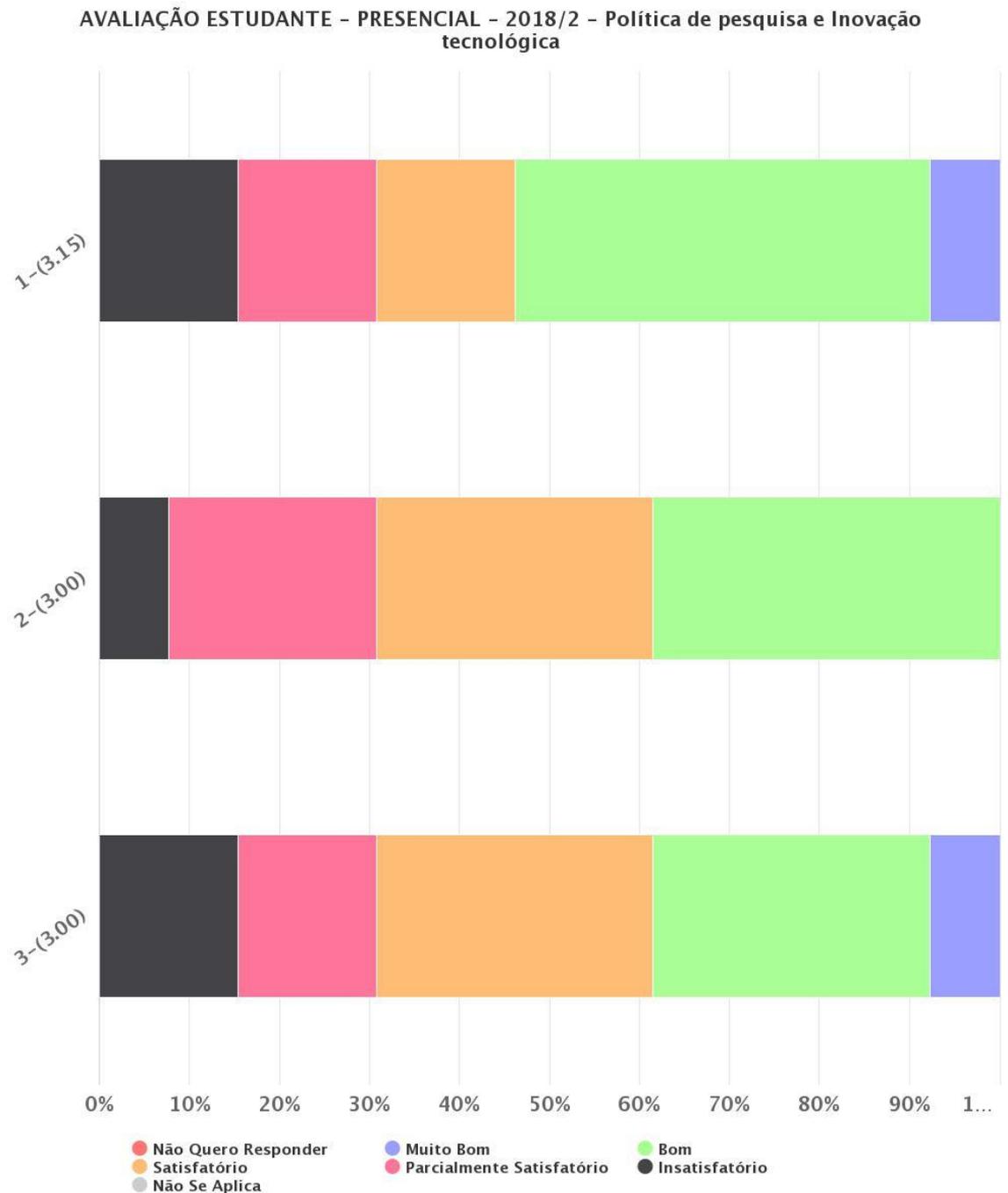
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 19 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 20 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos estudantes de graduação



### 3.3.1.7 Políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte

A gestão organizacional e operacional, orientação e avaliação das ações de extensão universitária da UFMS são de responsabilidade da Coordenadoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte. A Política de Extensão Universitária na UFMS é traçada a partir

das deliberações do Conselho de Extensão, Cultura e Esporte (Coex) que, por sua vez, levam em consideração os documentos emanados pelo FORPROEX e as sugestões formuladas pela Comissão Central de Extensão. A Comissão Central de Extensão é presidida pelo chefe da Coordenadoria de Extensão e é composta por dois representantes para cada área temática: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção, e Trabalho.

Além da Comissão Central de Extensão, os câmpus, os centros, faculdades e demais unidades setoriais da UFMS podem constituir Comissões Setoriais de Extensão que atuam como órgãos consultivos das Unidades da Administração Setorial, compostas por três membros de livre escolha da Direção entre servidores docentes e técnico-administrativos do quadro efetivo, lotados na Unidade. No INQUI foram desenvolvidos 05 projetos de extensão em 2018 com participação de docentes e estudantes como mostrado na Tabela 11.

Tabela 9 - Projetos de extensão na unidade em 2018

Número de Projetos de Extensão	Número de docentes participantes	Número de estudantes participantes		Total de estudantes de graduação na Unidade
		Bolsistas	Voluntários	
05	03 <sup>a</sup>	04	NA <sup>b</sup>	04

<sup>a</sup> Docentes coordenadores dos projetos.

<sup>b</sup> Número não disponível

Fonte: CEX/PROECE/UFMS

### 3.3.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte

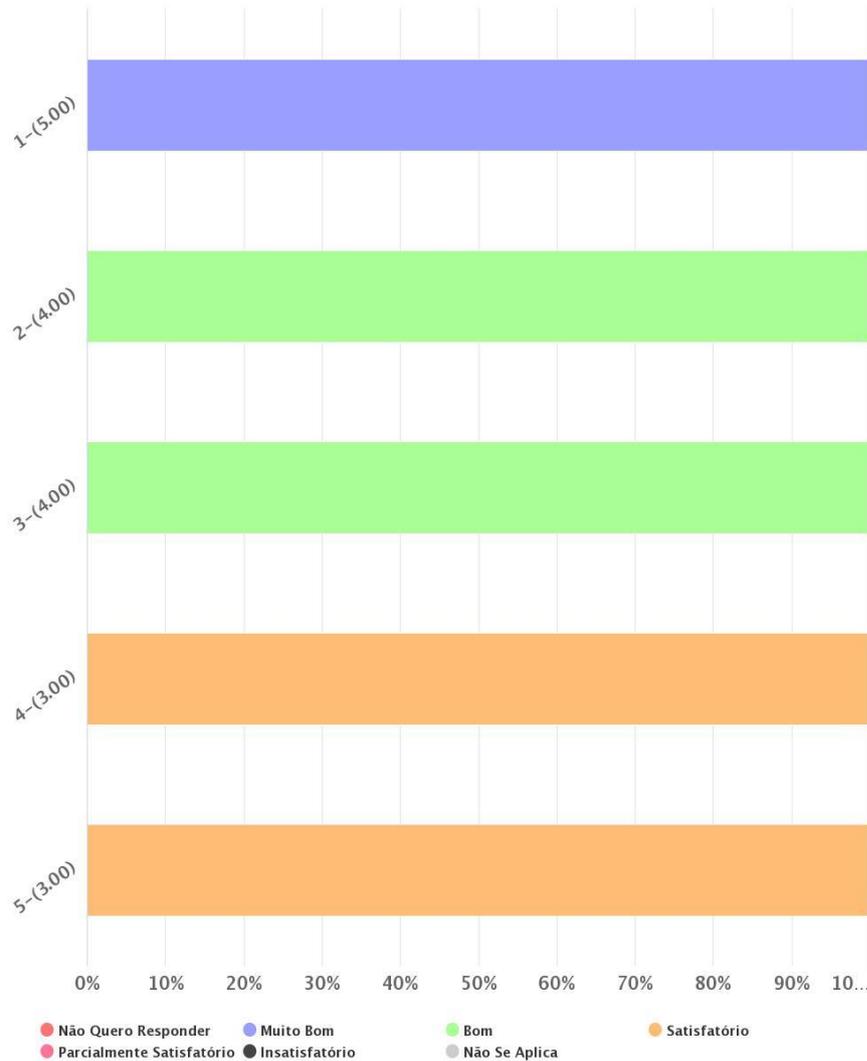
A percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte foi avaliada pelo diretor, coordenadores de graduação e pós-graduação, docentes e estudantes (de pós e de graduação presencial e EAD). As medidas de percepção foram feitas através de questões onde o avaliador foi convidado a indicar pontuações variando entre 0 a 5, indicando insatisfação (nota 0) até muito bom (nota 5).

Para o diretor da unidade as questões eram: 1) divulgação no meio acadêmico; 2) implantação no âmbito do curso; 3) estímulo para a participação em eventos de extensão, cultura e esporte por meio de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de

agências de fomento; 4) incentivo à participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional; e 5) estímulo para a publicação de revista da UFMS nas áreas de extensão, cultura e esporte.

Gráfico 21 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelo diretor

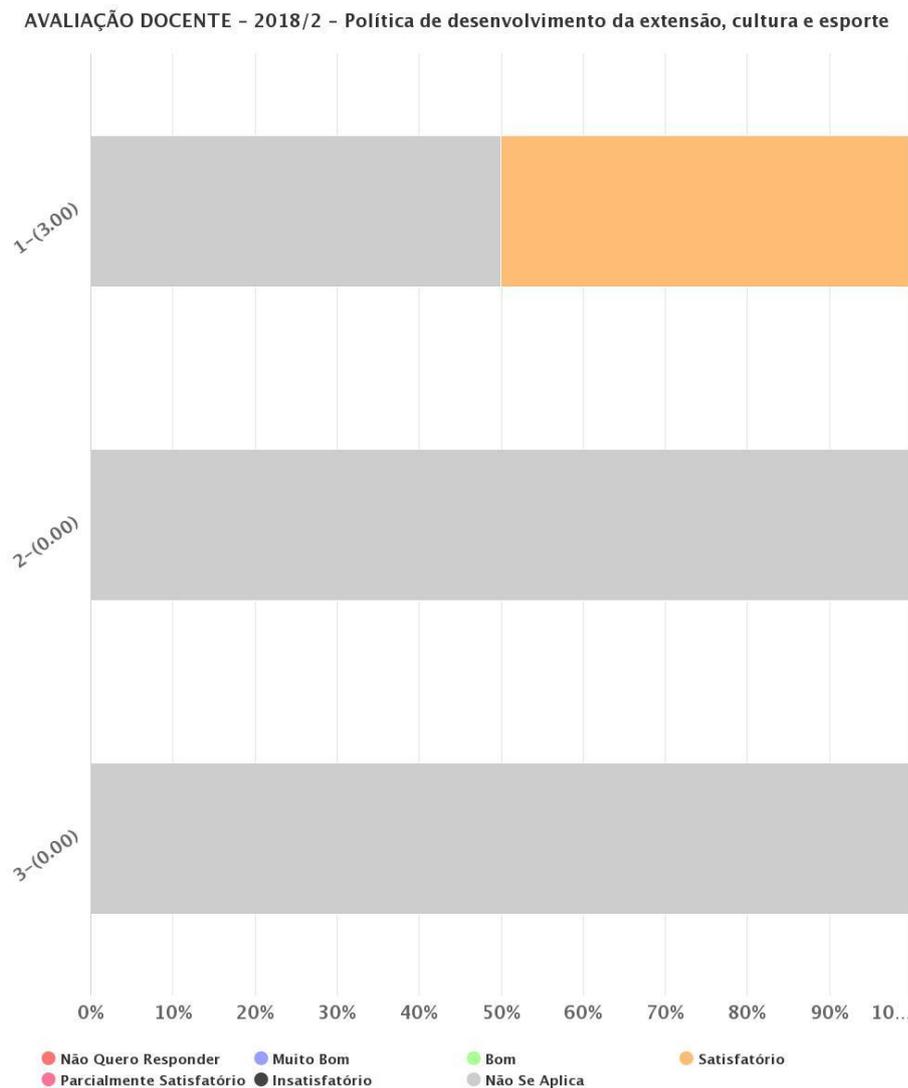
AVALIAÇÃO DIRETOR - 2018/2 - Política de Desenvolvimento da Extensão, Cultura e Esporte



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 22 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos docentes

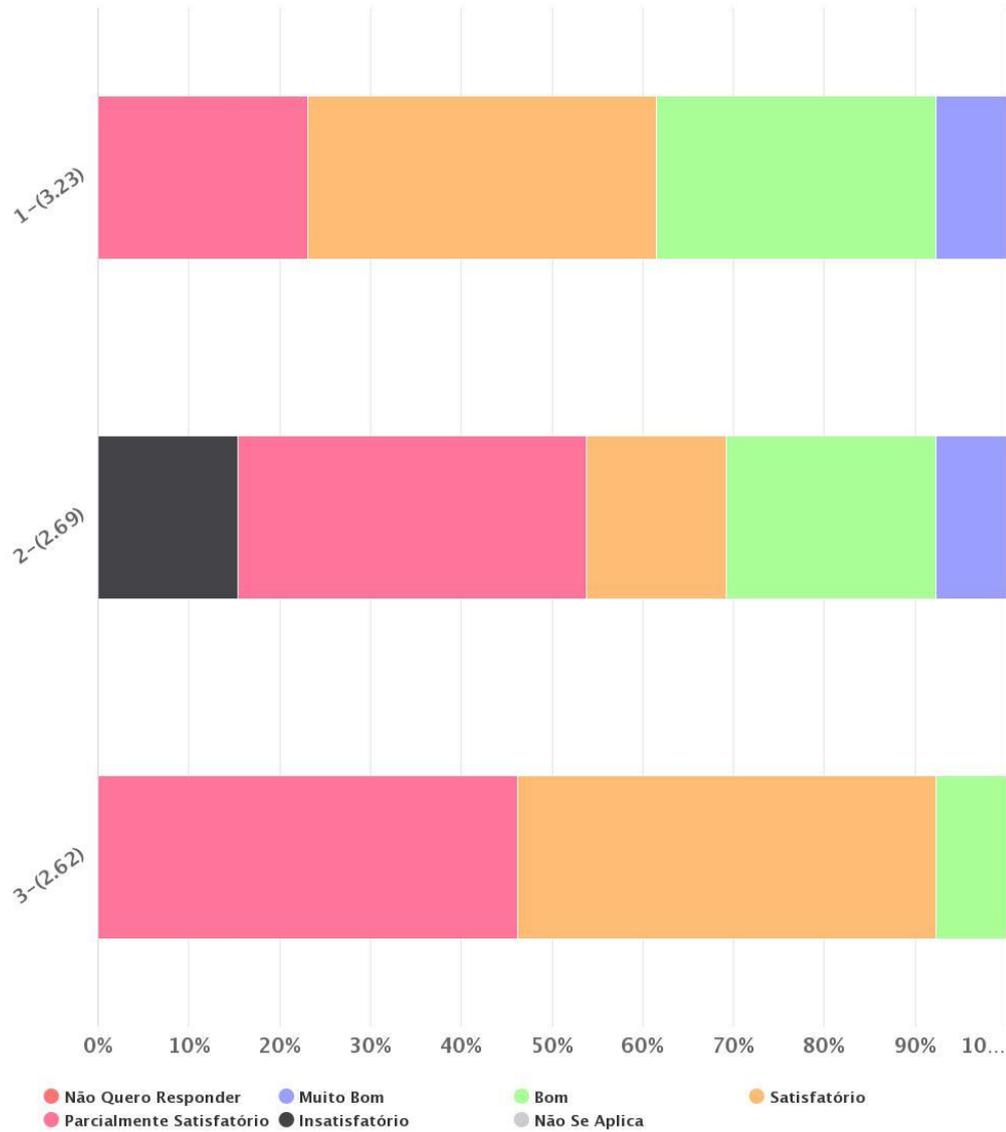
Os docentes responderam mostrando algum grau de satisfação em relação à implantação das políticas de extensão, cultura e esporte com divulgação no meio acadêmico (questão 1). Os docentes também responderam que a implantação no âmbito do curso (questão 2) e que estímulo para a participação em eventos de extensão, cultura e esporte por meio de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento (questão 3) não se aplicam.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 23 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos estudantes de graduação

AVALIAÇÃO ESTUDANTE - PRESENCIAL - 2018/2 - Política de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A comunidade acadêmica que avaliou as questões sobre política de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte se mostrou alinhada e satisfeitas ao responderem à questão 1 (que dizia sobre a avaliação da divulgação dessas políticas no meio acadêmico).

Com relação à implantação dessas políticas no âmbito do curso (questão 2 para discentes e docentes) foi possível verificar que discentes se dizem satisfeitos, docentes disseram que essa pergunta não se aplica à este caso.

O estímulo para a participação em projetos de extensão, cultura e esporte por meio de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento foi avaliado pelos discentes e apresentou discrepância na avaliação. Os alunos se dividiram ao avaliarem essa questão como parcialmente satisfatório e bom. Essa inconsistência pode ser explicada pela possível separação de opiniões entre alunos bolsistas e alunos não bolsistas. Os alunos bolsistas podem perceber essa questão de forma positiva já que os mesmos recebem bolsa e são estimulados à participarem de ações de extensão (como no programa Pet Química, por exemplo). Por outro lado, alunos não atendidos possivelmente não compartilham o mesmo posicionamento positivo, não se sentem estimulados e isso pode explicar a divergência nas avaliações dos discentes nessa questão 3.

As avaliações docentes nesse tema indicaram que os mesmos entenderam que a avaliação de política de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte quanto à divulgação no meio acadêmico, implantação no âmbito do curso e estímulo através de bolsas de fomento não se aplicam. Isso pode indicar que os professores não se atentaram/ se equivocaram e não fizeram menção aos dois programas do INQUI que desenvolvem muitas ações de extensão: o grupo Pet Química e o Grupo Arandú.

O programa Pet Química funciona no INQUI desde 1992, é um grupo consolidado e tradicional, onde os alunos recebem bolsa de iniciação científica e desenvolvem ações de extensão (como o Show da Química e o Master Chef Science) de forma paralela à pesquisa. O grupo Pet conta hoje com 12 bolsistas, 3 não bolsistas e 4 voluntários e também incentiva os alunos à prática de voluntariado. Já o grupo Arandú funciona na química desde 2009 e também desenvolve diversas ações de extensão, inclusive atingindo diferentes cidades do Estado.

A partir da análise dos dados é possível concluir que existem sim ações acadêmico-administrativas de estímulo à a extensão e estas ações estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico, são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

No entanto, a garantida de divulgação no meio acadêmico pode e deve ser melhorada, no sentido de aumentar o envolvimento e engajamento tanto dos professores quanto dos alunos nessa questão. Para que isso ocorra é necessário que professores sejam incentivados

à desenvolverem mais projetos de extensão. No âmbito discente é imprescindível que as bolsas de estudos sejam reajustadas e que os mesmos sejam incentivados, de forma incisiva, a participar de ações de extensão. Dessa forma os alunos podem desenvolver ações paralelas à sua grade fixa de estudos, diversificando suas atividades acadêmicas e ao mesmo tempo, melhorando a aderência do aluno ao curso de graduação. Estimular ações de extensão, cultura e esporte dentro da universidade diminuem a evasão dos discentes e impactam positivamente na sociedade, já que aumentam diretamente o papel social da universidade dentro da sua comunidade local.

### **3.3.1.9 Política institucional de acompanhamento dos egressos**

A preocupação com a formação de um profissional crítico, com visão humanista e comprometida com as transformações sociais tem acompanhado todo o contexto pedagógico dos cursos da UFMS. Todavia, a formação profissional, como processo dinâmico que é, exige constante reflexão e revisão dos procedimentos adotados, o que se dará através das avaliações próprias da Instituição e do acompanhamento do egresso.

Neste contexto, a UFMS considera de grande relevância que sua relação com os estudantes não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional. O acompanhamento ao egresso desempenha um papel bastante significativo, pois possibilita que se avaliem os cursos da Instituição, de forma direta, e ainda, se verifique o tipo de profissional formado e se o perfil apresentado vem ao encontro dos objetivos delineados no Projeto Pedagógico de cada Curso.

A unidade INQUI não faz acompanhamento oficial dos alunos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação.

### **3.3.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional de acompanhamento dos egressos**

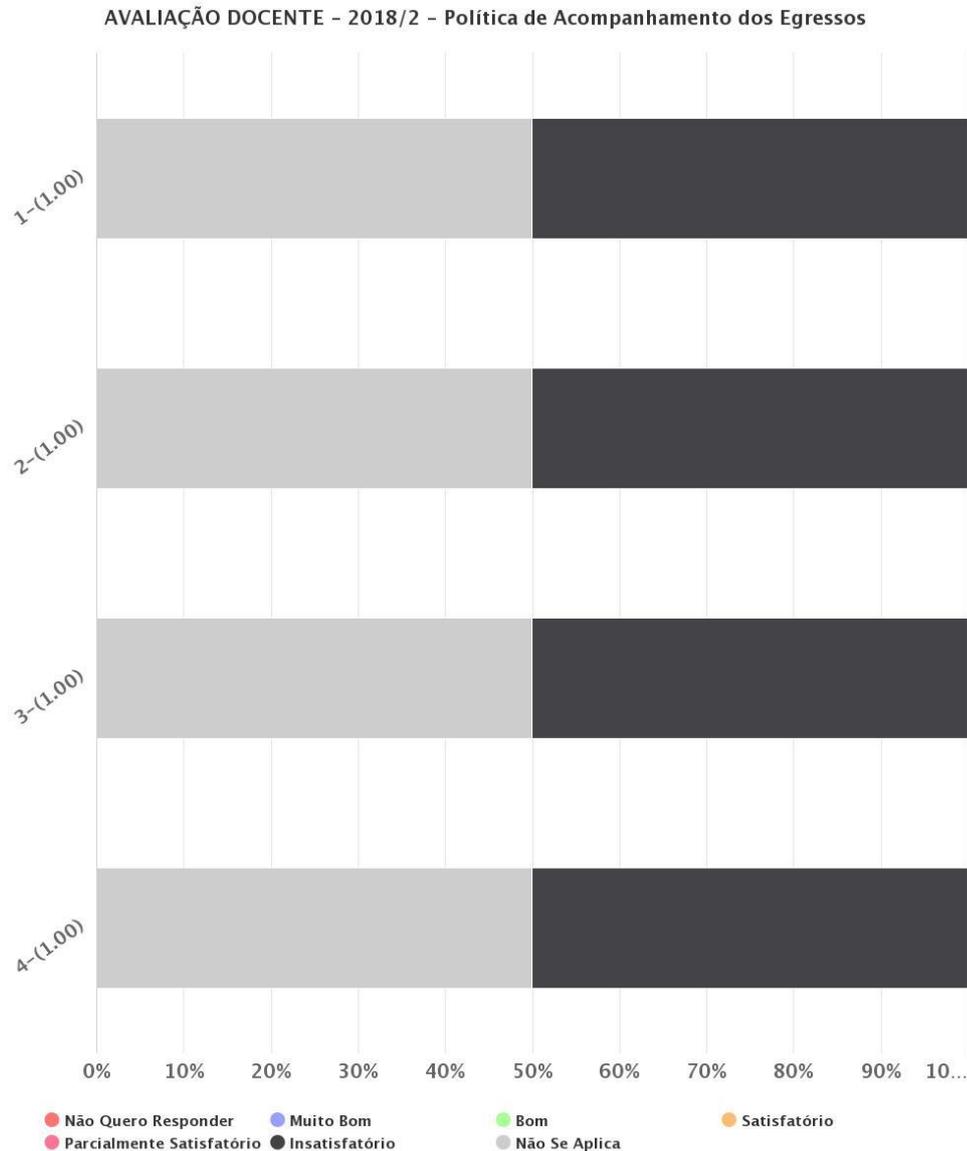
A percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional de acompanhamento dos egressos foi avaliada pelo diretor, coordenadores de graduação e pós-graduação e docentes. As medidas de percepção foram feitas através de questões onde o avaliador foi convidado a indicar pontuações variando entre 0 a 5, indicando insatisfação (nota 0) até muito bom (nota 5).

Gráfico 24 - Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 25 - Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Como mencionado, a unidade INQUI não faz acompanhamento oficial dos alunos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação. Nesse mesmo sentido, tanto a direção quanto os docentes demonstraram graus de insatisfação nas avaliações sobre essa questão.

Ainda assim, sabemos que muitos ex-alunos dos cursos de química se alocaram profissionalmente na própria instituição e esse é um aspecto muito positivo. A maioria dos técnicos, tanto de nível médio quanto de nível superior, da área de química trabalhando na UFMS são ex-alunos do INQUI. Boa parte dos docentes que lecionam aulas de química nos cursos de graduação e pós-graduação da universidade também são ex-alunos do INQUI.

Os pontos positivos observados e a dinâmica real dos egressos precisam ser registrados em estatísticas oficiais da instituição. Com a divulgação desses dados para a comunidade acadêmica será possível melhorar as pontuações da avaliação, aumentar a aderência ao curso, entre outros inúmeros aspectos positivos. Além disso, a divulgação de estatísticas que indiquem que os cursos oferecidos pela unidade de fato proporcionaram carreiras profissionais de sucesso para seus ex-alunos endossa uma das principais funções da universidade: a capacitação e formação de profissionais para o mercado de trabalho.

#### **3.3.1.11 Política institucional para internacionalização**

No campo das relações internacionais, a UFMS considera estratégica a consolidação dos acordos de cooperação científica e tecnológica e dos intercâmbios estudantes e de interação cultural que possibilitam criar oportunidades de aprimoramento profissional e capacitação aos estudantes de graduação, graduados e pós-graduados.

Há parcerias, convênios e projetos que oferecem mobilidade acadêmica internacional aos estudantes de graduação, como o programa Santander Luso-brasileiras Universidades, os projetos Erasmus Mundus – Ibrasil e Erasmus Mundus (Projeto EBW+). Há ainda estudantes participantes do Programa Ciências sem Fronteiras, em intercâmbio acadêmico. A internacionalização também se faz presente nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que estudantes de outros países participam de atividades relacionadas aos programas de mestrado e doutorado.

#### **3.3.1.12 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional para internacionalização**

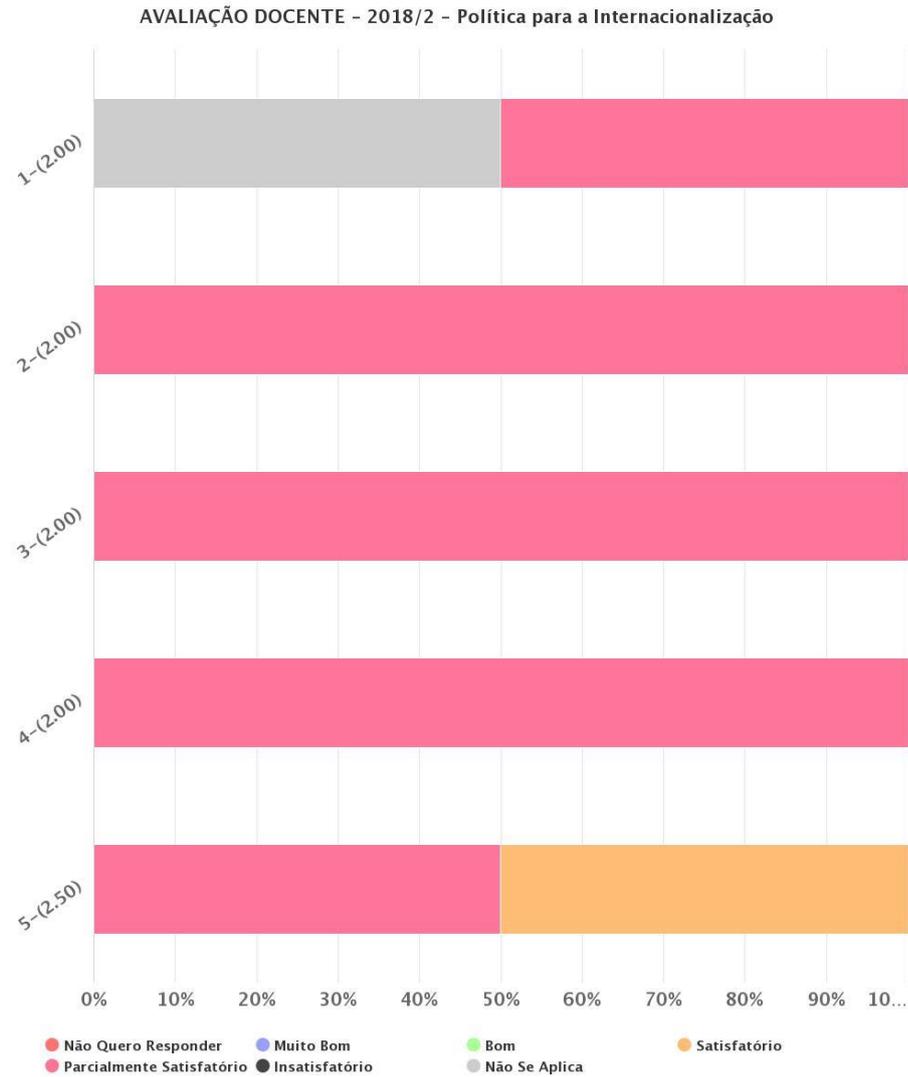
A percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional para internacionalização foi avaliada pelo diretor, coordenadores de graduação e pós-graduação, docentes e estudantes de pós-graduação e graduação presencial e EAD. As medidas de percepção foram feitas através de questões onde o avaliador foi convidado a indicar pontuações variando entre 0 a 5, indicando insatisfação (nota 0) até muito bom (nota 5).

Gráfico 26 - Avaliação das políticas para internacionalização pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 27 - Avaliação das políticas para internacionalização pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 28 - Avaliação das políticas para internacionalização pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Na avaliação das políticas para internacionalização pela direção da unidade foi possível observar que boa parte das questões foram avaliadas como satisfatórias, entre elas, a articulação com o PDI e a divulgação no meio acadêmico. Foram avaliadas como parcialmente satisfatórias apenas as questões que dizem respeito à proposições de ações inovadoras para a mobilidade acadêmica internacional e existência de coordenação. Já os docentes avaliaram as mesmas questões em sua maioria como parcialmente satisfatórias.

Discentes de graduação presencial avaliaram apenas duas questões sobre o assunto e demonstraram satisfação parcial (46%) ou insatisfação (31 e 38%).

A partir da análise conclui-se que a política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, é parcialmente efetiva e precisa ser melhorada. As atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio são coordenadas por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente podem ser melhor articuladas e com isso gerar mais impactos positivos. Toda a política de internacionalização deve, principalmente, ser mais divulgadas. A maior divulgação pode, inicialmente, melhorar o indicador e a percepção da comunidade acadêmica.

### **3.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade**

Essa dimensão apresenta a comunicação do INQUI e da UFMS com a sociedade, o que inclui o público interno e externo.

#### **3.3.2.1 Comunicação da Unidade Setorial com a comunidade interna e externa**

A comunicação do INQUI com a comunidade é realizada através do Portal da UFMS, onde são divulgados os boletins de serviço, além de notícias diversas de interesse da comunidade em geral, sendo esse serviço de responsabilidade do técnico de informática do INQUI. Conta-se ainda com serviço de telefonia e e-mail. Esse serviço está sob responsabilidade dos secretários e chefes de setor.

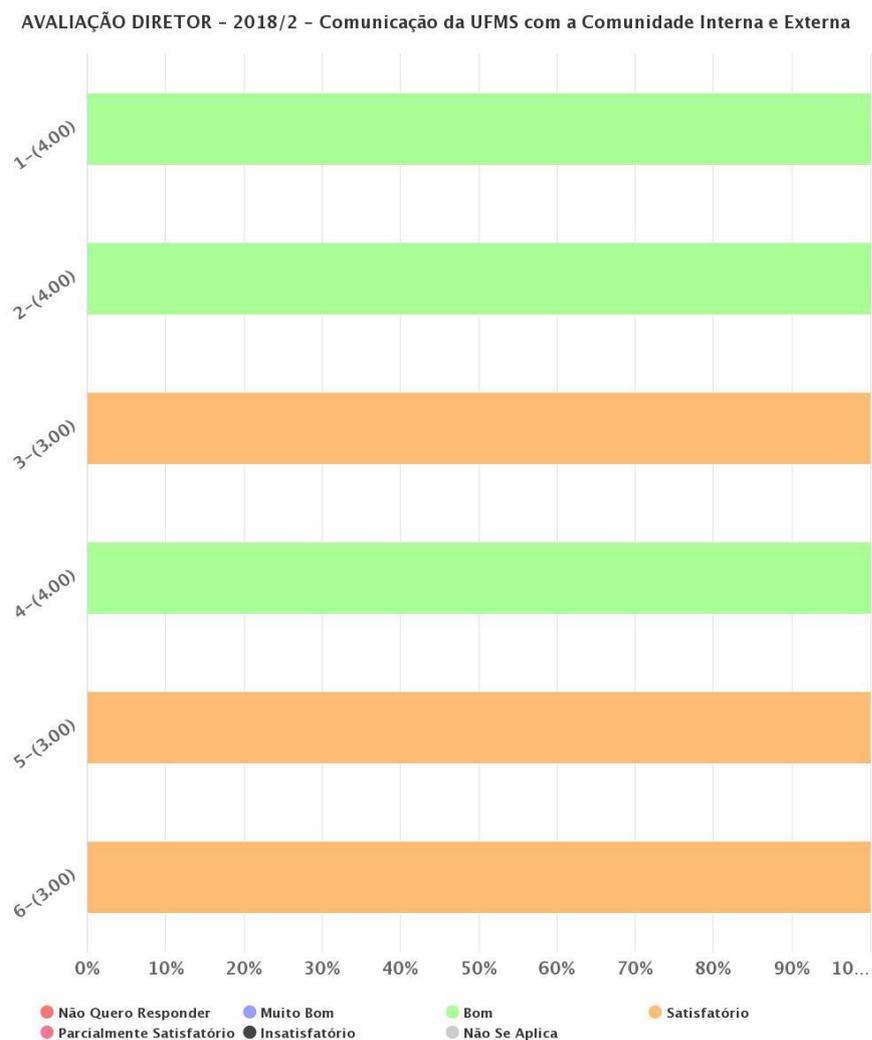
Há também, à disposição da comunidade, a Ouvidoria da UFMS, que tem por objetivo atuar no pós-atendimento através de um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Instituição visando o aprimoramento das ações e serviços prestados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

#### **3.3.2.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre a comunicação da UFMS com a comunidade interna e externa**

Este item da autoavaliação, foi pedido ao diretor, aos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial, estudantes de pós-graduação e docentes que respondessem questionários visando a avaliação da comunidade acadêmica da UFMS com a comunidade interna e externa. Ressalta-se que o número e natureza dos itens varia de acordo com o participante. Ao diretor pediu-se que avaliasse aos seguintes itens: (1) Eficiência (funcionamento, diversificação, clareza) dos canais de comunicação para a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa; (2) Mecanismos de

transparência institucional e de ouvidoria que gerem subsídios para a melhoria da qualidade institucional; (3) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação externa; (4) Publicação de documentos institucionais relevantes (5) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa; (6) Proposições de ações inovadoras em comunicação institucional.

Gráfico 29 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelo diretor

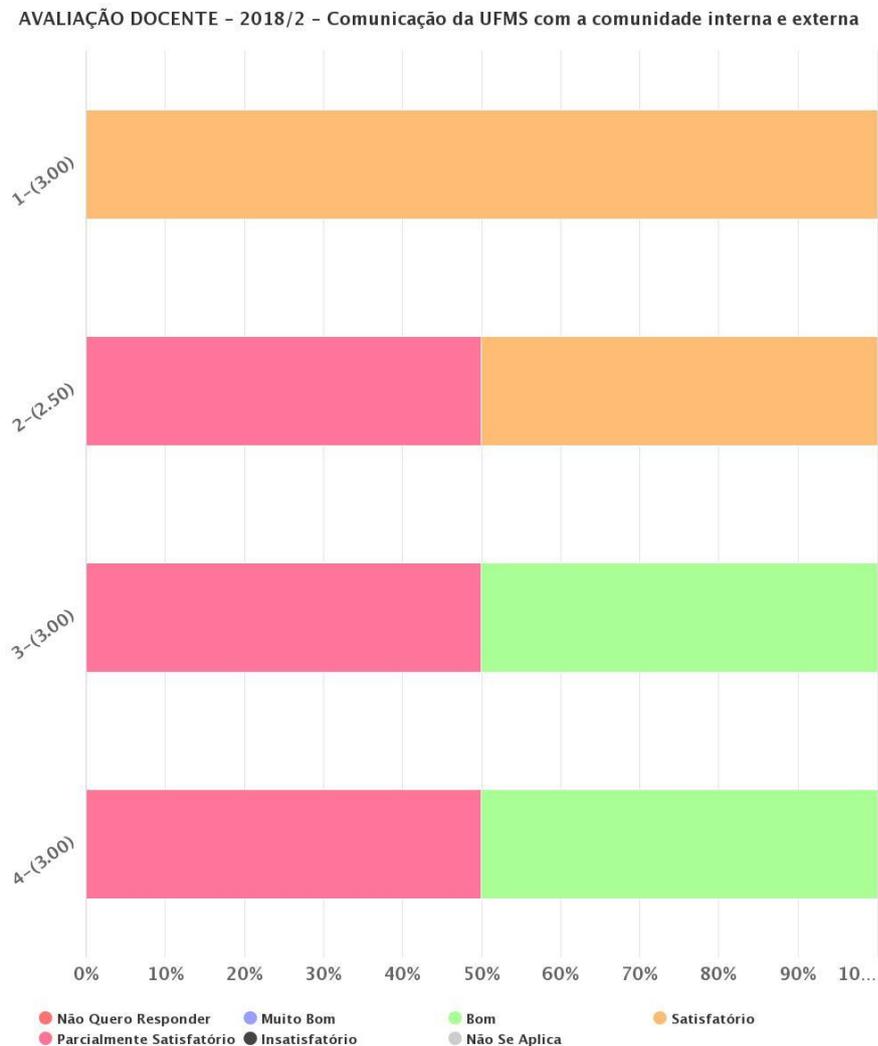


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Dentre os 6 itens avaliados, o Diretor do INQUI atribuiu conceito bom a 3 deles (4 pontos na escala de 1 a 5) e considerou os demais itens como satisfatórios (3 pontos na mesma escala).

Gráfico 30 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos docentes

Aos docentes coube responderem aos mesmos itens de (1) a (4) apresentados anteriormente.

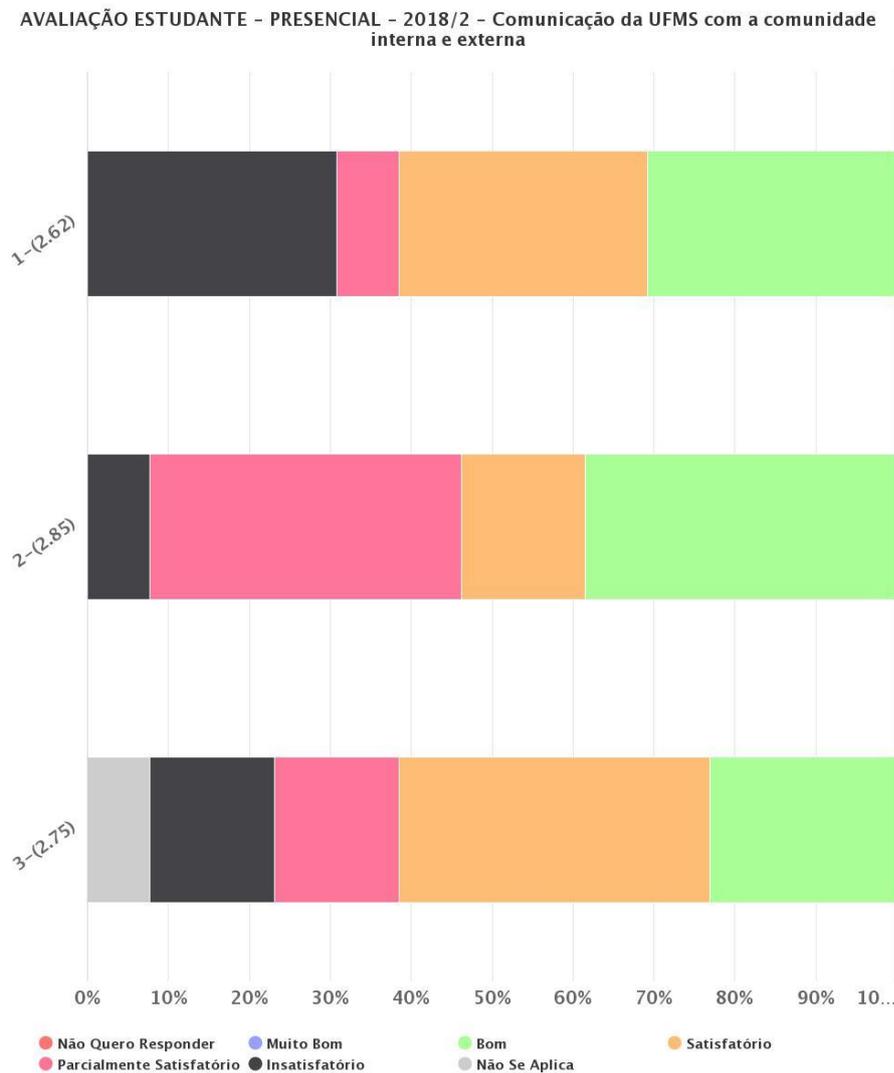


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Apenas 2 docentes de um total de 34 responderam ao questionário. Em termos gerais os itens avaliados foram considerados satisfatórios pelos docentes, porém ressalta-se que a avaliação de apenas dois docentes não pode ser considerada representativa para a comunidade docente do INQUI.

Gráfico 31 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos estudantes de graduação

Aos alunos de graduação pediu-se que avaliassem os itens: (1) Eficiência (funcionamento, diversificação, clareza) dos canais de comunicação para a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa; (2) Mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria que gerem subsídios para a melhoria da qualidade institucional; (3) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação externa (ENADE, Conceito Preliminar de Curso, Conceito Curso).



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Como já citado anteriormente, apenas 13 estudantes responderam ao questionário, dificultando a análise da avaliação. Fica explícita a necessidade de uma maior divulgação do

processo de avaliação pela CSA visando a compreensão da comunidade sobre a importância do mesmo.

### **3.3.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes**

Na dimensão 9 são expostas as políticas de atendimento aos discentes, envolvendo os programas de atendimento aos estudantes e os programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

#### **3.3.3.1 Política de atendimento aos discentes**

A Coordenadoria de Integração e Assistência Estudantil, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A UFMS oferece diversos programas de apoio pedagógico e financeiro como estímulo à permanência discente:

- Projetos de extensão - com oferecimento de bolsas
- Ações de desporto - com oferecimento de bolsas
- Ações de cultura - com oferecimento de bolsas
- Projetos de pesquisa - com oferecimento de bolsas
- Programa de monitoria - com oferecimento de bolsas
- Cursos de nivelamento para calouros
- Ação de Atenção à Saúde do acadêmico
- Assistência estudantil:
  - Bolsa Permanência/UFMS
  - Bolsa Permanência/MEC
  - Auxílio Alimentação
  - Auxílio Emergencial
  - Auxílio Creche
  - Auxílio Moradia
  - Suporte Instrumental/KIT

Na Tabela 10 estão apresentados os estudantes que receberam auxílios e bolsas no INQUI em 2018.

Tabela 10 - Número de estudantes beneficiados por Auxílios e bolsas - 2018.

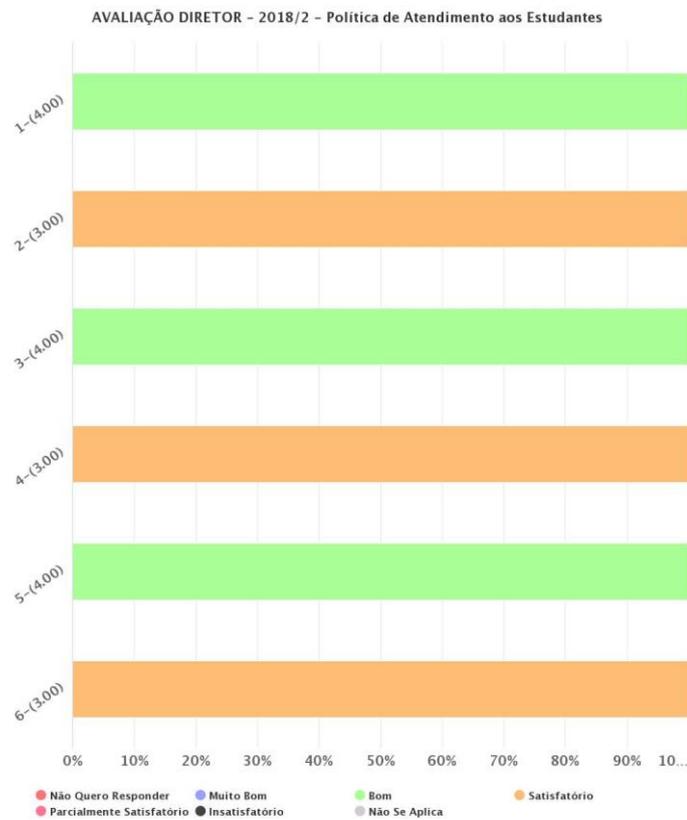
Tipo de auxílio/bolsa	Número de estudantes
Permanência	12
Moradia	06
Creche	--
Emergencial	--
Alimentação	--
Atleta	--
Esporte universitário	01
Mais cultura	--
Total	19

Fonte: DIASE/CIAE/PROAES/UFMS

### 3.3.3.2. Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes

Sobre a percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes foi pedido ao diretor, coordenadores de graduação e pós, graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos que respondessem aos seguintes questionamentos: (1) Programas de acolhimento e permanência (bolsas e auxílios); (2) Programas de acessibilidade (adaptação de espaços, equipamentos adaptados as deficiências, tecnologias assistivas); (3) Programas de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados; (4) Apoio psicopedagógico; (5) Sua execução em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição; (6) Proposições de ações inovadoras para o atendimento estudante.

Gráfico 32 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelo diretor

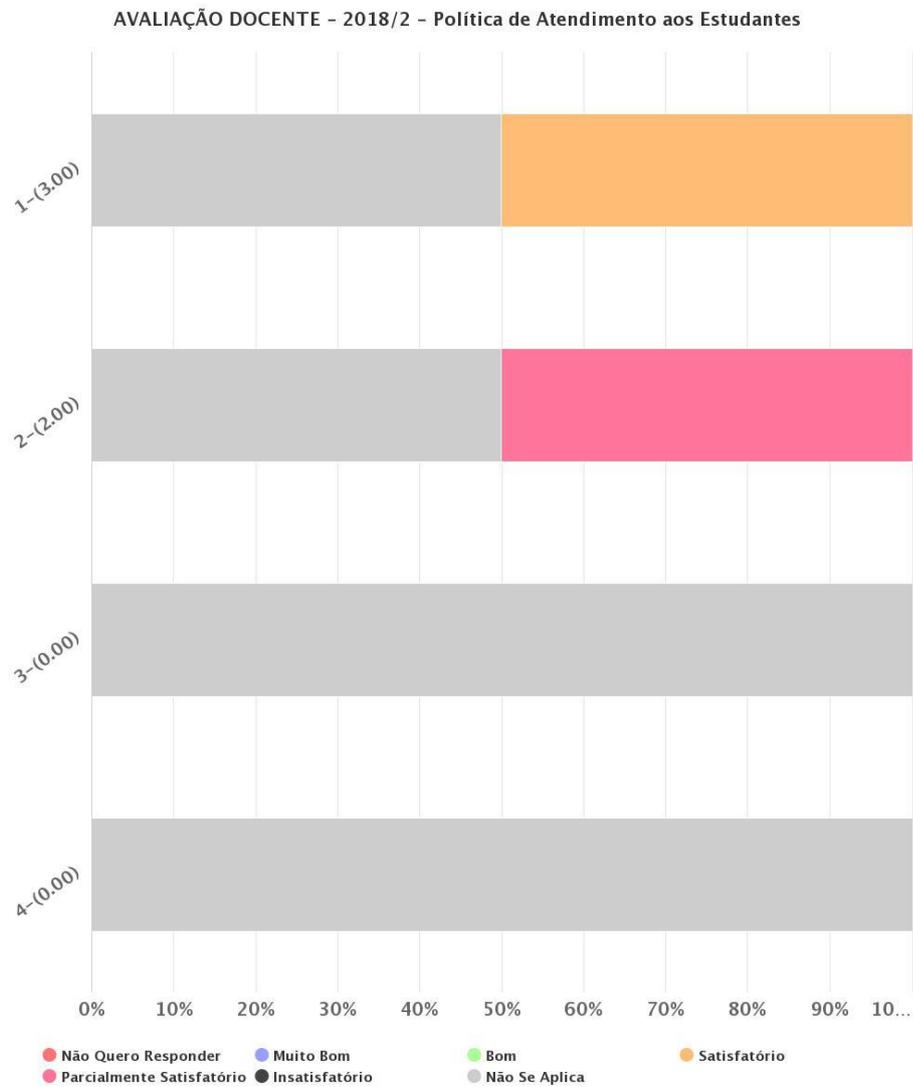


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Dentre os 6 itens avaliados, o Diretor do INQUI atribuiu conceito bom a 3 deles (4 pontos na escala de 1 a 5) e os demais itens foram conceituados como satisfatórios (3 pontos na mesma escala).

Gráfico 33 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos docentes

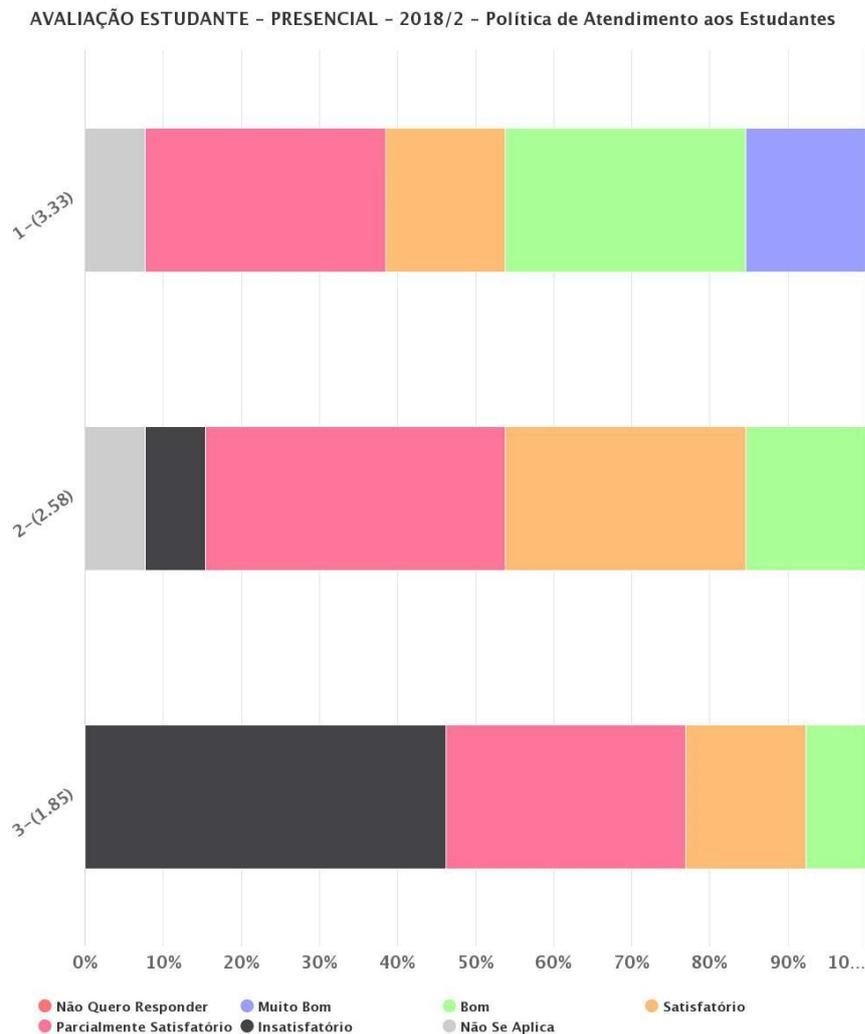
Os docentes responderam os itens de (1) a (4) do questionário.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Com apenas dois docentes respondendo ao questionário fica impossível a avaliação do item devido a estes não representarem quantitativamente a comunidade docente do INQUI.

Gráfico 34 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Dentre os 3 itens avaliados pelos 13 discentes que responderam ao questionário fica evidente que o maior descontentamento está no item (3), que corresponde ao apoio psicopedagógico oferecido aos estudantes, avaliado como insatisfatório por 46,15%.

### 3.3.3.3 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos

A UFMS, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, oferece o Auxílio para Participação de Estudantes em Eventos – APEE. O APEE tem por objeto contribuir com a formação acadêmica dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu da UFMS, com o apoio financeiro para participação em

conferências, congressos, cursos e outros eventos de caráter científico, técnico-científico, de inovação, empreendedorismo, artísticos e culturais.

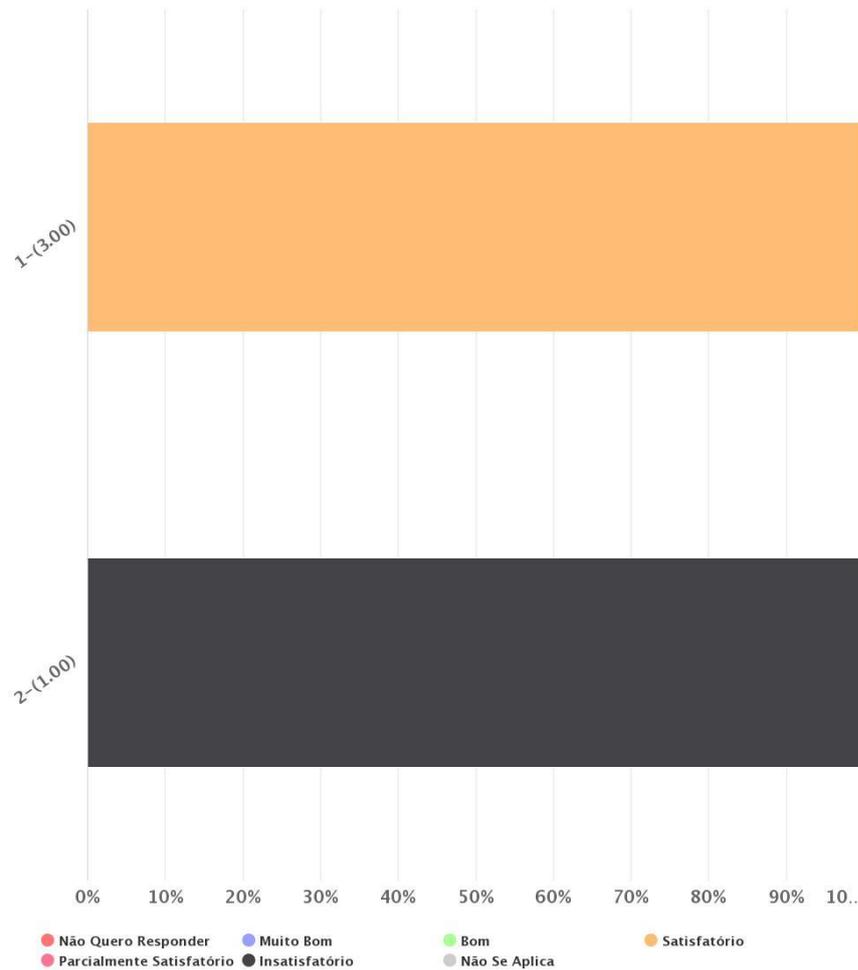
O APEE é oferecido em diversas modalidades, abrangendo: a participação individual ou coletiva de estudantes de graduação em eventos científicos, tecnológicos ou de inovação, de caráter científico, cultural, esportivo acadêmico e de empreendedorismo, com convite da organização do evento, ou para apresentação de trabalho; a participação coletiva de estudantes para representação institucional da UFMS: Empresas Juniores, Atléticas, Diretório Central dos Estudantes (DCE), Ligas Acadêmicas, Programa de Educação Tutorial (PET), Grupos Artísticos ou outras formas de representação; e a participação individual de estudante de programa de pós-graduação stricto sensu (PPG) para apresentar trabalhos em eventos científicos.

#### **3.3.3.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos**

Neste quesito da autoavaliação, pediu-se ao diretor, coordenadores de graduação e pós, graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos que respondessem a dois quesitos: (1) Apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional; (2) Apoio à produção acadêmica estudante e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.

Gráfico 35 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelo diretor

AVALIAÇÃO DIRETOR - 2018/2 - Política Institucional e Ações de Estímulo à Produção Estudante e à Participação em Eventos

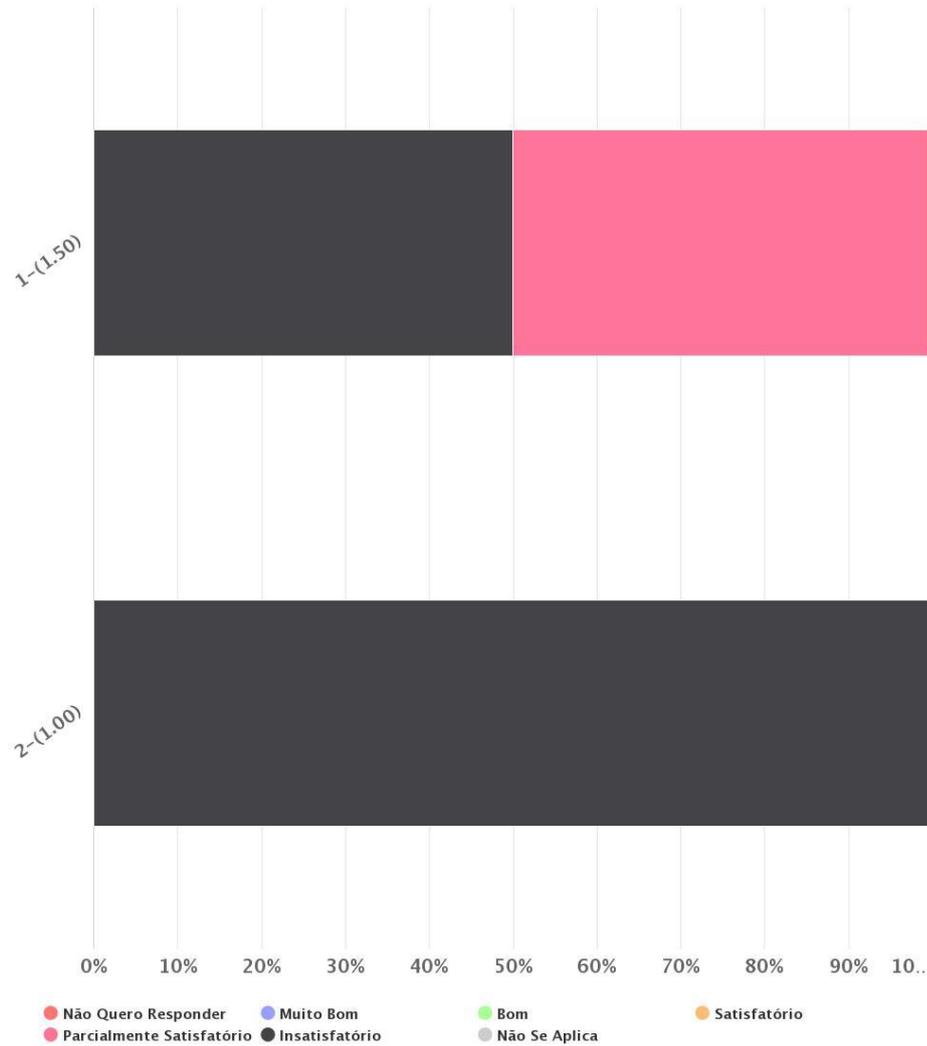


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

O diretor avaliou os itens tendo este atribuído conceito satisfatório (3 pontos, na escala de 1 a 5) ao item (1). O item (2) foi conceituado como insatisfatório (1 ponto, na mesma escala).

Gráfico 36 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos docentes

AVALIAÇÃO DOCENTE - 2018/2 - Política institucional e ações de estímulo à produção estudantil e à participação em eventos

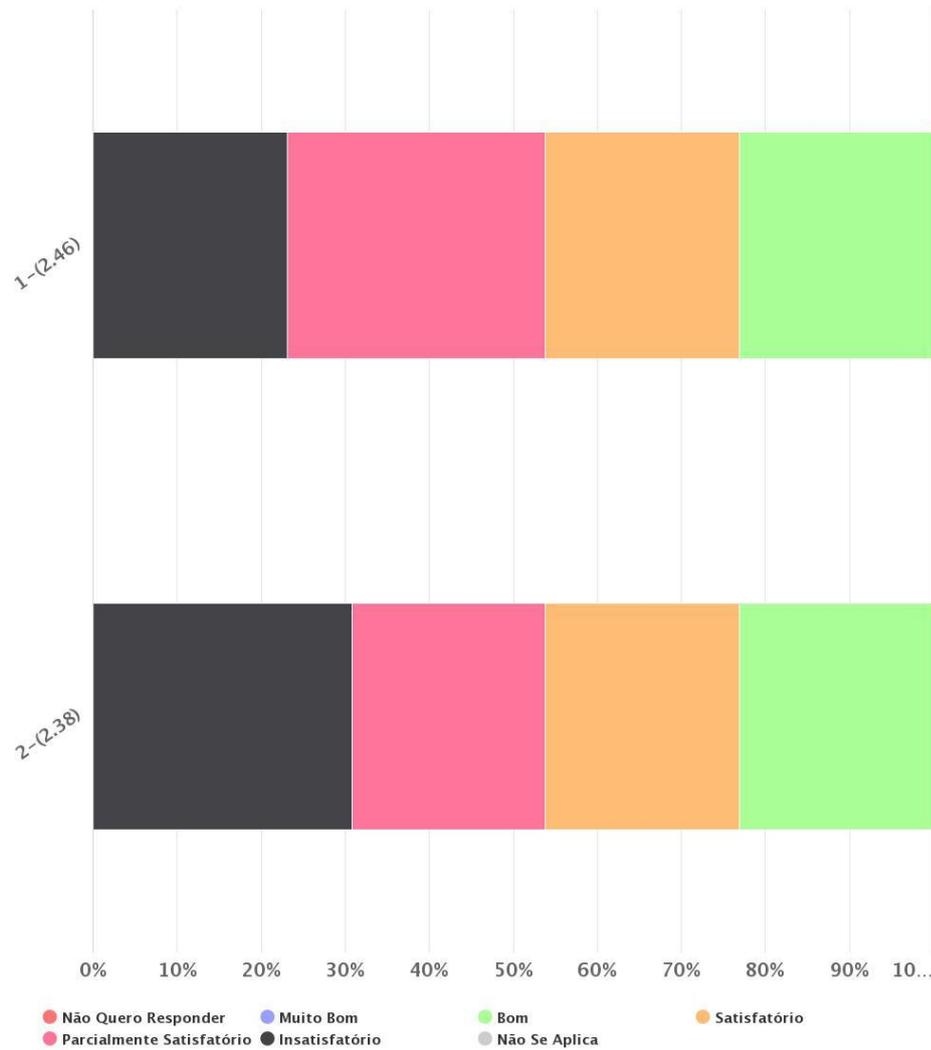


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Ambos os docentes que responderam ao questionaram conceituaram os dois itens em avaliação como parcialmente satisfatório e insatisfatório. Lembrando que este número de docentes impossibilita a avaliação do item, devido a não ser representativa para a comunidade de docentes do INQUI.

Gráfico 37 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos estudantes de graduação

AValiação Estudante - PRESENCIAL - 2018/2 - Política Institucional e Ações de Estímulo à Produção Estudantil e à Participação em Eventos



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

O questionário foi respondido por 13 estudantes que conceituaram os dois itens em avaliação de bom a insatisfatório, deixando claro a dificuldade de analisar a avaliação devido à baixa adesão dos discentes.

### 3.4 EIXO 4 - Políticas de Gestão

No Eixo 4 serão descritas as políticas de Gestão da UFMS, bem como a identificação das potencialidades e fragilidades, das dimensões: políticas de pessoal; organização e gestão da Instituição; e sustentabilidade financeira.

#### 3.4.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades de administração de pessoal e de recursos humanos da UFMS. As políticas de pessoal também são desenvolvidas pela Divisão de Formação de Professores, Articulação e Aperfeiçoamento Pedagógico (DIFOR), e divisão da Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (SEDFOR).

A Gestão de Pessoas é umas das grandes prioridades da Administração da UFMS, objetivando viabilizar e fortalecer a política de recursos humanos, proporcionando não apenas um aumento significativo no quantitativo da força de trabalho, bem como a capacitação e qualificação dos servidores, mas acima de tudo qualidade de vida no trabalho.

##### 3.4.1.1 Titulação do corpo docente

O corpo docente do INQUI é composto por 100% de mestres e doutores, sendo todos estes docentes em tempo integral, distribuído conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 - Titulação e regime de trabalho dos docentes do INQUI

Titulação/Regim e de Trabalho	Integral	Parcial	Horista	Total
Doutor	34	0	0	34
Mestre	1	0	0	1
Especialista	0	0	0	0
Total	35	0	0	35

Fonte: COAD/INQUI.

Dos servidores listados na Tabela 13, 32 são docentes permanentes do quadro e três são professores visitantes.

#### **3.4.1.2 Política de capacitação docente e formação continuada**

A política de capacitação segue as normas gerais para a capacitação do Docente integrante da Carreira do Magistério Superior, aprovadas na UFMS, que propicia a sua participação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo programas em níveis de mestrado e doutorado e ainda, estágio pós-doutoral. Os critérios de seleção, priorização e qualificação para os afastamentos dos docentes, seguem os seguintes princípios: a) desempenho acadêmico do docente; b) o plano de estudos do docente; c) a expectativa de sua contribuição futura para a UFMS; e, d) o credenciamento do Curso de Mestrado e Doutorado, no país, pela Capes.

As normas estão publicadas na página da PROGEP, no portal da Universidade, e estão de acordo com a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal (Decreto nº 5.707/2006).

Na Tabela 12 está apresentado o quantitativo de docentes em qualificação acadêmica no ano de 2018.

Tabela 12 - Tabela com número de docentes em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado em 2018 (afastados ou não)

Pós-doutorado	Doutorado	Mestrado
1	1	

Fonte: COAD/INQUI

Também, como política, há o Programa de Capacitação e Qualificação, com o objetivo de oportunizar a participação dos docentes em atividades que visem sua capacitação profissional permanente e a formação e aperfeiçoamento pedagógico de forma continuada. O Programa tem suas ações publicadas no Plano Anual de Capacitação dos Servidores da UFMS, também disponível no portal da Universidade e amplamente divulgado aos docentes.

Mais informações sobre o plano estão disponíveis na página eletrônica da Progep ([https://progep.ufms.br/coordenadorias/desenvolvimento-e-recrutamento/capitacao\\_qualificacao](https://progep.ufms.br/coordenadorias/desenvolvimento-e-recrutamento/capitacao_qualificacao)).

Em 2018, foram oferecidos dois cursos aos docentes do INQUI. Na Tabela 15 estão apresentados os dados de participação docente nos cursos e de recebimento de auxílio para participação em eventos.

Tabela 13 - Participação em cursos e auxílio para eventos

Tipos de atividades	Nº de docentes
Participação em cursos na IES	5
Auxílios para eventos	6

Fonte: COAD/INQUI

#### **3.4.1.3 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação docente**

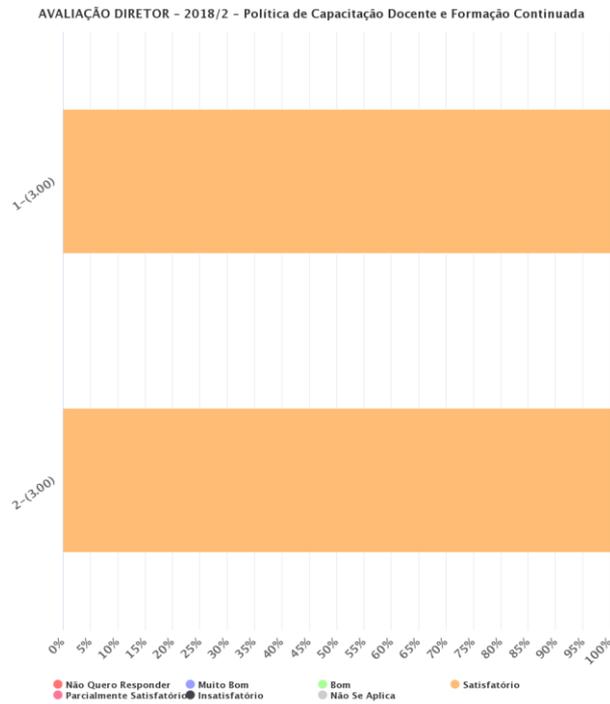
A capacitação docente possibilita, através da atualização profissional e formação continuada, melhorias no desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A direção e os docentes responderam sobre:

- a possibilidade de participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal; e
- a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas regulamentadas.

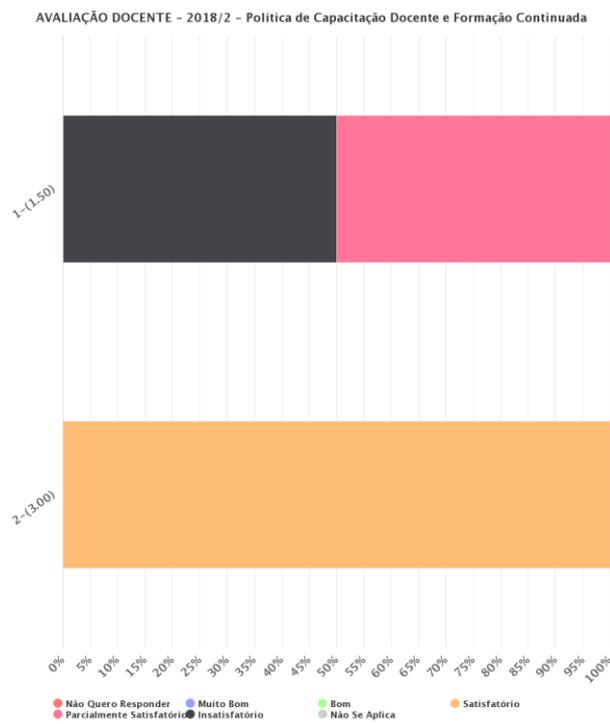
As respostas são apresentadas nos Gráficos 38 e 39. Não constam respostas por parte das coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação.

Gráfico 38 - Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 39 - Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Ao ingressar na UFMS, o docente participa do curso de formação inicial de professores, o qual faz uma introdução aos principais serviços disponibilizados, além de apresentar a estrutura e funcionamento da Universidade. Apesar da importância na formação profissional, não existe uma grande oferta de cursos especificamente direcionada aos servidores docentes.

Em relação à participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, muitos docentes utilizam recursos próprios para tal finalidade, o que explica o baixo número de servidores que receberam auxílio da Unidade.

No INQUI, quase que a totalidade do corpo docente é composta por Doutores, sendo que o único servidor com titulação de Mestre encontra-se afastado atualmente cursando o Doutorado.

No geral, pode-se dizer que a disponibilidade de recursos para participação em eventos é pequena, contemplando poucos docentes. No entanto, na Unidade sempre houve apoio para que os seus servidores buscassem cursos para o desenvolvimento pessoal e, principalmente, para a qualificação acadêmica, que possui impacto na qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para o ano de 2019 está previsto o afastamento do docente Amílcar Machulek Júnior para realização de estágio de pós-doutorado, através do programa CAPES-PrInt.

#### **3.4.1.4 Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo**

A UFMS tem incentivado a capacitação do corpo técnico-administrativo buscando promover um conjunto de ações e programas permanentes voltados para a interação da tríade trabalho x servidor x instituição. Esses programas e ações são publicados no Plano Anual de Capacitação dos Servidores da UFMS.

O plano está disponível no portal da Universidade e é amplamente divulgado aos técnicos-administrativos. Neste contexto, estão previstas ações voltadas à formação continuada dos servidores técnico-administrativos em áreas prioritariamente ligadas às atividades profissionais; programa de habilitação formal visando ao desenvolvimento do servidor; treinamento introdutório para os servidores em início de atividades; programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento das áreas administrativas; cursos em gestão pública destinados a qualificar os servidores e capacitá-los para exercerem funções de chefia

e direção; critérios para afastamentos para pós-graduação em que a prioridade seja para as linhas de desenvolvimento institucional.

Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais, a Divisão de Capacitação e Qualificação (DICQ/CDR/PROGEP) possibilita ajuda de custo com o pagamento da inscrição, diárias e passagens em participação de eventos de curta duração, tais como: congressos, encontros, conferências, seminários, fóruns, palestras, mesas redondas, workshops, oficinas, cursos e similares. O evento deve estar diretamente relacionado com as atividades laborais do requerente.

As normas para capacitação e para solicitação de auxílio estão publicadas na página da PROGEP, no portal da Universidade, e estão de acordo com o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (PDI-PCCTAE), elaborado de acordo com o disposto no artigo 24 da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, bem como as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006.

Em 2018, foram oferecidos 06 cursos de desenvolvimento pessoal e profissional aos técnicos-administrativos pela UFMS.

A Tabela 14 apresenta o quantitativo de técnicos na Unidade e sua distribuição por titulação. Na Tabela 15 constam o número de técnico-administrativos que participaram de cursos e os auxílios recebidos para participação em eventos/cursos. A Tabela 16 apresenta o quantitativo de técnico-administrativos em qualificação acadêmica, afastados ou não.

Tabela 14 - Número de técnico-administrativos na Unidade

Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
0	1	5	4	6	5	21

Fonte: COAD/INQUI

Tabela 15 - Participação de técnico-administrativos em cursos na IES e auxílios para participação em eventos/cursos

Tipos de atividades	Nº de técnico-administrativos
Participação em cursos na IES	6
Participação em cursos externos	4
Auxílios para eventos/cursos fora da IES	1

Fonte: COAD/INQUI

Os cursos oferecidos na Unidade foram de Prevenção e Combate à Incêndios, sendo disponibilizado para a preparação/formação de brigadistas para o combate a incêndios. Além desse curso, outros cursos foram disponibilizados pela Divisão de Capacitação e Qualificação (DICQ/CDR/PROGEP), sendo que as informações referentes a estes encontram-se na página da DICQ.

O INQUI disponibilizou auxílio para que a servidora Luciana Marçal Ravaglia tivesse participação no evento XV Jornada Brasileira de Ressonância Magnética.

A disponibilidade de diversos cursos em plataformas em rede, facilita a participação dos servidores em cursos externos. A exemplo, pode-se citar os cursos Primeiros Passos Linux Ubuntu Server e Administrando Servidores Windows 2016, que contaram com a participação de um servidor da Unidade.

Tabela 16 - Número de técnico-administrativos em qualificação acadêmica na graduação ou em programas pós-graduação em 2018 (afastados ou não)

Pós-doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação
0	2	3	0	0

Fonte: COAD/INQUI

#### **3.4.1.5 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo**

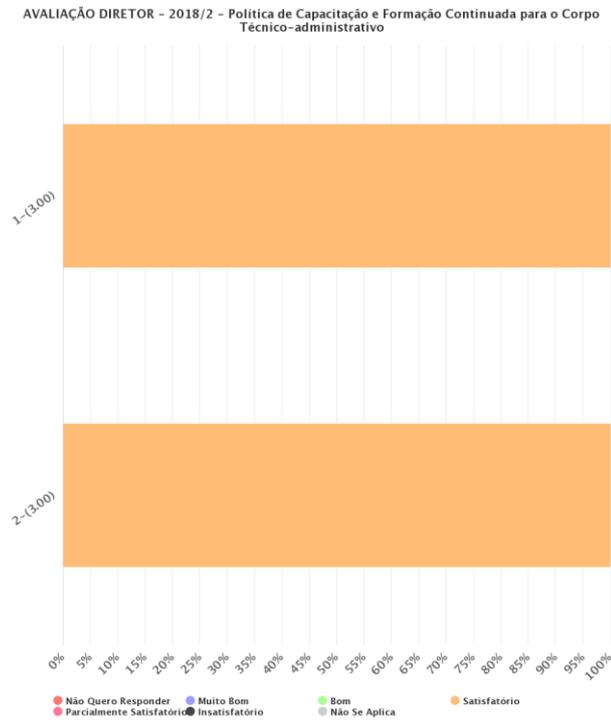
Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, a Instituição promove o desenvolvimento contínuo do servidor através de cursos de capacitação profissional e de formação continuada.

A direção e o corpo técnico administrativo responderam sobre:

- a possibilidade de participação em eventos científicos, técnicos, artísticos, culturais, ou em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional; e
- a qualificação acadêmica na graduação e/ou na pós-graduação.

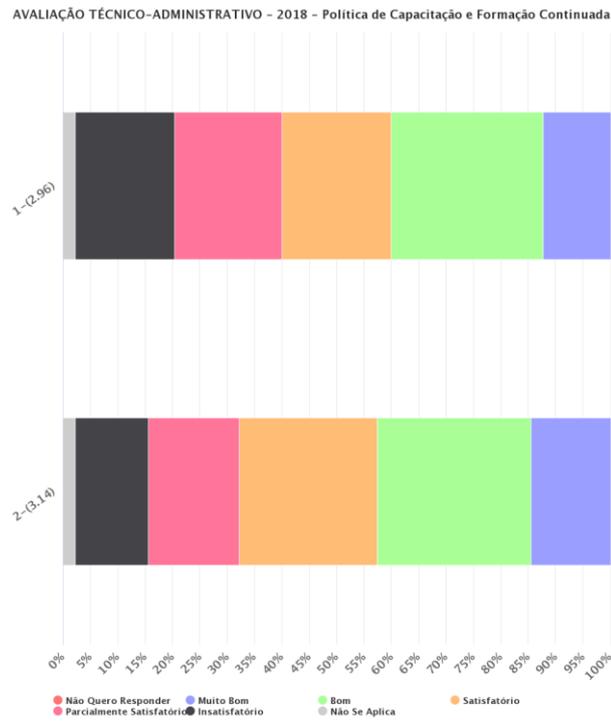
As respostas são apresentadas nos Gráficos abaixo.

Gráfico 40 - Avaliação da política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 41 - Avaliação da política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

O INQUI apoia e incentiva a participação dos técnicos-administrativos tanto em cursos de capacitação quanto na qualificação acadêmica (Mestrado e Doutorado), em que mais de 50% do corpo técnico-administrativo considera a possibilidade de participação em eventos e cursos, e a qualificação acadêmica pelo menos satisfatória.

O Plano Anual de Capacitação foi aprovado pelo Conselho Diretor, Resolução nº 49(CD), de 15 de março de 2019, visando o aperfeiçoamento de competências individuais e profissionais do Quadro Funcional da UFMS.

### **3.4.2. Dimensão 6: Organização e Gestão de Instituição**

Neste item são apresentadas informações sobre a forma de gestão do INQUI.

#### **3.4.2.1 Processos de gestão institucional**

A administração do Instituto de Química é exercida pelo Conselho do Instituto (deliberativo) e pela Diretoria (executivo). E fica a cargo da Coordenação Administrativa a assessoria e colaboração com a Diretoria nos diversos assuntos relacionados à gestão acadêmica e gestão administrativa. Compõem também os órgãos gestores a Secretaria de Apoio Pedagógico, Secretaria Acadêmica e as Coordenações dos cursos de Graduação e Pós-Graduação.

No INQUI os órgãos gestores são compostos por Lincoln Carlos Silva de Oliveira (Diretor), Ademar Alves Ferreira (Coordenação Administrativa), Mislandi Estér da Silva (Secretaria de Apoio Pedagógico), Ronaldo Amaral (Secretaria Acadêmica), Carlos Eduardo Domingues Nazário (Coordenador dos cursos de Graduação), Silvio César de Oliveira (Coordenador dos cursos de Mestrado e Doutorado).

O Conselho do Instituto de Química é composto por Lincoln Carlos Silva de Oliveira, presidente, Dênis Pires de Lima, Gleison Antônio Casagrande, Leandro Moreira de Campos Pinto e Sergehi Antonio Juiz, representantes docentes eleitos, Carlos Eduardo Domingues Nazário, Coordenador dos cursos de Graduação, Silvio César de Oliveira, Coordenador dos cursos de Mestrado e Doutorado, Ivo Leite Filho, Coordenador do Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional, Leopoldo Albigesi Barbosa, representante dos técnicos-administrativos indicado pelo SISTA, Amílcar Machulek Júnior, representante docente indicado pela ADUFMS, Elis Regina da Silva Gonçalves, representante discente dos cursos de

Graduação, Rebeca Fabbro Cunha, representante discente dos cursos de Mestrado e Doutorado, e Ademar Alves Ferreira, Coordenador Administrativo.

O Colegiado dos Cursos de Graduação em Química (Licenciatura, Bacharelado Tecnológico e Bacharelado em Engenharia) é composto por Carlos Eduardo Domingues Nazário, Walmir Silva Garcez, Onofre Salgado Siqueira e Sérgio Carvalho de Araújo, representantes docentes, e Patrick da Silva Mirowski, representante discente.

O Colegiado dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Química é composto por Silvio César de Oliveira, presidente, Carlos Eduardo Domingues Nazário, Fernanda Rodrigues Garcez, Leandro Moreira de Campos Pinto, Marco Antonio Utrera Marns e Nídia Cristiane Yoshida, representantes docentes, e Bibiana Karling Marni, representante discente.

A composição do Conselho do Instituto e dos Colegiados, bem como o mandato obedecem a regulamentação estabelecida na UFMS:

- Resolução nº 35(COUN), de 13 de maio de 2011, Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 78(COUN), de 22 de setembro de 2011, Regimento geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 550(COGRAD), de 20 de novembro de 2018, Regulamento Geral dos Cursos de Graduação;
- Resolução nº 301(COPP), de 20 de dezembro de 2017, Normas para pós-graduação; stricto sensu;
- Resolução nº 177(COPP), de 16 de julho de 2018, Regulamento dos cursos de Mestrado e Doutorado em Química.

As decisões tomadas pelos Colegiados de curso e pelo Conselho de Instituto são de domínio público, sendo que as atas e deliberações são divulgadas no Boletim Oficial da Instituição e de livre acesso.

#### **3.4.2.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre os processos de gestão institucional**

A política de gestão institucional deve orientar o planejamento, bem como coordenar e executar as atividades a serem desenvolvidas na Unidade.

A direção, os docentes, os discentes de graduação presencial e o corpo técnico-administrativo responderam sobre:

- a valorização da autonomia e da representatividade dos órgãos gestores e colegiados;

- a participação de docentes, técnicos, estudantes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso) nos colegiados;
- a regulamentação do mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e preveem a sistematização e divulgação das decisões colegiadas; e
- a apropriação (divulgação/utilização) das decisões colegiadas pela comunidade interna.

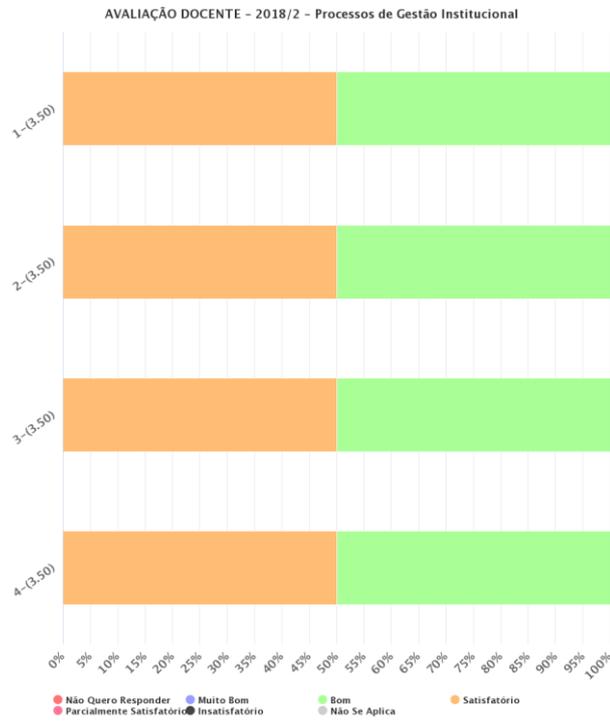
As respostas são apresentadas nos Gráficos a seguir. Não constam respostas por parte das coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação e discentes de pós-graduação.

Gráfico 42 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelo diretor



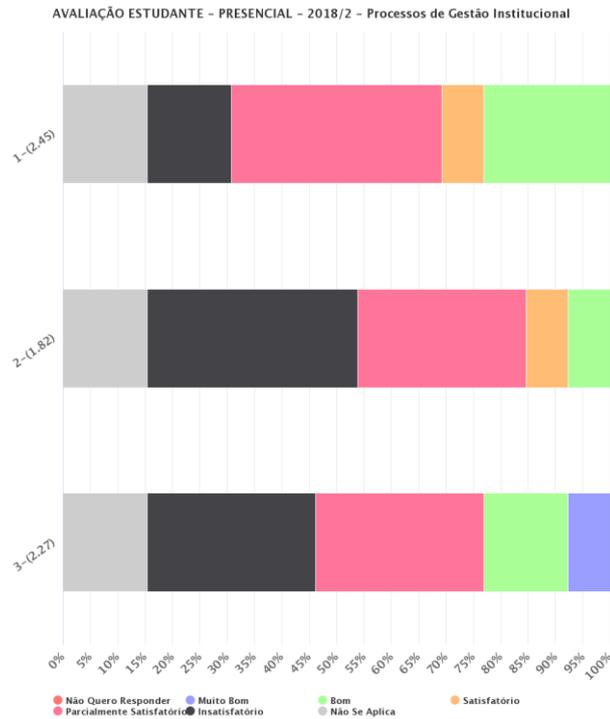
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 43- Avaliação dos processos de gestão institucional pelos docentes



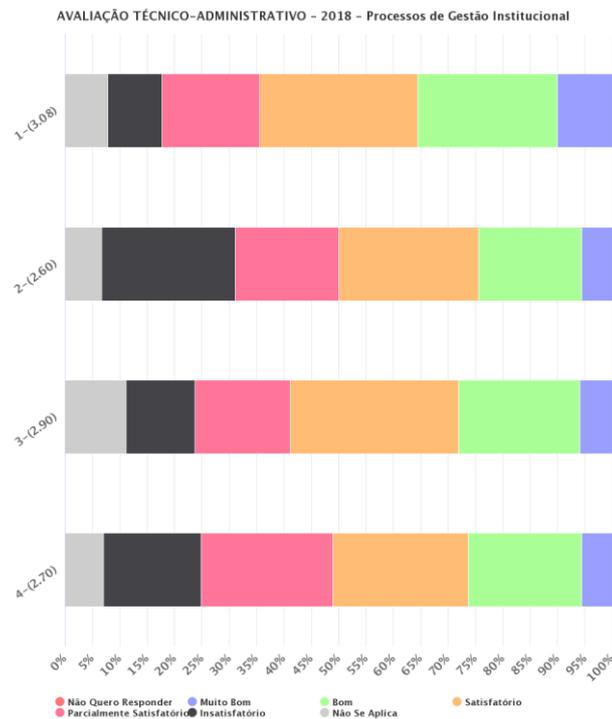
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 44 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 45 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos técnicos-administrativos



De um modo geral são considerados satisfatórios ou bons os processos de gestão institucional. Para os estudantes as respostas consideram pouco satisfatórios ou insatisfatórios os processos de gestão institucional, mas vale ressaltar que tanto no Conselho do Instituto, quanto nos Colegiados dos cursos é assegurada a participação de um representante discente.

No INQUI os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, estudantes, sendo que as decisões colegiadas são amplamente divulgadas. O mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados é regulamentado de acordo com as normas/regulamentos da UFMS.

O INQUI continuará com transparência, tomando decisões através dos órgãos gestores e colegiados que viabilizem o funcionamento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

### 3.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Na dimensão 10 são apresentadas informações sobre a gestão Orçamentária e Financeira do INQUI, assim como a participação da comunidade interna no direcionamento de recursos da unidade.

### **3.4.3.1 Sustentabilidade financeira**

No INQUI, o orçamento é direcionado de modo a garantir o funcionamento com qualidade de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, é realizado um levantamento das necessidades prioritárias, das demandas de aulas práticas, e de melhorias que podem ser abrangidas. Não menos importante, também é levado em consideração as demandas apontadas nos relatórios de avaliação interna anteriores.

O PDU do INQUI foi aprovado no final de 2018, portanto, deverá ter efeitos apenas na próxima avaliação. Atualmente, os recursos têm sido destinados para a realização das atividades que estavam previstas no PDI-setorial.

O orçamento disponível no INQUI é basicamente proveniente de verba repassada pela UFMS. Outros recursos disponíveis são coordenados diretamente por pesquisadores que solicitam auxílio financeiro através de editais específicos nos órgãos de fomento: CNPq, CAPES, FINEP, FUNDECT.

Da verba destinada à Unidade pela UFMS, foram disponibilizados: R\$38.886,85 para revitalização de laboratórios, R\$78.403,78 de custeio (diárias/passagens, cesta e manutenção) e R\$39.201,89 para investimento.

A utilização dos valores na Unidade segue como critério a demanda de prioridades, como a compra de reagentes para utilização em aulas práticas e a instalação de aparelhos de ar condicionado. Solicitações reportadas nos relatórios de avaliação interna anteriores também são levadas em consideração. Pode-se citar como exemplo a demanda dos discentes pela instalação de bebedouros e bancos nas dependências do Instituto, que foram atendidas. No entanto, o repasse para a Unidade de recursos para manutenção foram limitados e não houveram recursos para reforma.

As deliberações para a utilização do orçamento são acompanhadas pelo Conselho do Instituto e pelos Colegiados de Cursos, que auxiliam na tomada de decisões para melhor aplicação do orçamento da Unidade.

### **3.4.3.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre a sustentabilidade financeira**

A sustentabilidade financeira é de suma importância para a Unidade, sendo primordial para o bom desenvolvimento das atividades. As metas propostas devem ser bem estabelecidas de modo a garantir as condições de equilíbrio financeiro.

No quesito sustentabilidade financeira e sua relação com o desenvolvimento institucional e com a participação da comunidade interna, a direção respondeu sobre:

- a articulação entre a proposta orçamentária e as políticas de ensino, extensão e pesquisa;
- a previsão de ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos;
- as propostas de estudos para gerir, com metas e indicadores, a distribuição de recursos;
- a utilização das análises do relatório de avaliação interna para a elaboração da proposta orçamentária; e
- a participação e acompanhamento da proposta orçamentária por parte das instâncias gestoras e acadêmicas, possibilitando a tomada de decisões internas.

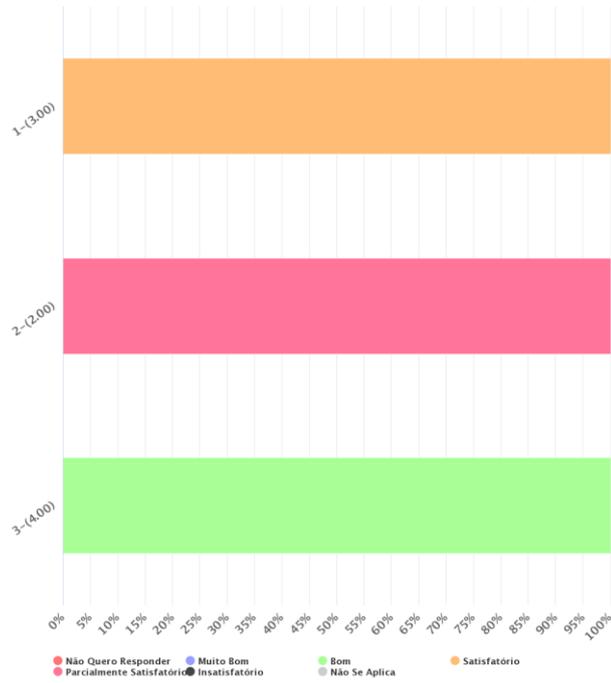
No mesmo quesito, o corpo técnico-administrativo respondeu sobre:

- a previsão de ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos; e
- a utilização das análises do relatório de autoavaliação institucional para a elaboração da proposta orçamentária.

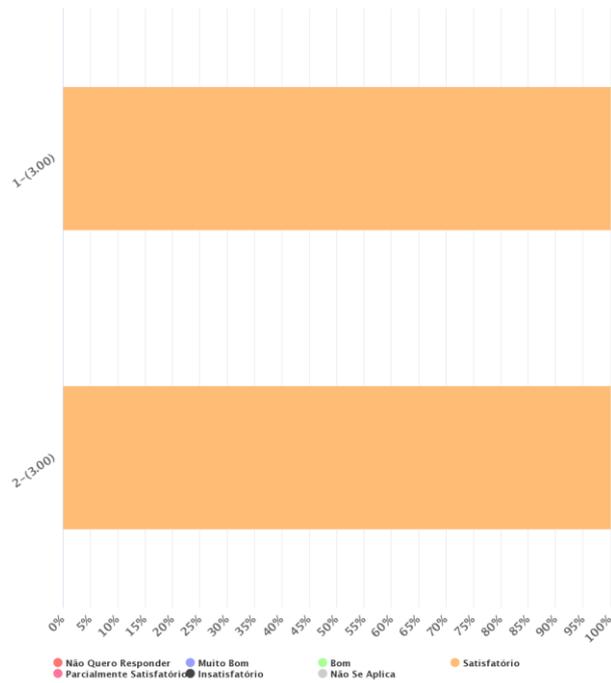
As respostas são apresentadas abaixo. Não constam respostas por parte das coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação.

Gráfico 46 - Avaliação da sustentabilidade financeira pelo diretor

AVALIAÇÃO DIRETOR - 2018/2 - Sustentabilidade Financeira e sua Relação com o Desenvolvimento Institucional

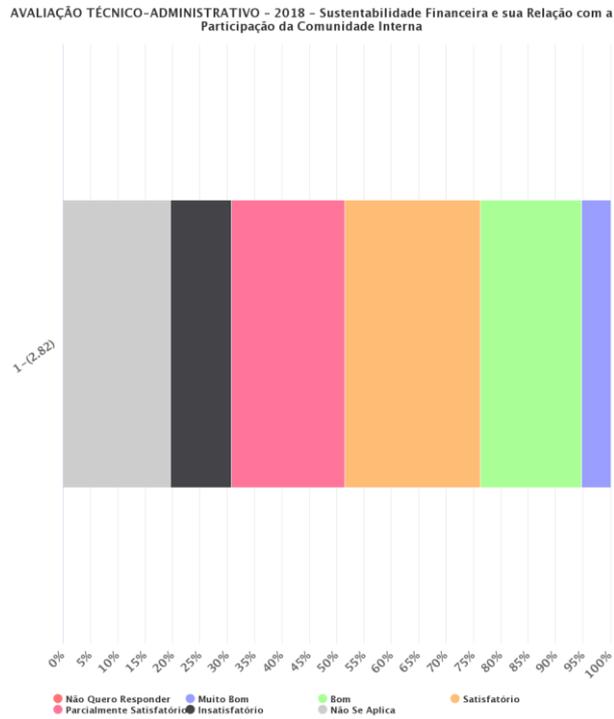
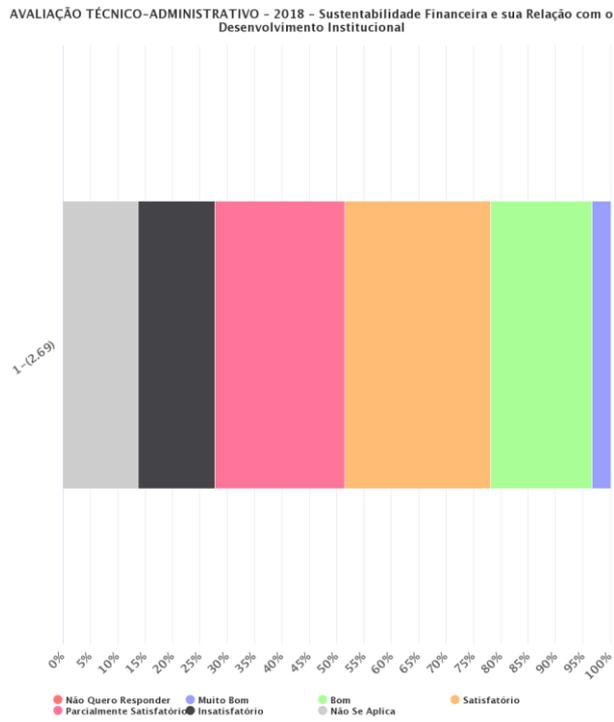


AVALIAÇÃO DIRETOR - 2018/2 - Sustentabilidade Financeira e sua Relação com a Participação da Comunidade Interna



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 47 - Avaliação da sustentabilidade financeira pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A grosso modo, pode-se dizer que a sustentabilidade financeira é satisfatória. No entanto, a previsão de ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos pode ser

considerado como um entrave, sendo que o Instituto depende quase que exclusivamente de recursos disponibilizados pela UFMS.

Na Unidade, a utilização do orçamento leva em consideração, entre outros fatores, as análises do relatório de avaliação interna, sendo o acompanhamento realizado pelo Conselho do Instituto e pelos Colegiados de Cursos, que auxiliam na tomada de decisões internas, priorizando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O PDU, recém-aprovado na Unidade, será levado em consideração como diretriz para o estabelecimento de estratégias de aplicação de recursos que visem aprimorar as políticas de ensino, extensão e pesquisa.

### **3.5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA**

Neste eixo são apresentadas as informações sobre a infraestrutura física do INQUI, obtidas junto à Coordenação Administrativa (COAD) que é a unidade responsável por assessorar e colaborar com a Direção da Unidade Setorial, no planejamento, na execução e na coordenação das atividades de gestão administrativa.

#### **3.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura Física**

Neste eixo são apresentadas as informações sobre a infraestrutura física do INQUI, obtidas junto à Coordenação Administrativa (COAD) cujo papel é subsidiar a plena realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão na Unidade Setorial. No PDI 2015-2019, com realinhamento em 2017, a modernização da infraestrutura consta como um dos objetivos institucionais.

##### **3.5.1.1 Instalações administrativas**

Na Tabela 17 estão expostos o número de servidores e equipamentos disponíveis, por sala do INQUI.

Tabela 17 - Número de servidores e equipamentos

Nome ou Nº da Sala	Nº de servidores	Nº de computadores com acesso à internet	Nº de condicionadores de ar
Laboratório de pesquisa 6	x	5	5
Laboratório de pesquisa 5	1	3	3
Almoxarifado	X	X	2
Epiagro	2	2	4
Laboratório ensino 1	1	X	3
Laboratório ensino 2	1	X	2
Laboratório ensino 3	1	X	2
Laboratório ensino 4	1	X	2
Sala dos Técnicos	x	2	1
Laboratório pesquisa 3	x	x	4
Laboratório de pesquisa 4	1	1	3
Laboratório de pesquisa 2	x	4	3
Laboratório de pesquisa 1	1	3	6
Laboratório de ressonância magnética	1	3	4
Laboratório de combustíveis	1	6	5
Sala informática	1	4	1
Grupo Arandú	1	8	1
Grupo GEPEC	x	x	1

Bloco A	x	x	10
SL 02-BL ADM	2	2	1
SL 03-BL ADM	2	1	1
SL 04-BL ADM	2	1	1
SL 05-BL ADM	2	2	1
SL 06-BL ADM	2	2	1
SL 07-BL ADM	2	1	1
SL 08-BL ADM	2	1	1
SL 09-BL ADM	2	2	1
SL 10-BL ADM	2	1	1
SL 11-BL ADM	2	1	1
SL 12-BL ADM	2	2	1
SL 13-BL ADM	2	1	1
SL 14-BL ADM	2	x	1
SL 15-BL ADM	2	2	1
SL 03-BL ADM	x	x	x
COORD GRADUAÇÃO	1	1	1
SECAC INQUI	3	3	1
COAD INQUI	2	2	1
SALA DIREÇÃO INQUI	1	1	1

Fonte: COAD/INQUI

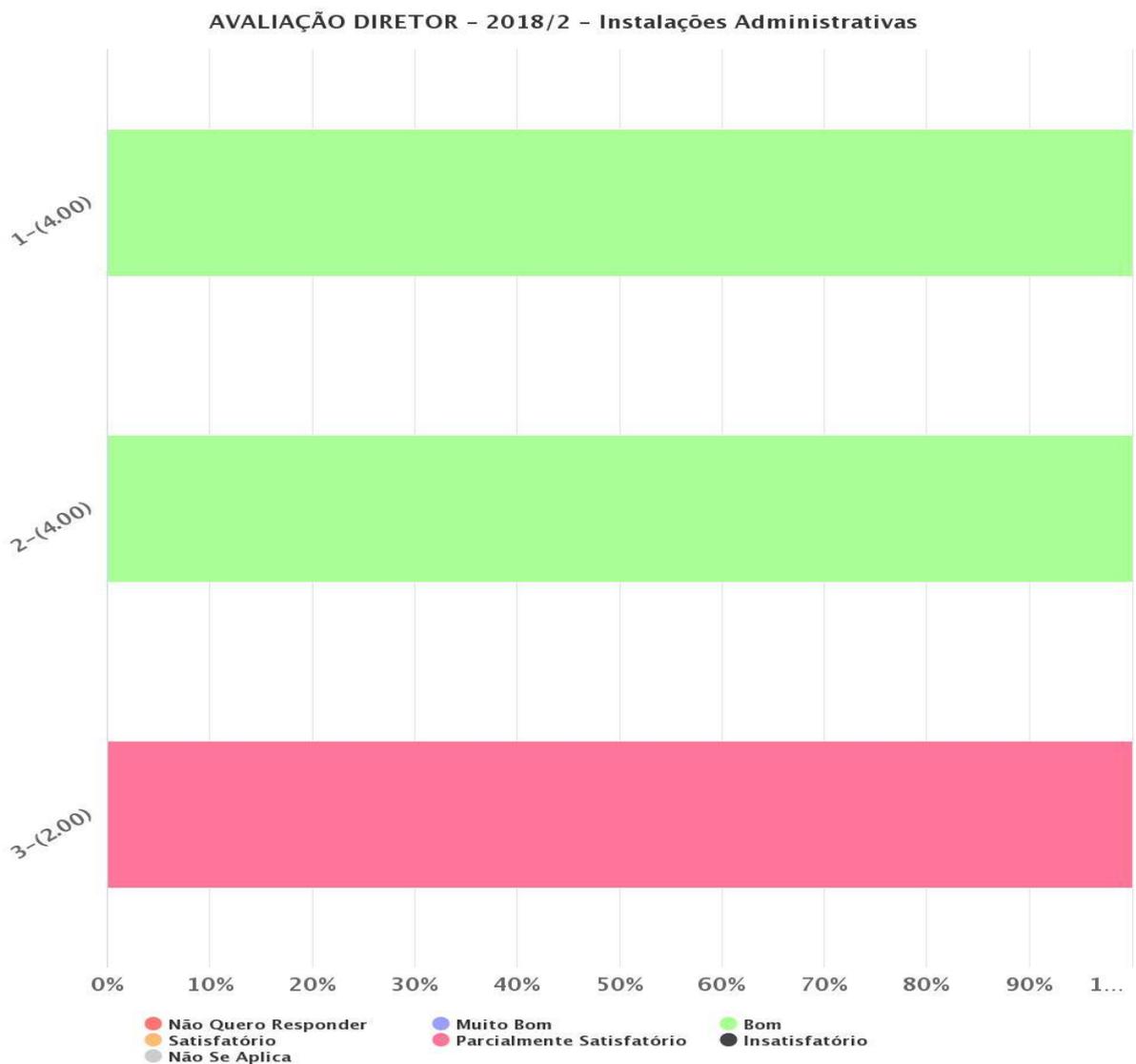
### 3.5.1.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações administrativas

A dimensão “Percepção da comunidade sobre as instalações administrativas” foi avaliada pelo diretor, coordenador de graduação e pós-graduação como também pelo corpo técnico do Instituto. O tópico pedia que o participante avaliasse a percepção sobre as instalações administrativas nos quesitos ,1- Atendimento às necessidades institucionais

considerando a sua adequação às atividades, 2- Acessibilidade e 3 – Manutenção do patrimônio (mobiliário, equipamentos e similares).

Gráfico 48 - Avaliação das instalações administrativas pelo diretor.

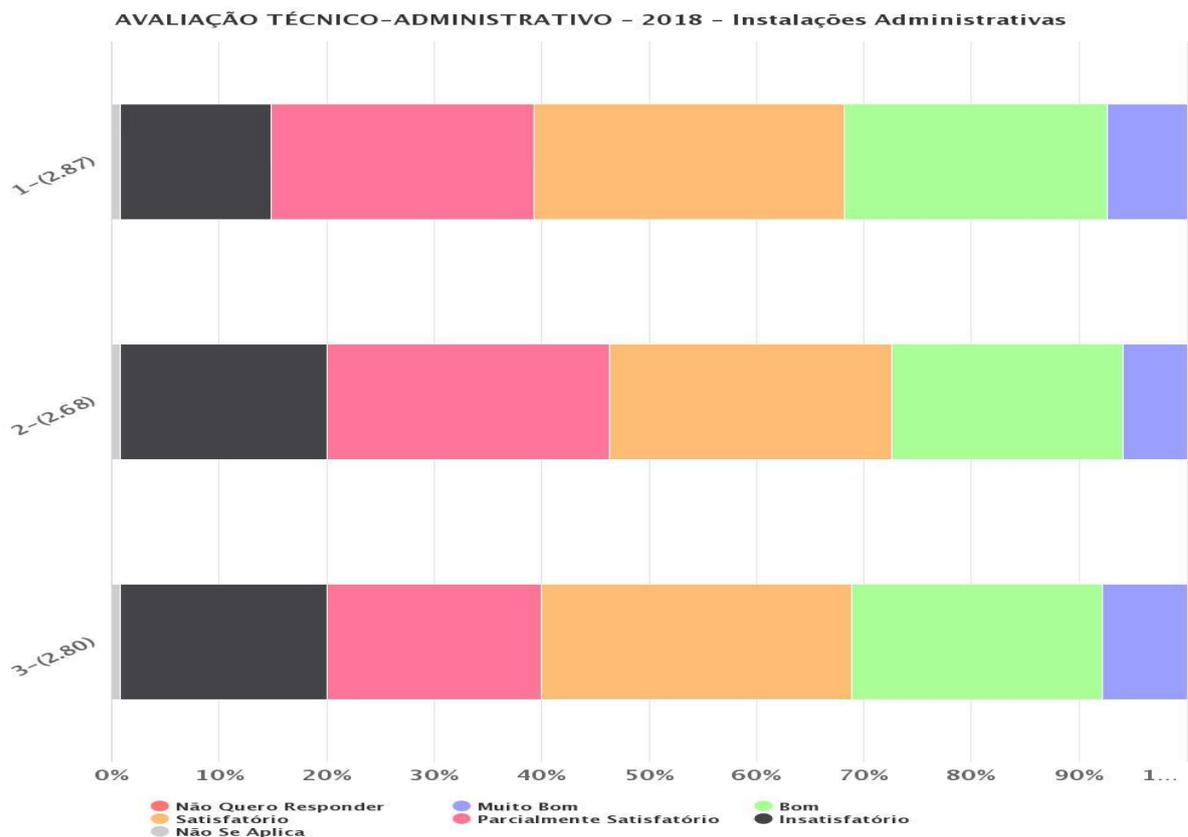
Nesse gráfico podemos notar que o diretor do Instituto considerou como “bom “ os quesitos 1 (atendimento as necessidades...) e 2 (Acessibilidade) e “parcialmente satisfatório “ quanto ao 3 item ( manutenção do patrimônio) considerou como satisfatório.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 49 - Avaliação das instalações administrativas pelo(s) técnico(s) administrativo(s).

Nesse gráfico podemos notar que os técnicos do Instituto consideraram como “satisfatório” os quesitos 1 (atendimento as necessidades...) e 3 (manutenção do patrimônio) e “parcialmente satisfatório” quanto ao 2 item (Acessibilidade) o corpo técnico ficou dividido igualmente em satisfatório e parcialmente satisfatório.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Infere-se a partir dos gráficos respondidos pelas partes acima que as instalações administrativas atendem as necessidades institucionais básicas e oferecem o mínimo de conforto para os servidores, melhorias foram e estão sendo tomadas pela unidade como aquisição de novos patrimônios (bebedouros, aparelhos de ar condicionado, etc.) para proporcionar um ambiente mais salubre para comunidade.

### 3.5.1.3 Salas de aula

O INQUI possui 11 salas de aula, com capacidade para atender, no total, 440 estudantes. Na Tabela 18 constam dados de 2018, relativos às salas de aula, observando-se que a unidade atendeu a 1052 discentes, em 11 cursos.

Tabela 18 - Descrição das salas de aula do INQUI - 2018.

Descrição	Número
Salas de aula com computador	x
Salas de aula com projetor	9
Salas de aula com Condicionador de ar	11

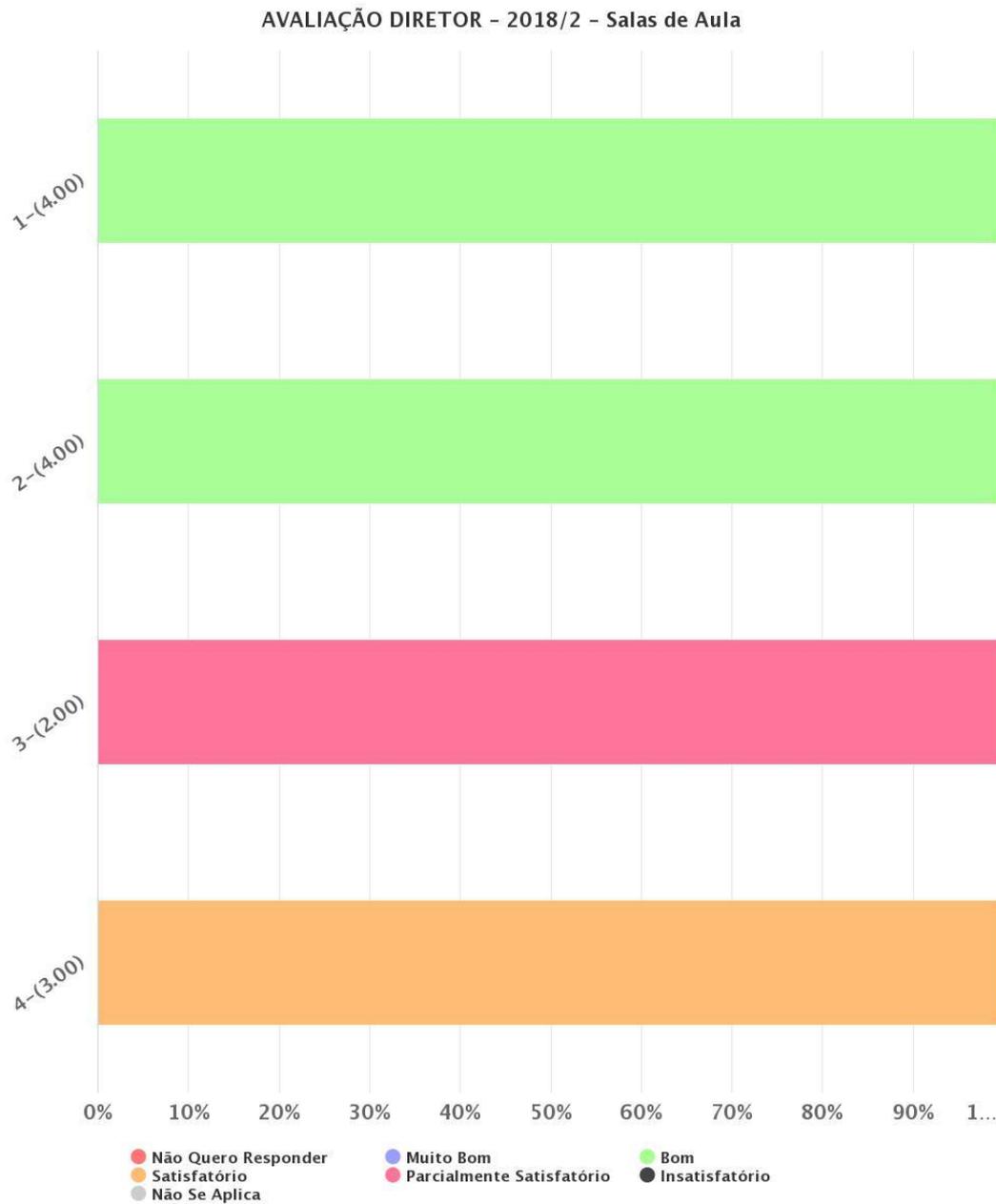
Fonte: COAD/INQUI

### 3.5.1.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de aula

A dimensão “Percepção da comunidade sobre as salas de aula” foi avaliada pelo diretor, coordenador de graduação e pós-graduação como também pelo corpo docente do Instituto. O tópico pedia que os participantes avaliassem a percepção sobre as salas de aula nos quesitos ,1 Atendimento às necessidades institucionais considerando a sua adequação às atividades, 2- Acessibilidade, 3 – Manutenção do patrimônio (mobiliário, equipamentos e similares) e 4- Existência de recursos tecnológicos inovadores.

Gráfico 50 - Avaliação das salas de aula pelo diretor.

Nessa dimensão que se refere as salas de aula, o diretor opinou como sendo bom os quesitos 1 e 2, parcialmente satisfatório no quesito manutenção do espaço físico e satisfatório quanto aos recursos tecnológicos inovadores.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 51 - Avaliação das salas de aula pelos docentes.

A partir dos dados obtidos, vemos que nos quesitos 1 e 2 os docentes dividiram suas opiniões entre satisfatório e parcialmente satisfatório, quanto a manutenção do mobiliário todos creditaram como satisfatório e no quesito 4 (existência de recursos tecnológicos inovadores) não obtiveram consenso, sendo metade satisfatório e parcialmente satisfatório.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Conclui-se a partir dos resultados obtidos as salas de aula atendem as necessidades institucionais, porém como ressalvas. No que tange a manutenção dos mobiliários e patrimônio, a falta de recursos permanentes para manutenções impacta diretamente na qualidade desse critério. A falta de investimentos em compra de materiais como por exemplo quadros digitais para atender aos cursos impacta no critério recursos tecnológicos. O instituto teve um aporte de um pouco mais de 38 mil reais para revitalização dos laboratórios de ensino, destes gastos 100 %, 78 mil reais de investimento gastos entre passagens-diárias (15 mil), Cesta/Cota (15 mil) e manutenções como de aparelhos de ar condicionando, elétrica e equipamentos somando um total de mais de 47 mil reais.

### 3.5.1.5 Auditório(s)

Na Tabela 19 constam dados de 2018, relativos aos auditórios disponíveis no INQUI.

Tabela 19 - Descrição dos auditórios do INQUI - 2018.

Descrição	Número
Auditórios	1
Capacidade total (soma das capacidades de todos os auditórios)	100
Auditórios com computador	x
Auditórios com projetor	1
Auditórios com sistema de refrigeração	1

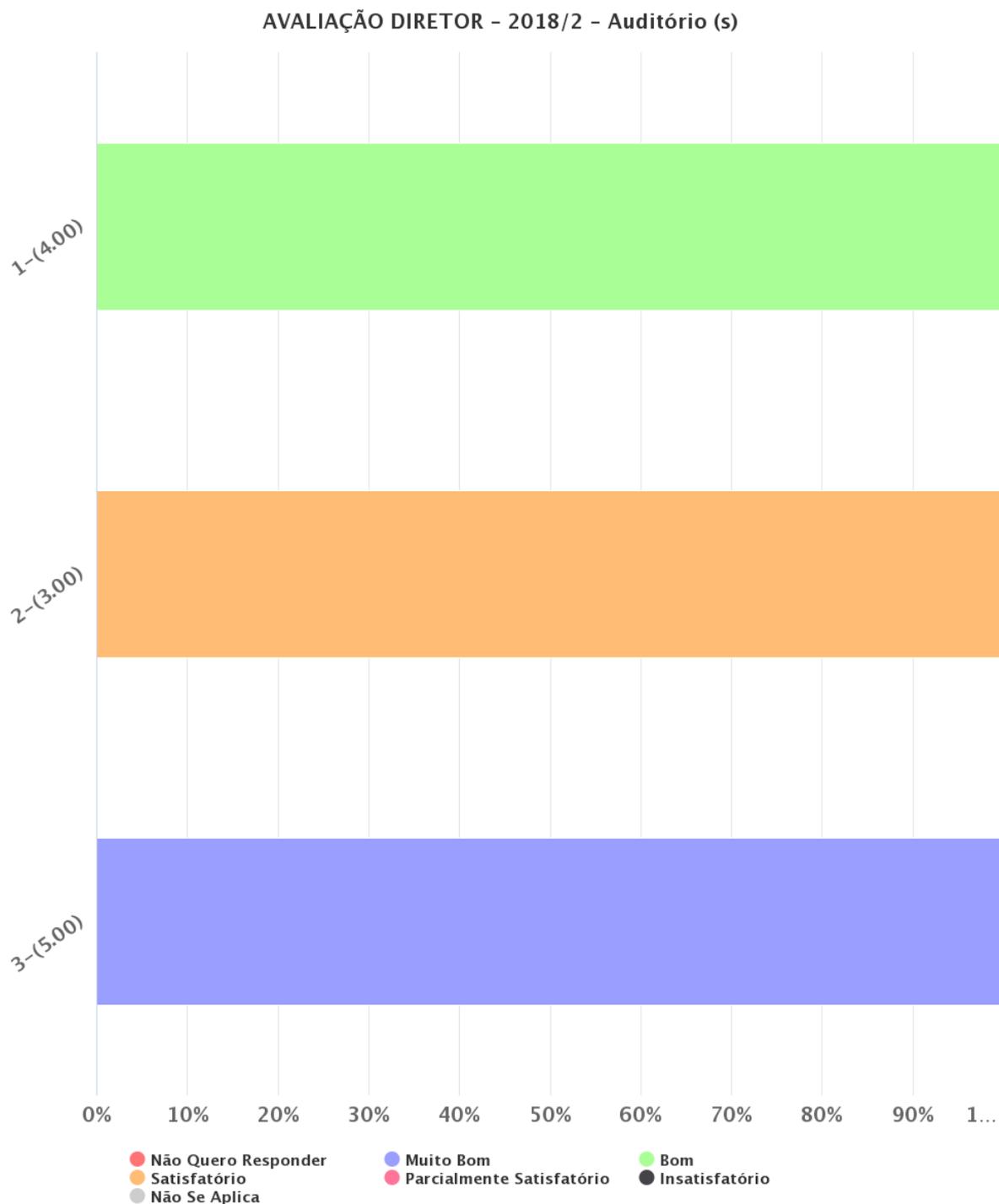
Fonte: COAD/INQUI

### 3.5.1.6 Percepção da comunidade acadêmica sobre o(s) auditório(s)

A dimensão “percepção da comunidade acadêmica sobre os auditórios” foi avaliada pelo diretor, pelos estudantes de graduação presencial, docente e técnicos administrativos. Os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse o Atendimento às necessidades institucionais considerando a acessibilidade, Conforto do mobiliário e qualidade acústica e Existência de recursos

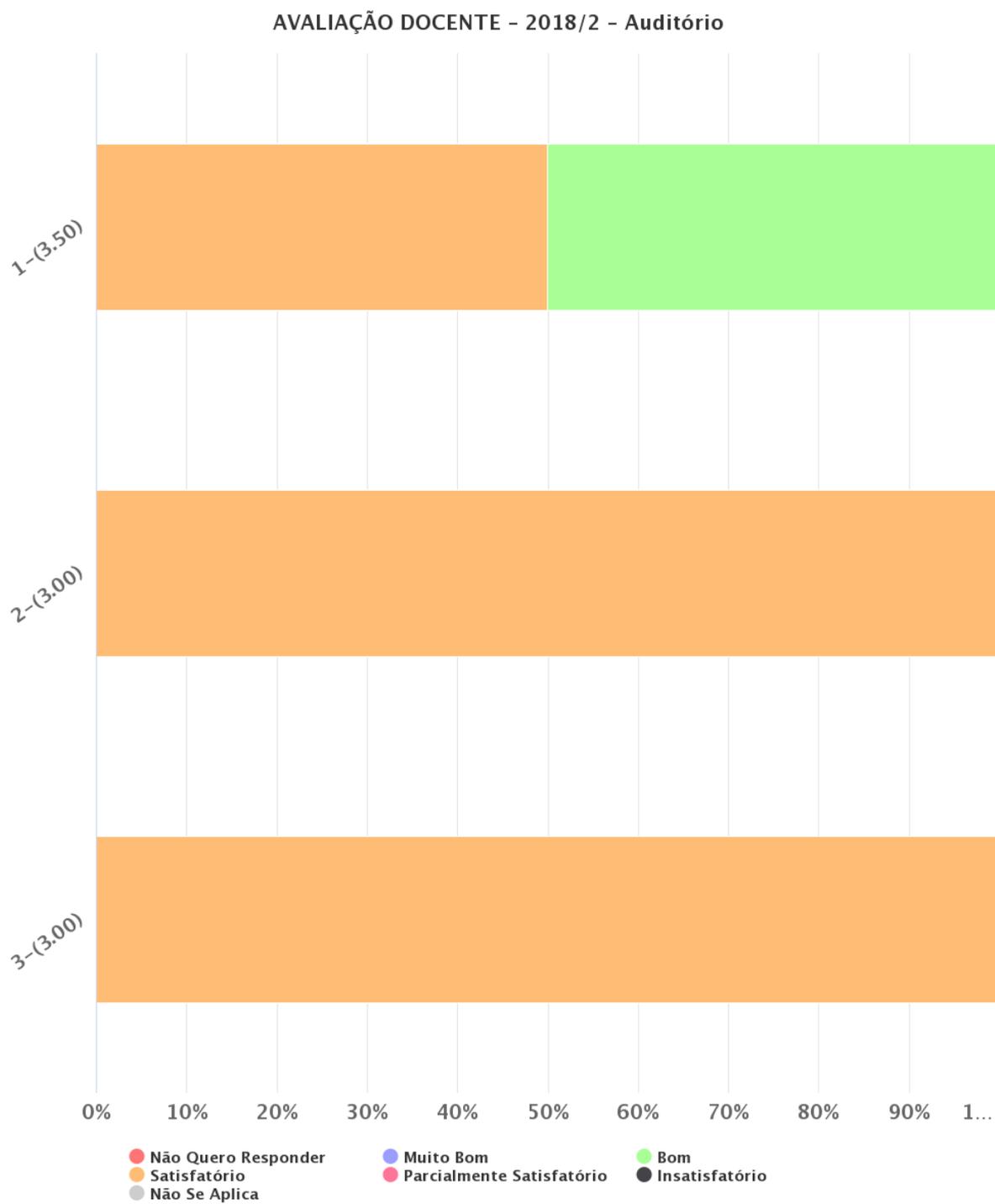
tecnológicos multimídia (disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência).

Gráfico 52 - Avaliação dos auditórios pelo diretor.



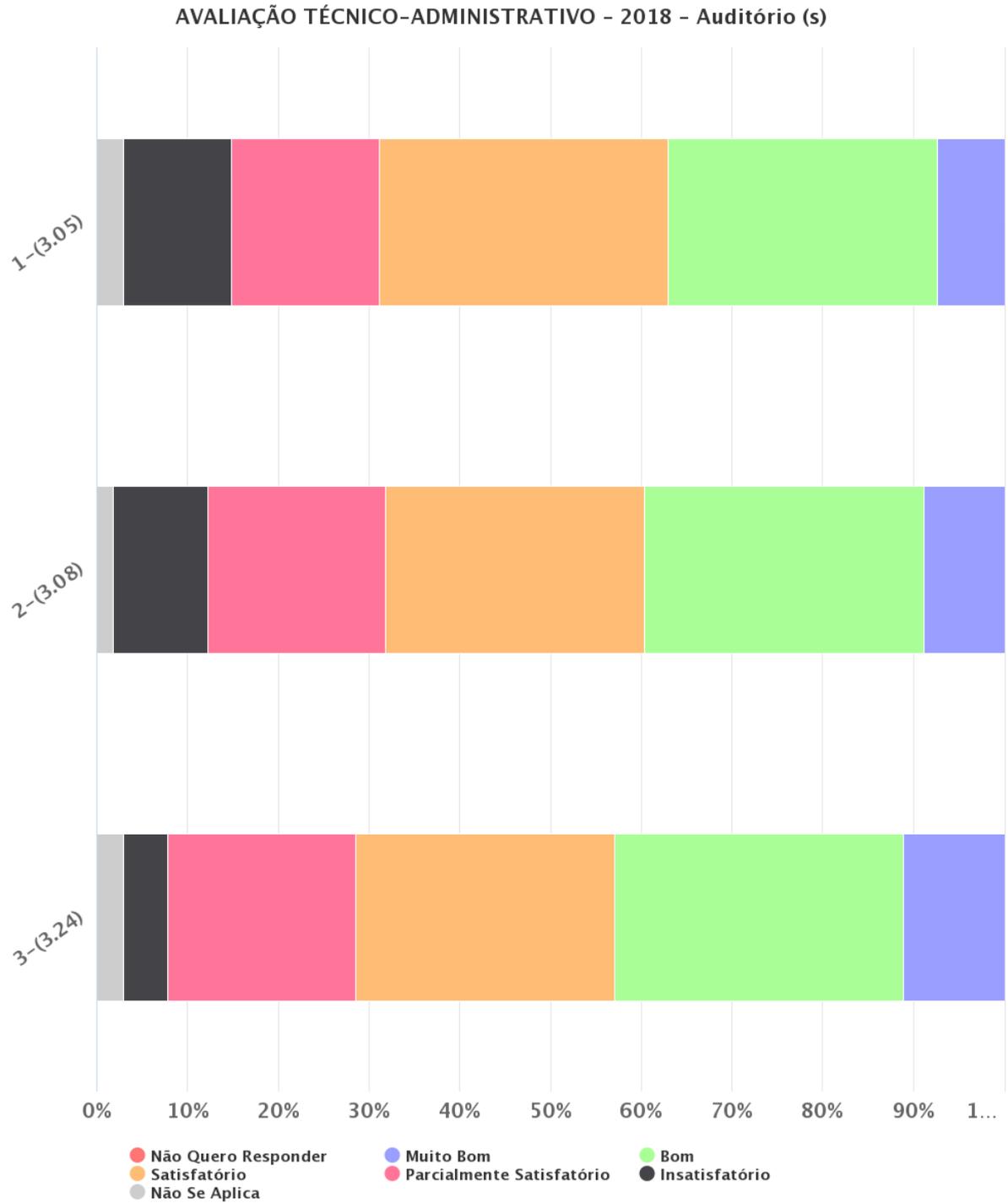
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 53 - Avaliação dos auditórios pelo(s) docente(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

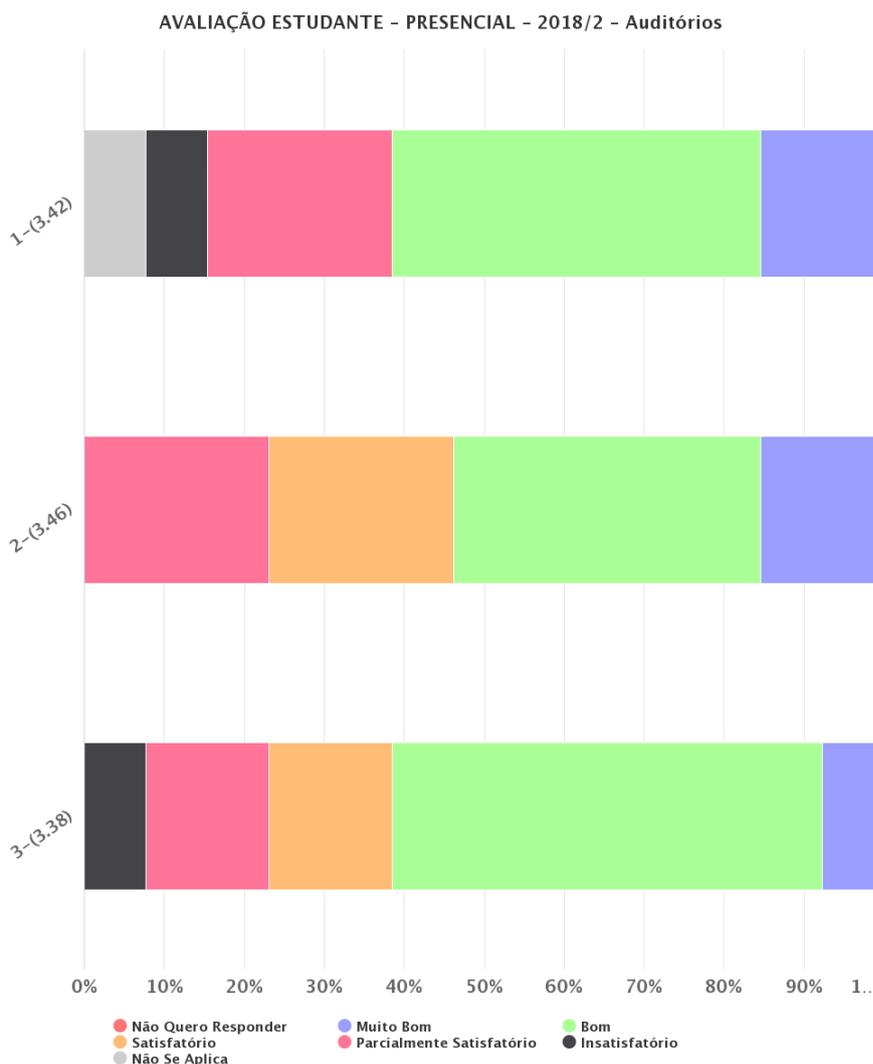
Gráfico 54 - Avaliação dos auditórios pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 55 - Avaliação dos auditórios pelo(s) discente(s) de graduação.

Nesse gráfico podemos notar que os alunos da graduação consideram em sua maioria como sendo “bom” os quesitos Atendimento às necessidades institucionais considerando a acessibilidade, Conforto do mobiliário e qualidade acústica e Existência de recursos tecnológicos multimídia (disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência).



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A partir da análise infere-se que os auditórios atendem às necessidades institucionais básicas, porem como informado anteriormente a falta de repasses impacta na qualidade do mobiliário como também dos recursos tecnológicos, esses apresentando deterioração a cada ano. A direção do instituto trabalha nesse aspecto gerenciando os recursos repassados

investindo em manutenção e compra de materiais. Para o próximo ano há planejamento de melhorias, mas dependendo da abertura de ata para contratação de prestação de serviço e materiais.

### **3.5.1.7 Sala de professores e espaços para atendimento aos discentes**

Na Tabela 20 são apresentadas informações sobre as salas de professores e espaços para atendimentos aos discentes, disponíveis no INQUI, observando-se que constam 14 docentes lotados na referida unidade.

Tabela 20 - Salas de professores e espaços para atendimento aos docentes - 2018.

Descrição	Número
Sala de professores	14
Salas com computador	14
Salas com sistema de refrigeração	14

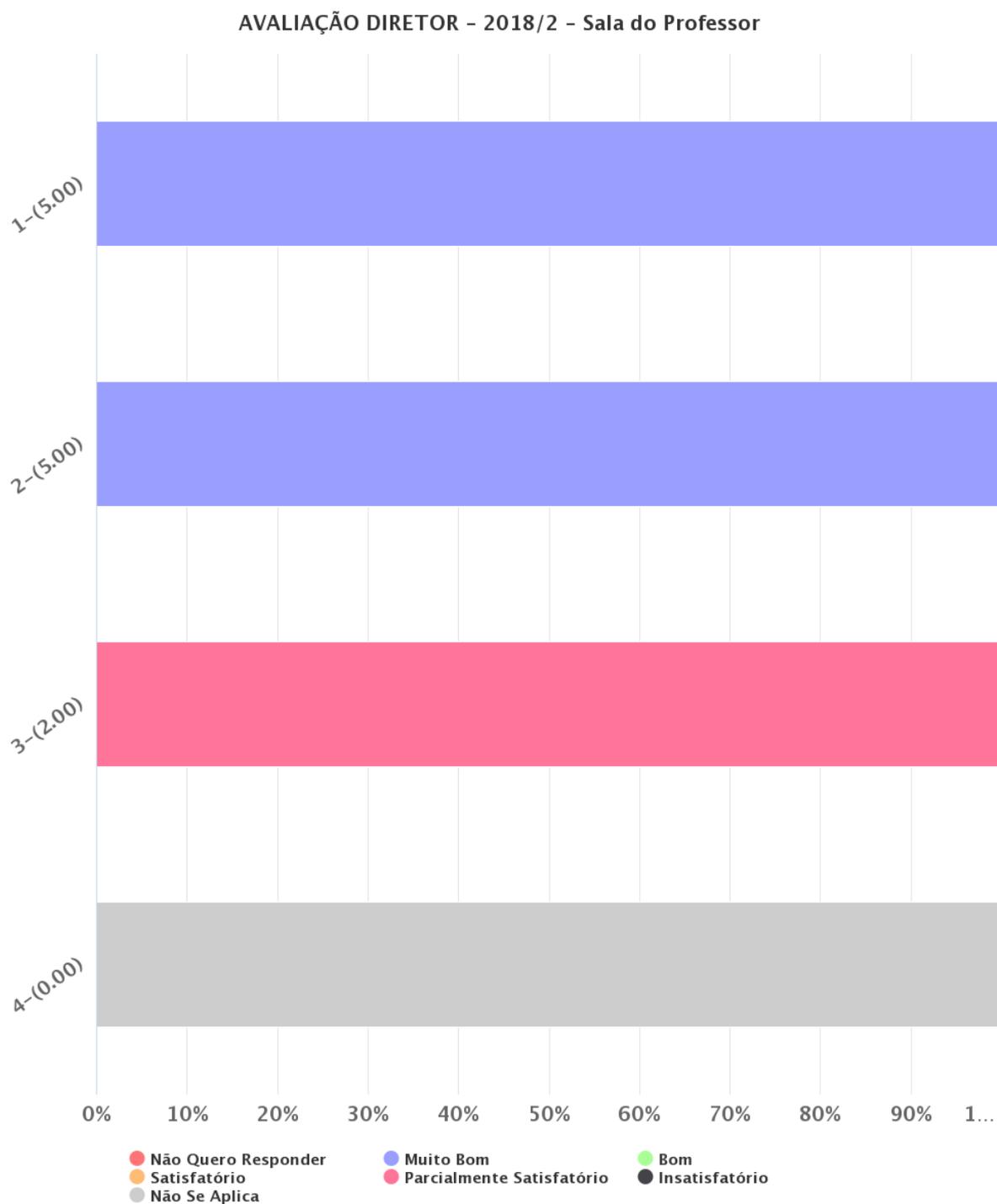
Fonte: COAD/INQUI

### **3.5.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de professores e espaços para atendimento aos discentes**

A dimensão “Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de professores e espaços para atendimento aos discentes” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação e docentes. Os gráficos abaixo apresentam os resultados obtidos, por segmento. Os tópicos pediam que os participantes avaliassem a Adequabilidade para atendimento aos alunos, Acessibilidade, Manutenção do espaço físico e proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

Gráfico 56 - Avaliação das salas de professores pelo diretor.

Avaliando as informações contidas no gráfico o diretor do instituto avaliou como muito bom os critérios 1 e 2, 3 como parcialmente satisfatório e 4 como não se aplica.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 57- Avaliação das salas de professores pelo(s) docente(s).

Dos professores que responderam o questionário, consideraram como bom o quesito adequabilidade para o atendimento aos alunos (espaço físico adequado e estrutura como mesas e cadeiras) e Acessibilidade (rampas, piso táteis instalados e elevadores), finalizando a manutenção empatada entre satisfatório e pouco satisfatório e no quesito proposição de recursos tecnológicos diferenciados como sendo parcialmente satisfatório.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A partir dos resultados obtidos entende-se que a comunidade considera adequada as necessidades pesquisadas, porém com ressalvas como, por exemplo, falta de manutenção e proposição de recursos tecnológicos.

Em contrapartida a direção do Instituto no ano de 2018 trabalho para obtenção de “recursos tecnológicos diferenciados” como a aquisição de televisão e equipamento completo para Videoconferência, esta última sendo amplamente usada por outras unidades da instituição.

### 3.5.1.9 Espaços de convivência e de alimentação

Na Tabela 21 são apresentadas informações sobre os *espaços de convivência e de alimentação* observando-se que constam 31 docentes lotados na referida unidade.

Tabela 21 - Descrição dos espaços de convivência e de alimentação

Descrição	Número
Espaços de convivência	2
Espaços de alimentação	2
Capacidade total (soma das capacidades de todos os espaços)	100
Espaços com sistema de refrigeração	x

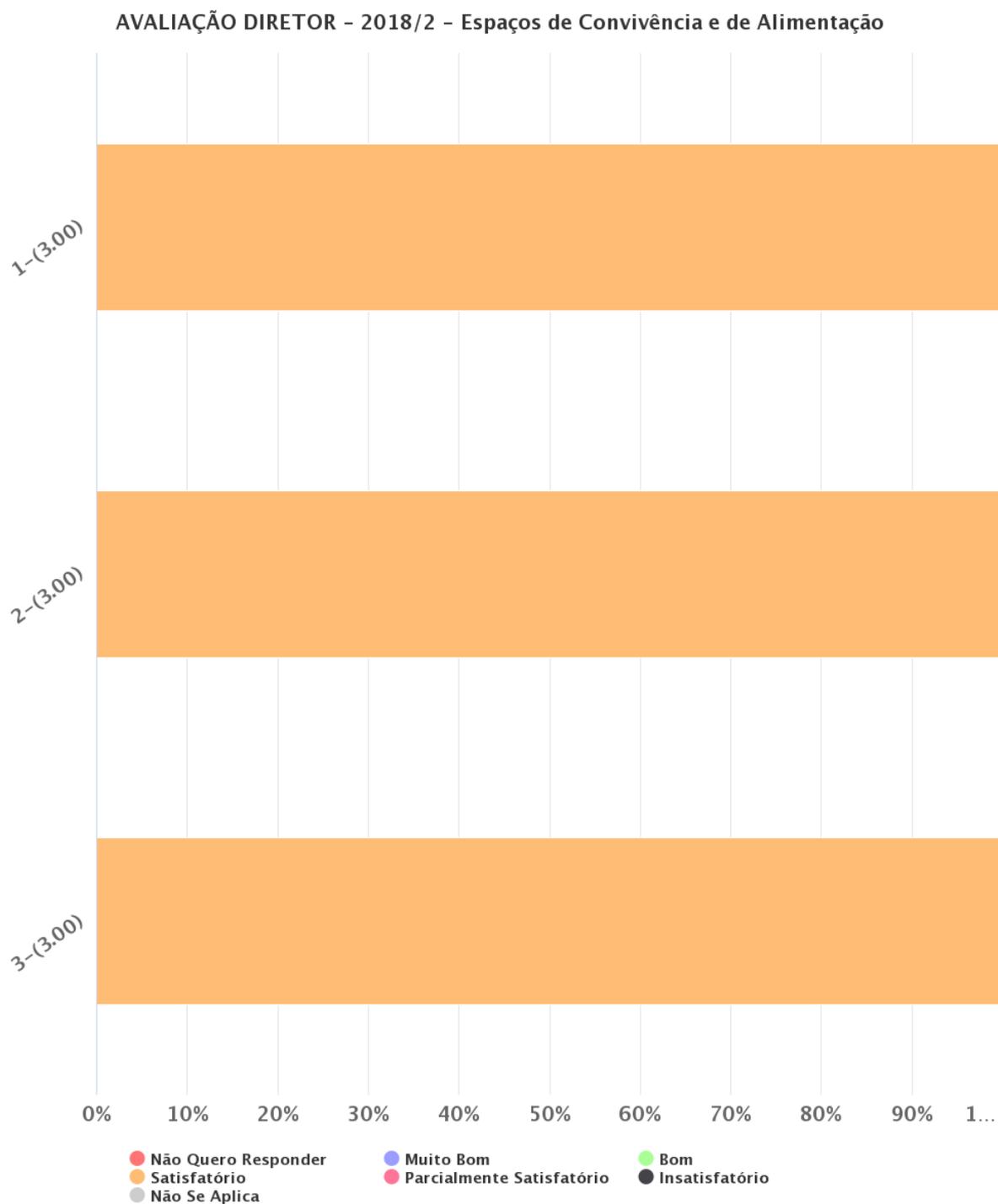
Fonte: CSA/INQUI

### 3.5.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação

A dimensão “Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativo. Os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse a Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação quanto ao Atendimento e adequação ao serviço prestado (alimentação), Acessibilidade e estado de conservação e Suficiência dos espaços para as suas necessidades.

Gráfico 58- Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo diretor.

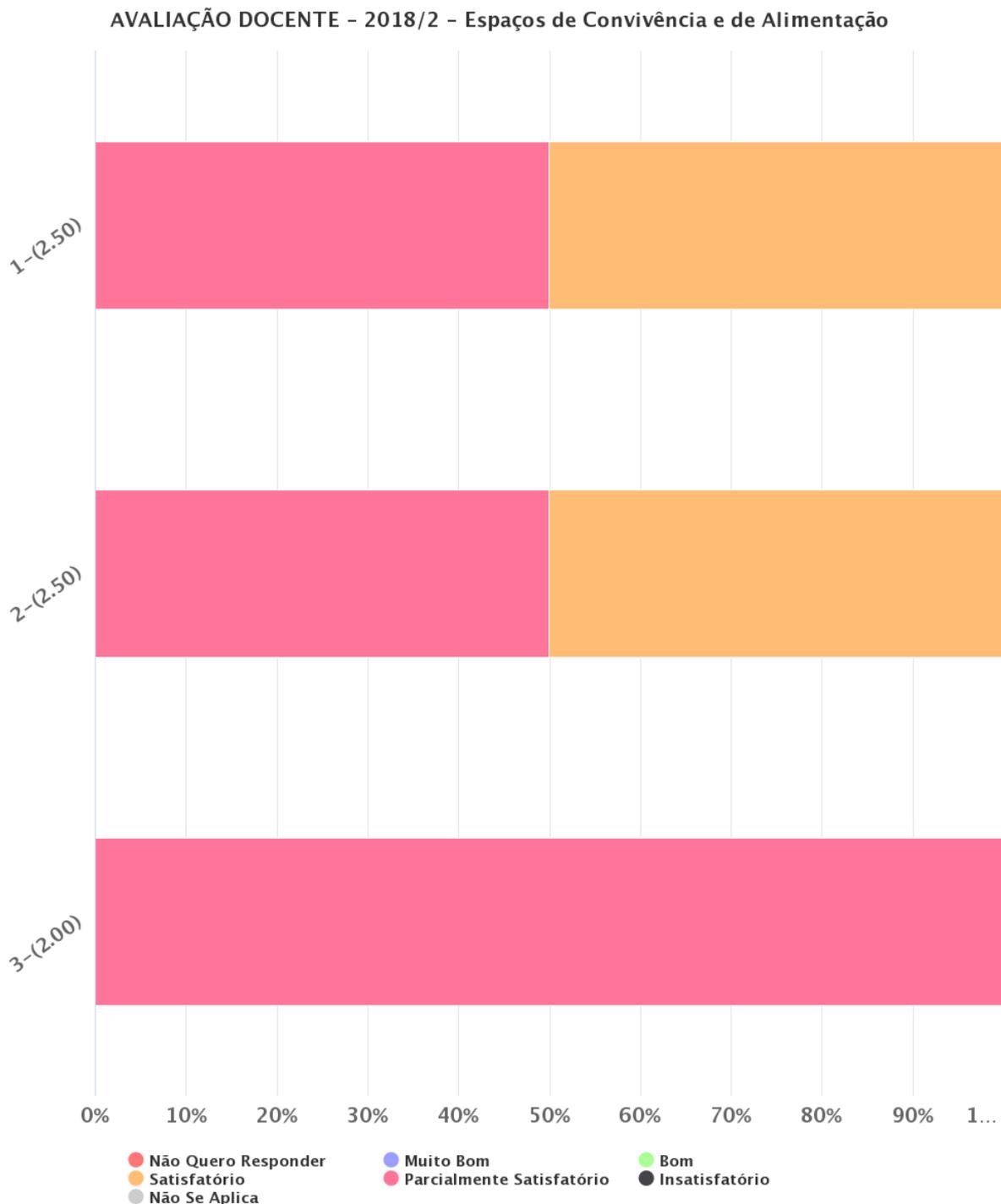
De acordo com os dados obtido o diretor avaliou essa dimensão como satisfatório nos 3 critérios analisados.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 59- Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) docente(s).

Dos docentes que responderam a avaliação, ficou entendido que consideram satisfatórios os critérios 1 e 2, porém pouco satisfatório o critério 3 (Suficiência dos espaços para as suas necessidades).

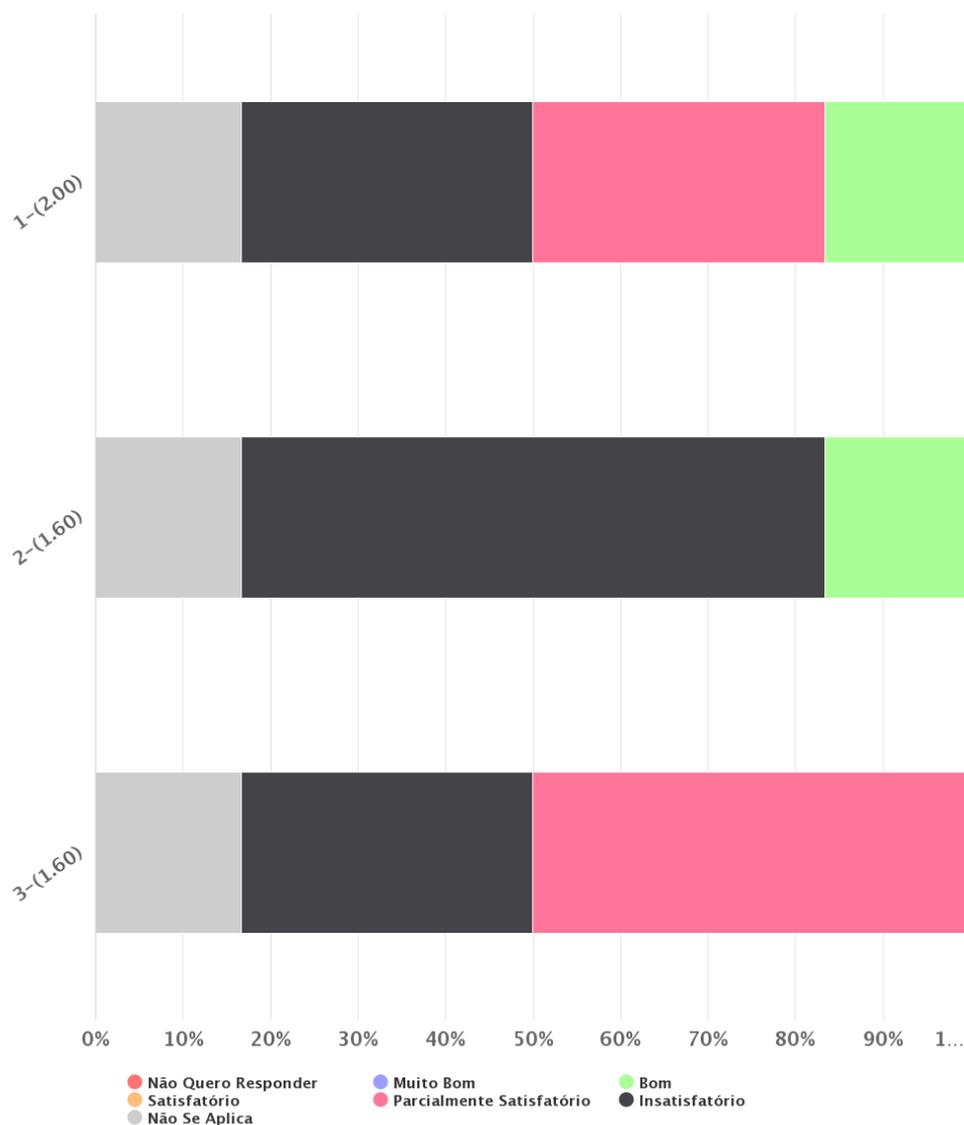


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 60 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) técnico(s) administrativo(s).

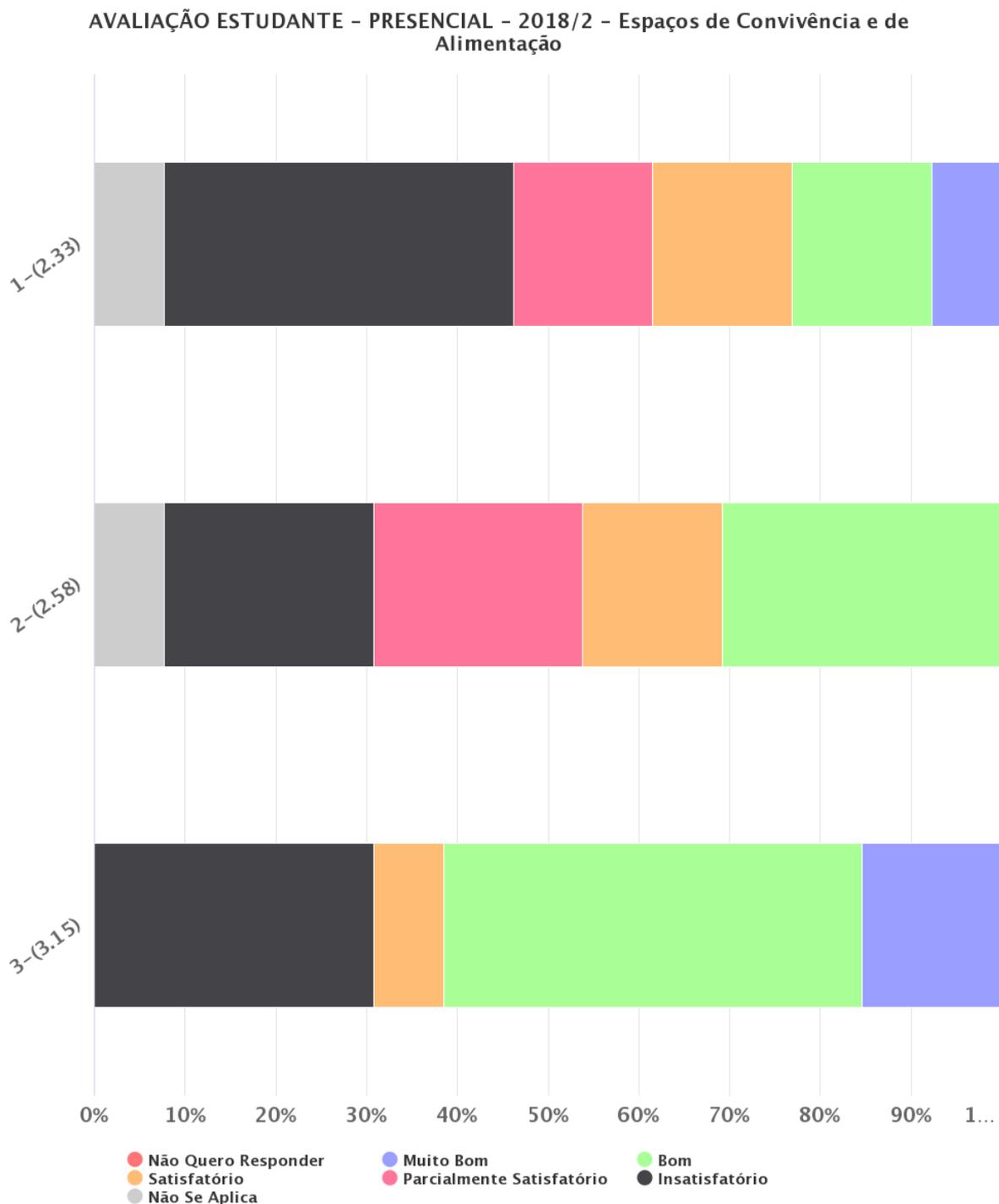
Na concepção do corpo técnico, dos critérios avaliados, foi considerado insatisfatório os critérios: Acessibilidade e estado de conservação e Atendimento e adequação ao serviço prestado e parcialmente satisfatório os critérios Suficiência dos espaços para as suas necessidades e Atendimento e adequação ao serviço prestado.

AVALIAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - 2018 - Espaços de Convivência e de Alimentação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 61 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) discente(s) de graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A partir da análise dos dados coletados constatou-se que a comunidade considera os espaços de convivência e alimentação adequados e que suprem as necessidades básicas, porém no que tange fragilidades apontadas pelo corpo técnico que das análises foi o único

que apontou carência, deve-se a cultura de exclusividade para os mesmos. O instituto adquiriu mesas, micro-ondas, cadeiras, geladeiras e bebedouros para tais áreas no intuito de atender a toda comunidade e não somente a um grupo isolado.

### **3.5.1.11 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física**

Na Tabela 22 consta o quantitativo de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.

Tabela 22 - Descrição de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas - 2018.

Descrição	Número
Nº de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas	51
Capacidade total (soma das capacidades de todos os espaços)	185

Fonte: CSA/INQUI

Para as práticas de ensino nos laboratórios são necessárias atender algumas regras de segurança, tais como: Uso de jaleco de algodão e manga comprida; óculos de proteção (caso o aluno use óculos de correção, necessária adaptação de óculos que sobreponham os seus); Luvas de látex para manuseio de reagentes.

Os laboratórios de ensino e práticas didáticas estão equipados (mas não se limitam) com os seguintes itens: Mantas de aquecimento; Capelas de exaustão; Balanças analíticas; Destiladores e deionizadores de água; Agitadores magnéticos; Fornos, muflas, etc.

### **3.5.1.12 Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física**

A dimensão “Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação e docentes. Os gráficos 115 a 118 apresentam os resultados obtidos, por segmento O tópico pedia que o participante avaliasse a Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física quanto a(aos):1-Adequação ao serviço prestado,2- Acessibilidade,3-

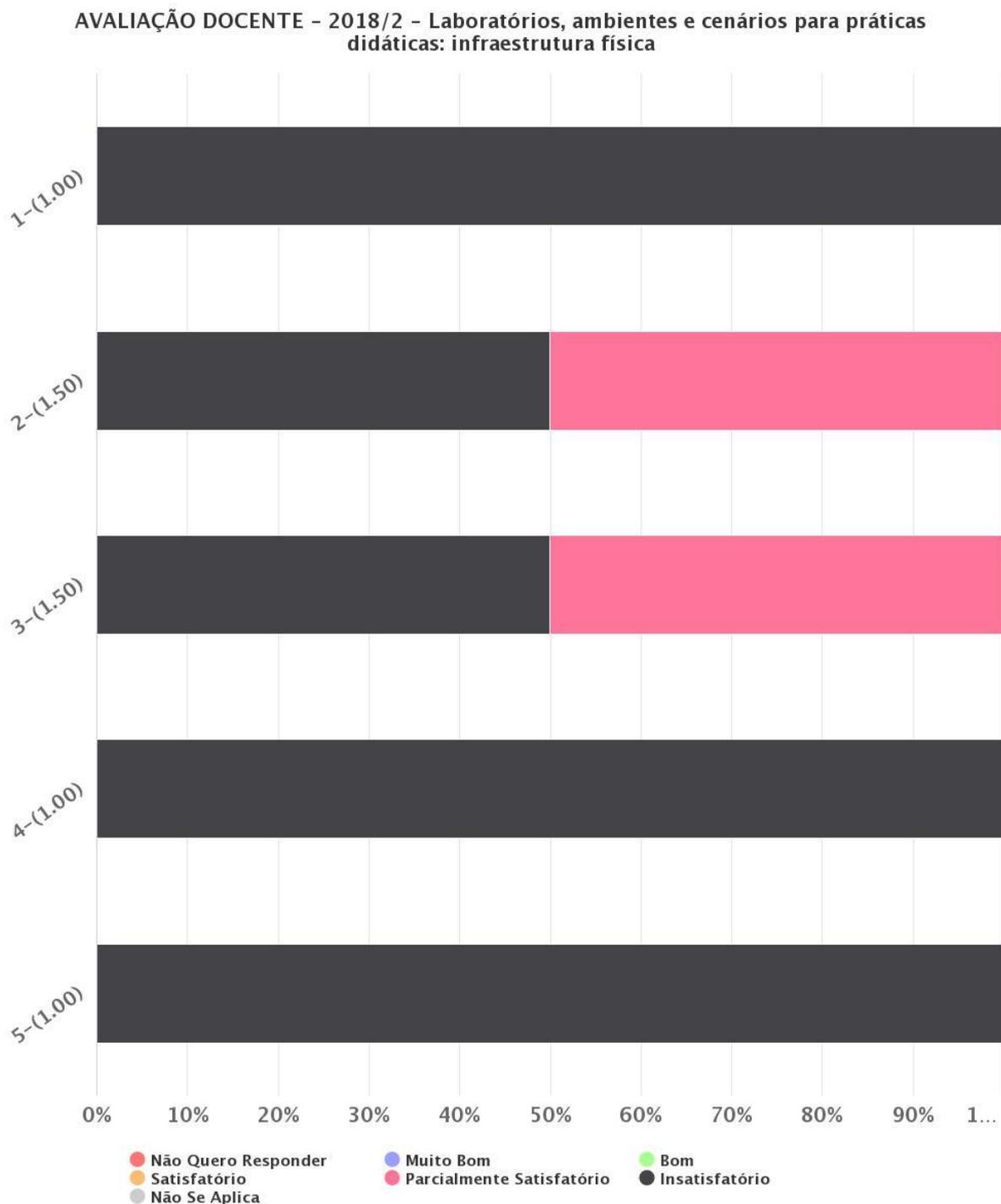
Existência e disponibilização das normas de segurança,4-Manutenção do espaço físico (mobiliário, equipamentos e similares,5-Existência de recursos tecnológicos,

Gráfico 62 - Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo diretor.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 63 - Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo(s) docente(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Analisando os dados obtidos nessa matriz percebemos que a comunidade considera inadequado os critérios avaliados, sendo como exemplo, os docentes, que avaliaram todos os itens como insatisfatórios.

O instituto no decorrer do ano de 2018 trabalhou para melhorar os pontos citados , investindo ,mais de 47 mil reais em manutenção de equipamentos e mais de 38 mil em revitalização dos laboratórios, porem a quantidade de recursos repassados não foi suficiente, fato esse visível em falhas de segurança nos laboratórios , como por exemplo, chuveiros falhando, lava-olhos que não saem agua , geladeiras improprias para armazenamento de reagentes , etc.

### **3.5.1.13 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA**

Não há no Instituto de Química infraestrutura destinada a CSA

### **3.5.1.14 Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA**

Não há no Instituto de Química infraestrutura destinada a CSA

### **3.5.1.15 Biblioteca<sup>1</sup>: infraestrutura**

\*Não se aplica.

### **3.5.1.16 Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura da Biblioteca**

\*Não se aplica

### **3.5.1.17 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente**

Na Tabela 23 são descritos os espaços destinados às salas de apoio de informática ou estrutura equivalente. No INQUI está lotado 1 técnico para o atendimento dessas salas.

Tabela 23 - Descrição das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente.

Descrição	Número
Computadores com acesso à internet	4
Velocidade de download da rede	3gb
Velocidade de upload da rede	3gb
Porcentagem da unidade coberta por rede wifi	100 %

Fonte: CSA/INQUI

<sup>1</sup> As Unidades de Administração Setorial situadas em Campo Grande, contam com a Biblioteca Central e cada Campus possui a sua Biblioteca Setorial.

### 3.5.1.18 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

A dimensão “Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse a Existência e disponibilização de mobiliários e condições ergonômicas, Acesso à internet, disponibilização e atualização de softwares e recursos que garantam a inclusão digital e Oferecimento dos serviços de suporte.

Gráfico 64 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo diretor.

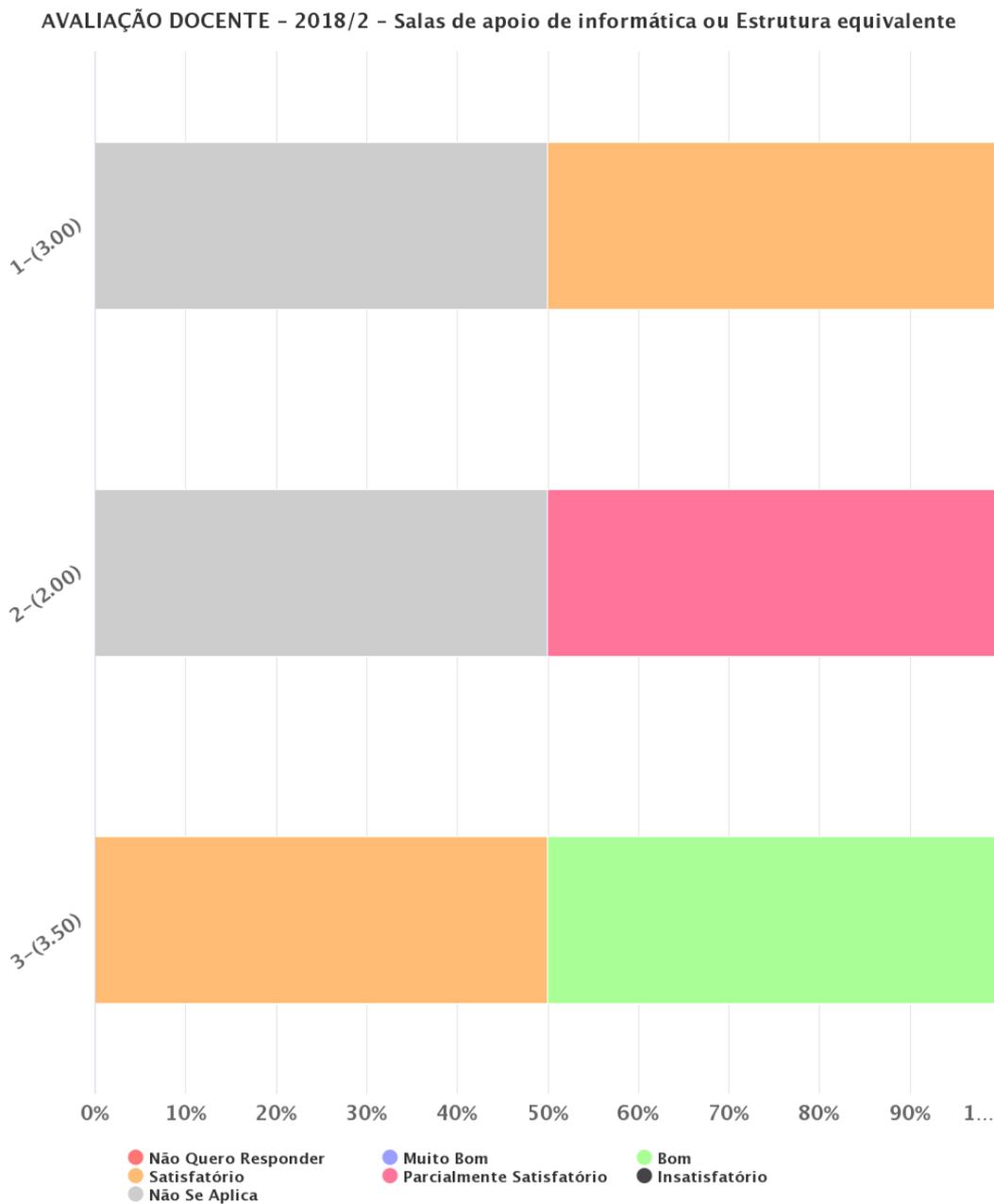


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

No entendimento do diretor do instituto através da análise dos gráficos, infere-se que o mesmo considera a Existência e disponibilização de mobiliários e condições ergonômicas como parcialmente satisfatória, bom para o critério Acesso à internet, disponibilização e atualização de softwares e recursos que garantam a inclusão digital e satisfatório para oferecimento dos serviços de suporte.

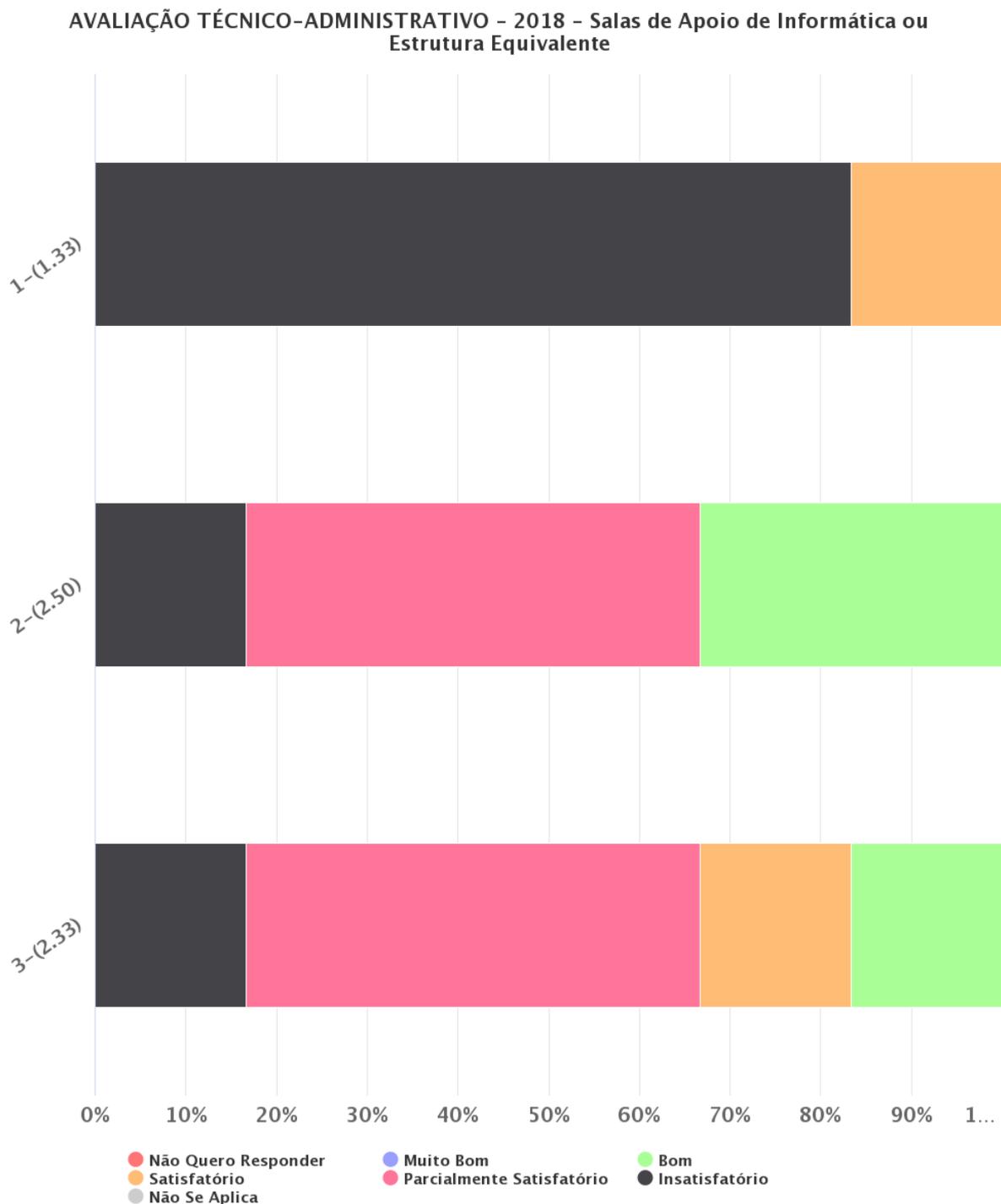
Gráfico 65 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) docente(s).

Os docentes consideraram os itens 1 e 3 como satisfatório e 2 como parcialmente satisfatório.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 66 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

De acordo com os dados obtidos através do sistema e após análise conclui-se que as salas de apoio de informática ou estrutura equivalente não atendem as necessidades institucionais considerando os equipamentos, o espaço físico, o acesso à internet, os serviços

e o suporte .Fragilidades apontadas além dos questionários , mas também em coleta de dados por outras mídias apontam equipamentos obsoletos e mobiliário em estado de conservação a desejar. A unidade se esmera em melhorar as condições de uso dos equipamentos, porém com a falta de recursos e repasses não há previsão de compra de equipamentos e mobiliários novos para o próximo ano.

### 3.5.1.19 Instalações sanitárias

Na Tabela 24 são descritas as instalações sanitárias disponíveis no INQUI

Tabela 24 - Descrição das Instalações Sanitárias. 2018.

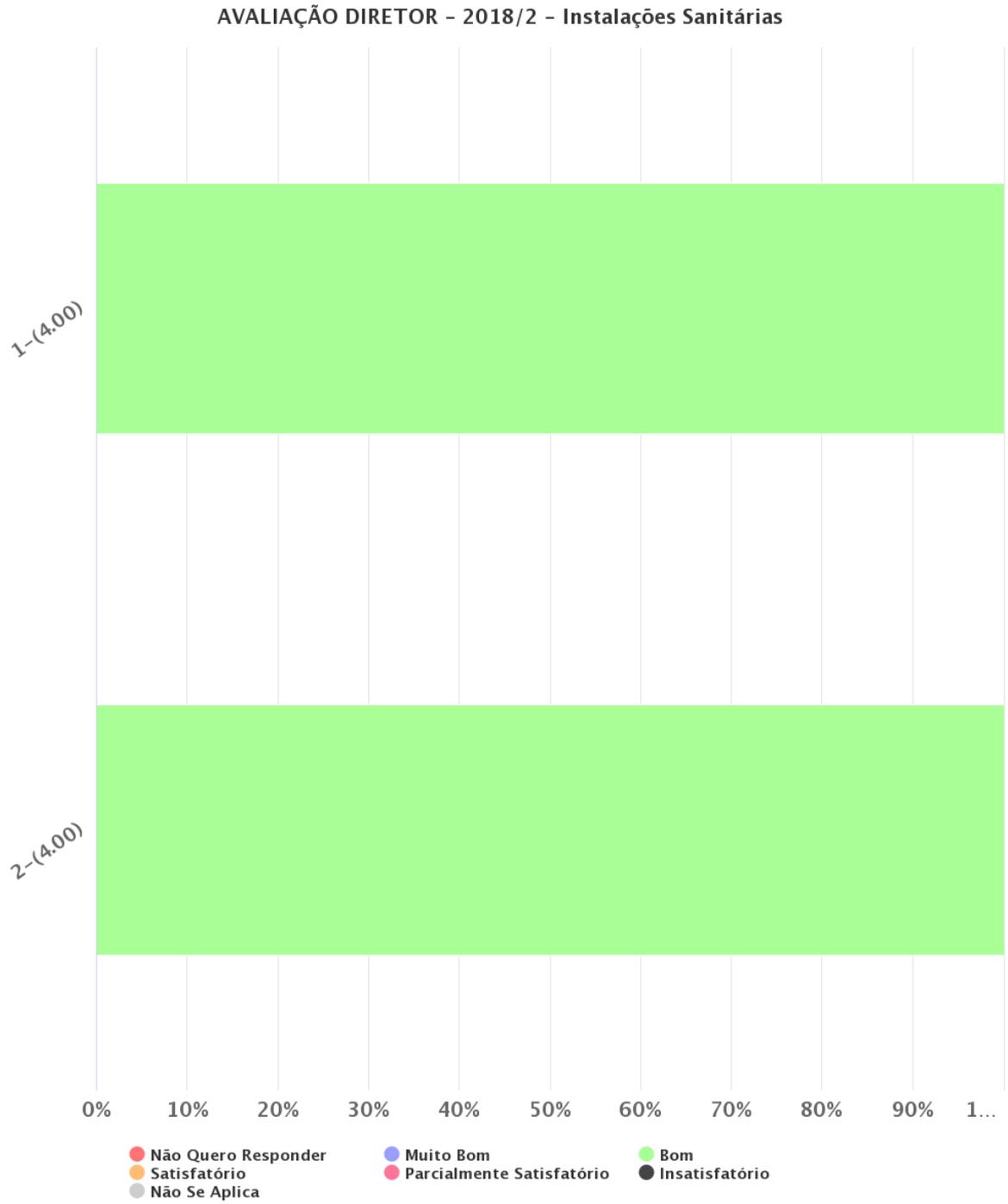
Descrição	Número
Sanitários	36
Sanitários adaptados para cadeirantes	4
Sanitários familiares e/ou com fraldários	x
Frequência diária de limpeza dos sanitários	2 x ao dia

Fonte: CSA/INQUI

### 3.5.1.20 Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações sanitárias

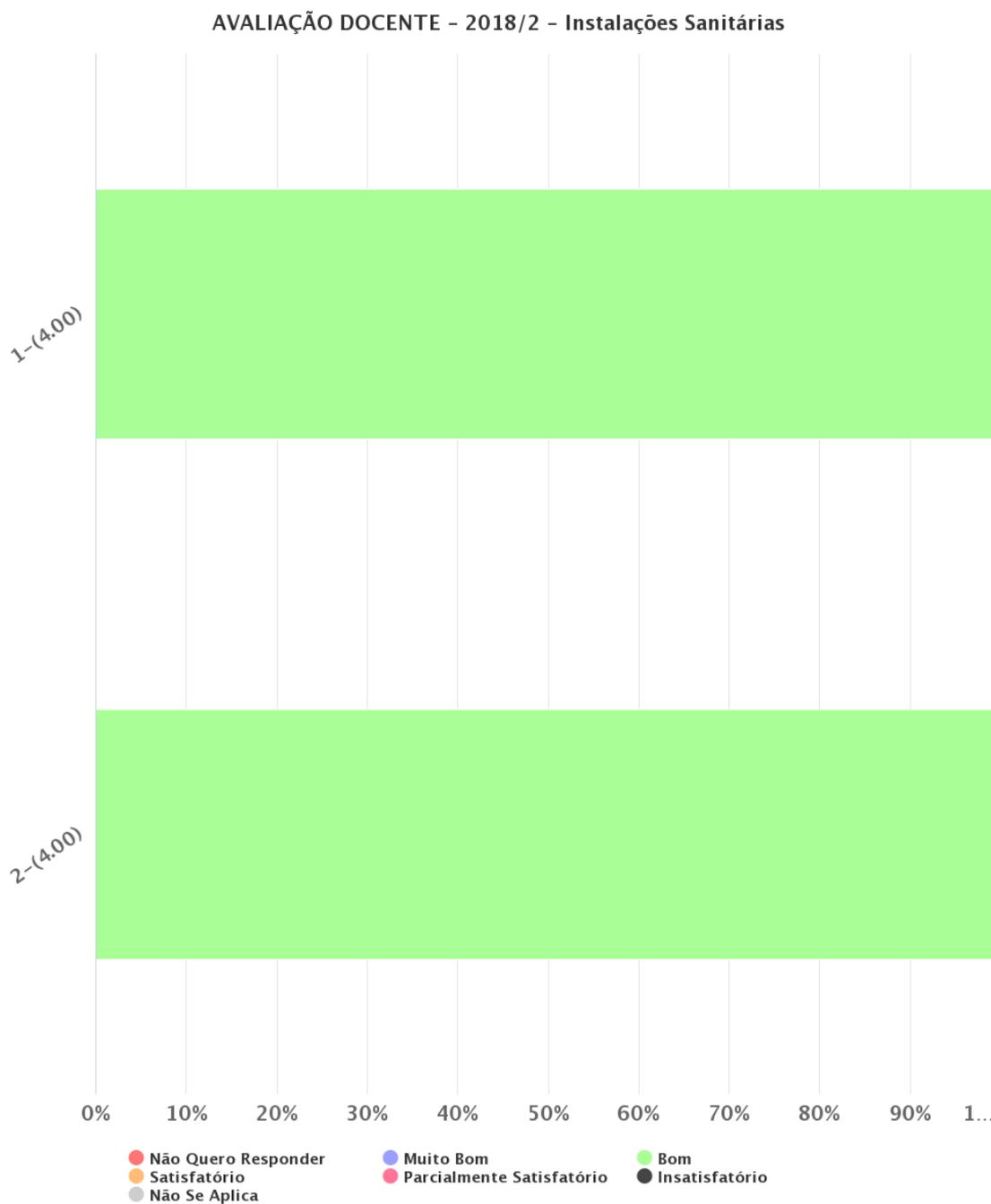
A dimensão “instalações sanitárias” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos abaixo apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse as Condições de limpeza e materiais de higiene e Acessibilidade.

Gráfico 67 - Avaliação das instalações sanitárias pelo diretor.



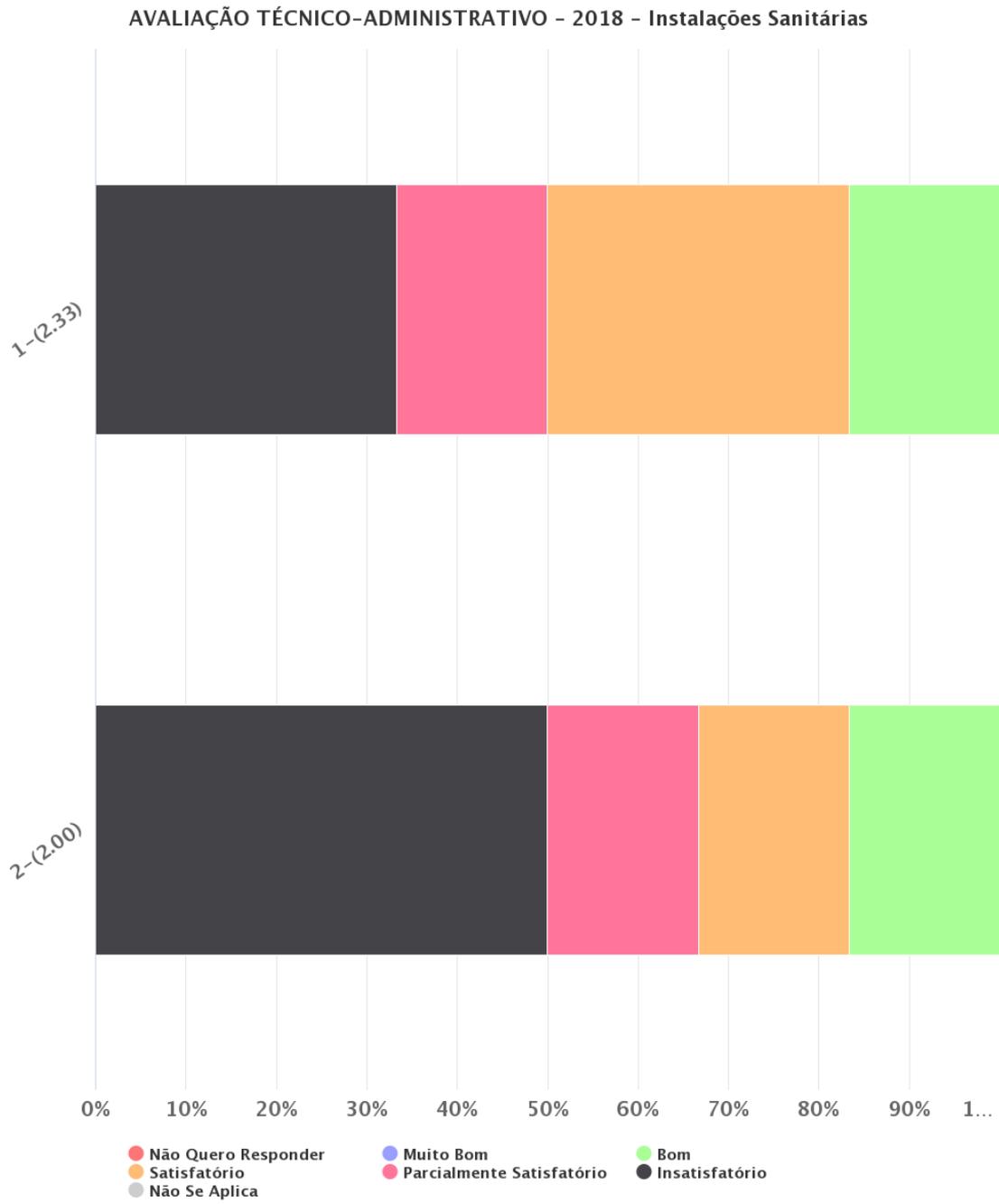
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 68 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) docente(s).



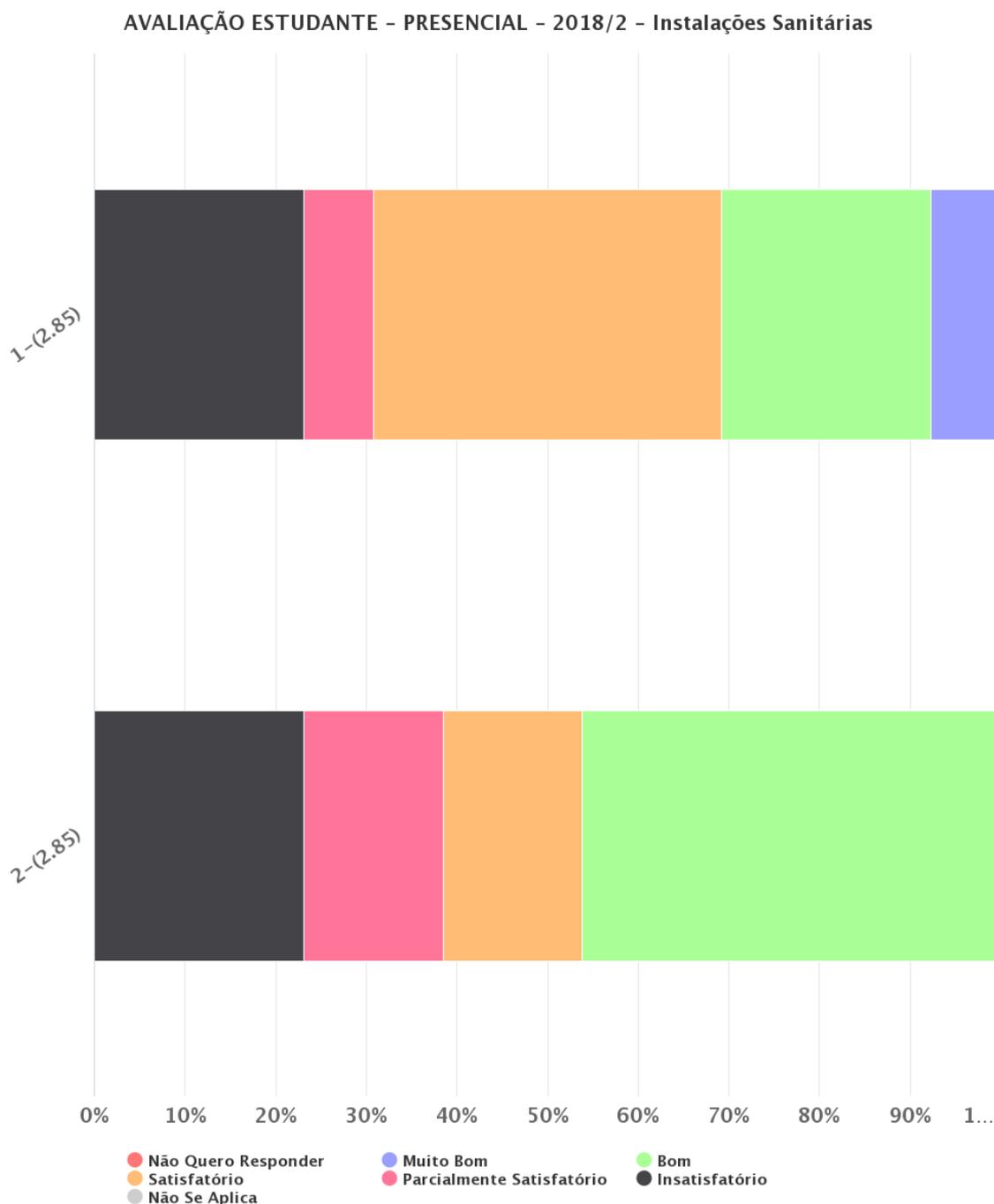
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 69 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 70 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) discente(s) de graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A partir da análise conclui-se que as instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade e a existência de banheiros familiares e fraldários.

Nesse critério vale salientar o contrato firmado com a nova prestadora de serviço e a comunicação existente entre as partes, como por exemplo, um fiscal setorial, que todo mês necessita formular relatório de prestação de serviços, com isso a qualidade dos serviços prestados não sofre queda e a comunidade continua em constante satisfação.

#### **3.5.1.21 Infraestrutura tecnológica**

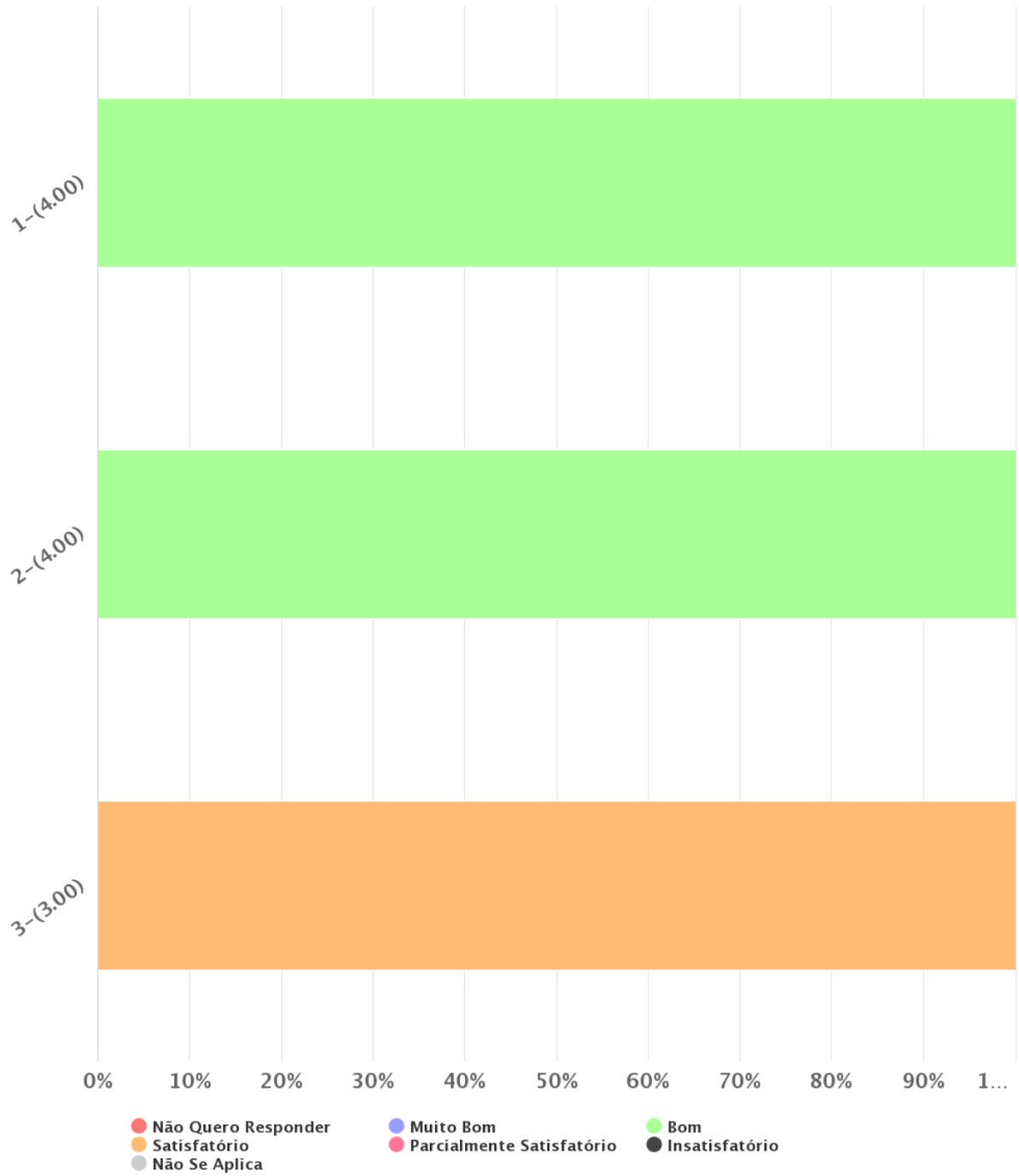
A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Como recursos usados para comunicação na comunidade acadêmica podemos citar: E-mail institucional; Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Clientes de mensagem instantânea; Plataforma MOODLE; Aplicativos proprietários.

#### **3.5.1.22 Percepção da comunidade acadêmica sobre os recursos de tecnologias de informação e comunicação**

A dimensão “tecnologias da informação e comunicação” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos 71 a 73 apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse Sua utilização como ferramenta para execução do PDI, sua utilização como ferramenta de comunicação entre a comunidade acadêmica (funcionários e alunos e Desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras aos problemas apresentados pela comunidade acadêmica e usuários externos.

Gráfico 71 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo diretor.

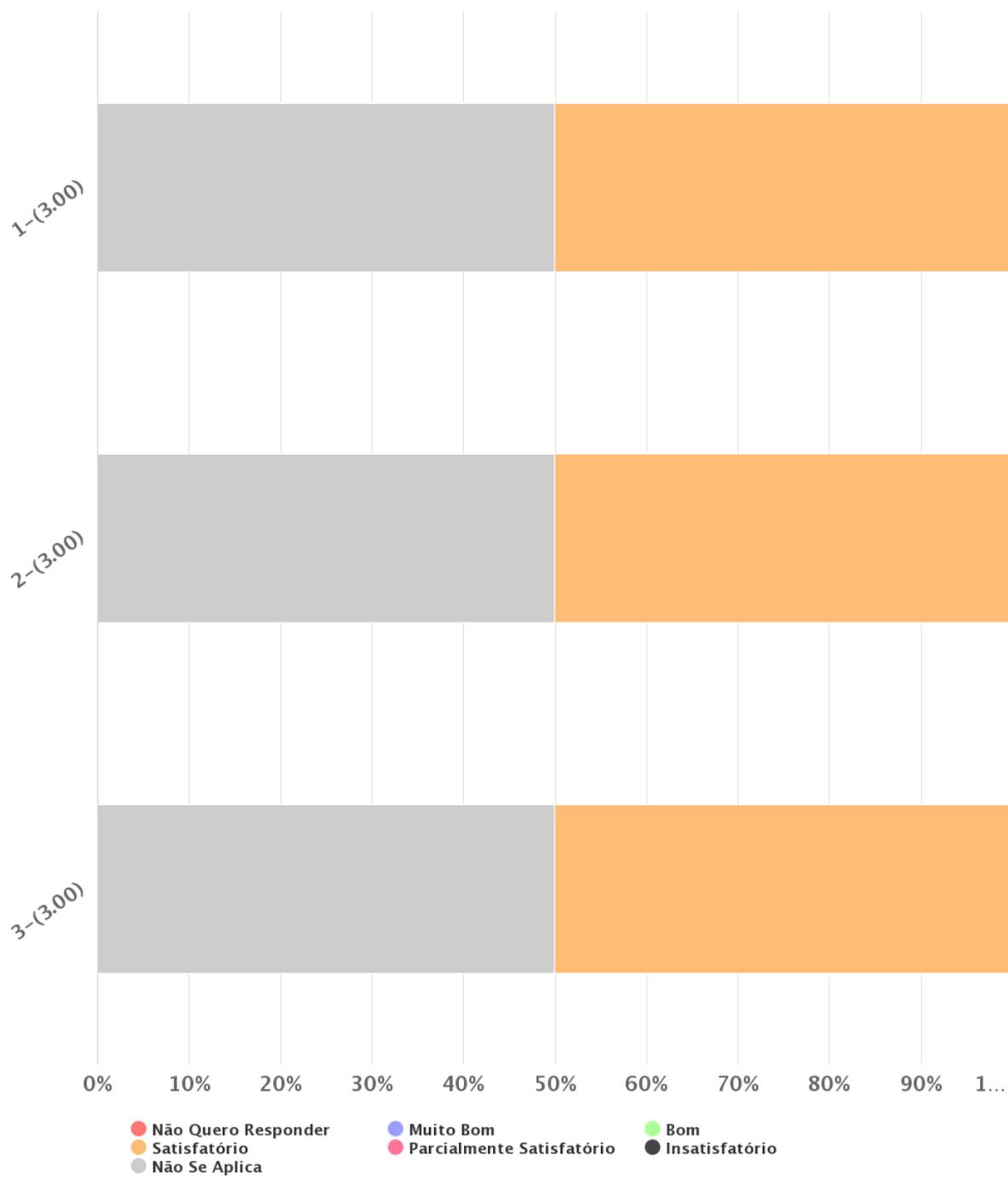
**AVALIAÇÃO DIRETOR - 2018/2 - Recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação**



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 72 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) docente(s).

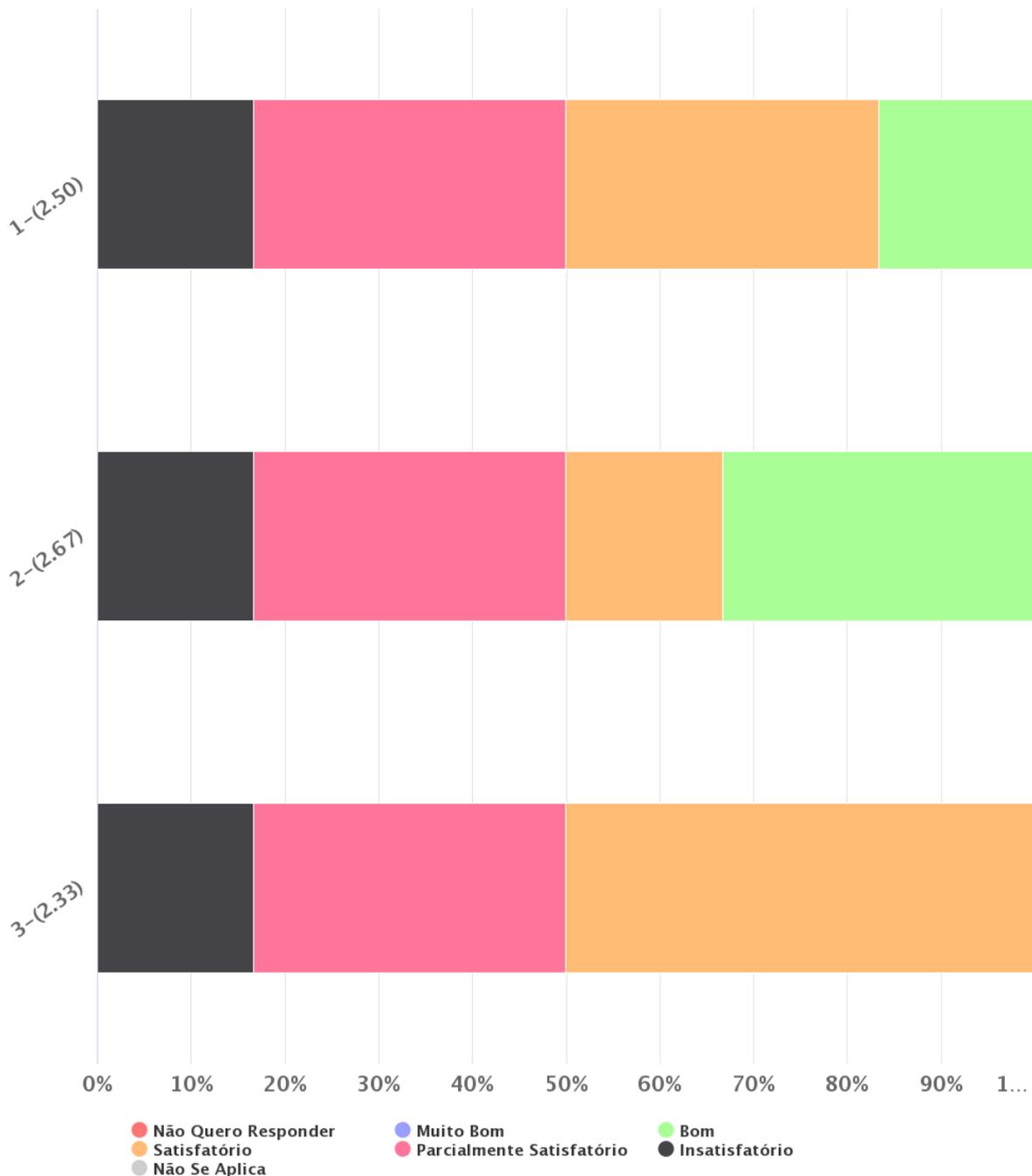
## AVALIAÇÃO DOCENTE - 2018/2 - Recursos de tecnologias da informação e Comunicação



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 73 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) técnico(s) administrativo(s).

**AVALIAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - 2018 - Recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação**



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A partir da análise conclui-se que os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a

acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

#### **4 AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Neste item serão apresentados resultados e análises para todos os cursos de graduação do INQUI, observando os aspectos relativos às seguintes dimensões de avaliação: Organização didático-pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura.

##### **4.1 Curso de LICENCIATURA EM QUÍMICA**

Em 1981, a UFMS iniciou a implantação do Curso de Química - Licenciatura Plena, que teve seu funcionamento autorizado pela Portaria RTR/UFMS No 91-A, de 20/10/1980 e reconhecido pela Portaria MEC No 476, de 19/11/1984 (DOU: 22/11/1984), com 20 alunos. Atualmente, o número de vagas ofertadas por ano é de 45.

O curso é baseado em uma concepção de sujeito que supõe que o conhecimento deve ser construído pelo sujeito, pela atribuição de significados a conceitos e procedimentos com os quais interage ao longo do processo formativo. De forma a atender o estudante trabalhador em potencial, o projeto pedagógico contempla a incorporação no espaço formativo das experiências profissionais desses estudantes e, partindo delas, constrói-se o conhecimento apoiado em um processo de problematização destas experiências.

##### **4.1.1 Organização didático-pedagógica**

Denominação do Curso: QUÍMICA - LICENCIATURA

Código E-mec: 15834

Habilitação: O curso não oferece habilitação e O curso não oferece habilitação

Grau Acadêmico Conferido: Licenciatura

Modalidade de Ensino: Presencial

Regime de Matrícula: Semestral

Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 10 Semestres

b) Mínimo CNE: 8 Semestres

c) Máximo UFMS: 16 Semestres

Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3200 Horas

b) Mínima UFMS: 3230 Horas

Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 45 vagas

Número de Entradas: 1

Turno de Funcionamento: Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde

Unidade Setorial Acadêmica de Lotação: INSTITUTO DE QUÍMICA

Endereço da Unidade Setorial Acadêmica de Lotação do Curso: Instituto de Química - Avenida Senador Filinto Müller, 1555 - CEP: 79074-460 - Campo Grande – MS

#### **4.1.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso**

O curso de Licenciatura em Química tem como objetivo desenvolver as seguintes competências e habilidades nos estudantes:

- Compreender os conceitos, leis e princípios da Química.
- Conhecer as propriedades físicas e químicas principais dos elementos e compostos, que possibilitem entender e prever o seu comportamento físico-químico, aspectos de reatividade, mecanismos e estabilidade.
- Acompanhar e compreender os avanços científico-tecnológicos e educacionais.
- Reconhecer a Química como uma construção humana e compreender os aspectos históricos de sua produção e suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.
- Saber identificar e fazer busca nas fontes de informação relevantes para a Química que possibilitem a contínua atualização técnica, científica, humanística e pedagógica.
- Ler, compreender e interpretar os textos científico-tecnológicos em idioma pátrio e estrangeiro (especialmente inglês). Saber interpretar e utilizar as diferentes formas de representação.
- Saber escrever e avaliar criticamente os materiais didáticos, como livros, apostilas, “kits”, modelos, programas computacionais etc.
- Demonstrar bom relacionamento interpessoal e saber comunicar corretamente os projetos e resultados de pesquisa na linguagem educacional, oral e escrita.

- Refletir de forma crítica a sua prática em sala de aula, identificando problemas de ensino-aprendizagem.
- Compreender e avaliar criticamente os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados às aplicações da Química na sociedade.
- Saber trabalhar em laboratório e saber usar a experimentação em Química como recurso didático.
- Possuir conhecimentos básicos do uso de computadores e sua aplicação em ensino de Química.
- Possuir conhecimentos dos procedimentos e normas de segurança no trabalho.
- Conhecer as teorias psicopedagógicas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e os princípios do planejamento educacional.
- Conhecer os fundamentos, a natureza e as principais pesquisas de ensino de Química. Conhecer e vivenciar projetos e propostas curriculares de ensino de Química

O Licenciado em Química pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está apto para atuar como professor na educação média e nas séries finais da educação fundamental, realizar estudos de pós-graduação nas áreas de Química e Educação, além de poder atuar com pesquisa educacional em órgãos estaduais e federais de educação.

O NDE tem atuado no processo de consolidação e contínua atualização do PPC. Ao mesmo tempo, o colegiado do curso tem trabalhado para garantir que os objetivos e o perfil do profissional definidos no PCC estejam sendo alcançados.

No ano de 2017, o NDE propôs a remoção de vários pré-requisitos do PPC visando uma maior fluidez dentro do curso por parte dos acadêmicos. Além disso, foi realizada a atualização de bibliografias básicas e complementares nas disciplinas. No ano de 2018, foi implementado o novo PPC que está centrado na racionalidade técnica e tem o espaço da sala de aula na centralidade do processo. Adicionalmente, algumas alterações foram realizadas para atendimento aos requisitos legais: acessibilidade nos níveis pedagógicos e atitudinais; educação para as relações étnico – raciais; educação ambiental; direitos da pessoa autista;

educação em direitos humanos; libras; prática de ensino como componente curricular; carga horária mínima CNE: 3.200 h

O que mudou no novo PPC foram, de uma forma geral:

- Saindo do Ensino para a Educação
- Concepção de sujeito baseada na Teoria Histórico – Cultural.
- Aprender é construir significados no campo da interessoalidade.
- Construção do sujeito autônomo.
- Formação multidimensional: Técnica, Política, Social, Desenvolvimento Social, Ética e Estética.

O Curso de Licenciatura em Química tem realizado ao longo de suas décadas de existência, diversas atividades acadêmicas articuladas diretamente ao ensino de graduação, com o objetivo de formação do profissional qualificado além do cidadão consciente, ético, que respeita o ser humano e a natureza. Assim, vários projetos de ensino, de extensão, além dos encontros ligados às atividades de pesquisa têm sido realizados para atingir essa meta, sempre com a vinda de autoridades nas diversas áreas da ciência e até da política, para palestras, debates, encontros.

As disciplinas caracterizadas como Atividades-Científico Acadêmicas são destinadas à formação do profissional nas áreas da química e da educação e correspondem tanto as disciplinas básicas, quanto as profissionais.

As atividades complementares têm como objetivo a formação humanística, interdisciplinar e gerencial dos futuros profissionais e poderão ser feitas na forma de estágios não curriculares, disciplinas oferecidas por outros cursos de graduação da Instituição, não elencadas como disciplinas optativas, atribuindo-lhes créditos curriculares pelas atividades desenvolvidas.

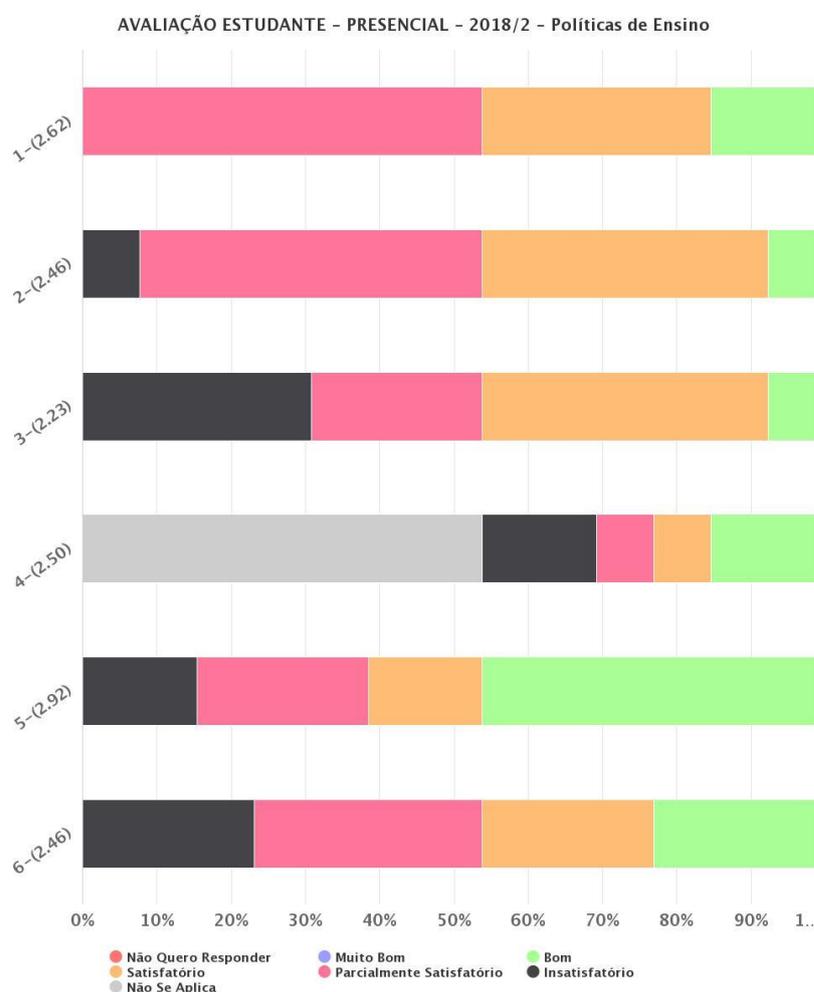
As disciplinas de Prática de Ensino possuem articulação intrínseca com o Estágio Obrigatório e com as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Nas disciplinas de Investigação e Prática de Ensino (I e II), os alunos elaboram projetos de pesquisa em ensino de Química, apresentando e socializando os resultados de pesquisa. A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca da organização didático-pedagógica do curso, no que diz respeito a políticas de ensino, pesquisa e extensão.

No item “Políticas de ensino” pediu-se aos estudantes que avaliassem as políticas de ensino adotados quanto ao (à): (1) Divulgação no meio acadêmico; (2) Sua implantação no âmbito do curso; (3) Frequência com que a grade curricular é atualizada; (4) Adequação e qualidade da oferta de componentes curriculares na modalidade a distância; (5) Existência de programas de monitoria para as disciplinas e (6) Existência de programa de mobilidade acadêmica (nacional ou internacional).

O gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos para este grupo. É válido ressaltar que alguns discentes responderam ao item 4 (EaD), que não se aplica ao INQUI.

Gráfico 74 - Avaliação das políticas de ensino pelos discentes

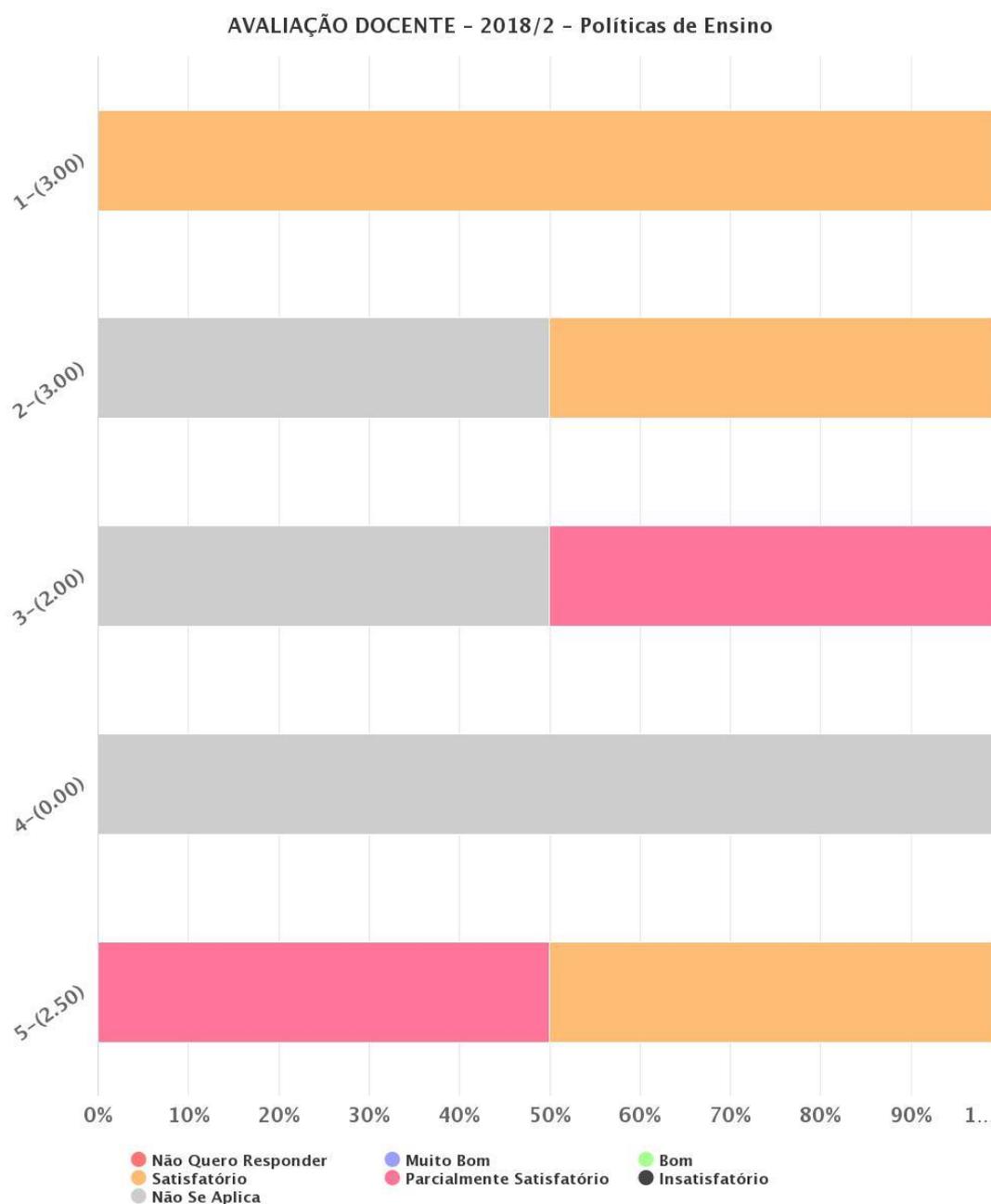


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Para os docentes, um grupo similar de questões foi apresentado no mesmo item, à exceção do ponto (6), programas de monitoria.

Os dados encontram-se compilados abaixo.

Gráfico 75 - Avaliação das políticas de ensino pelos docentes do curso



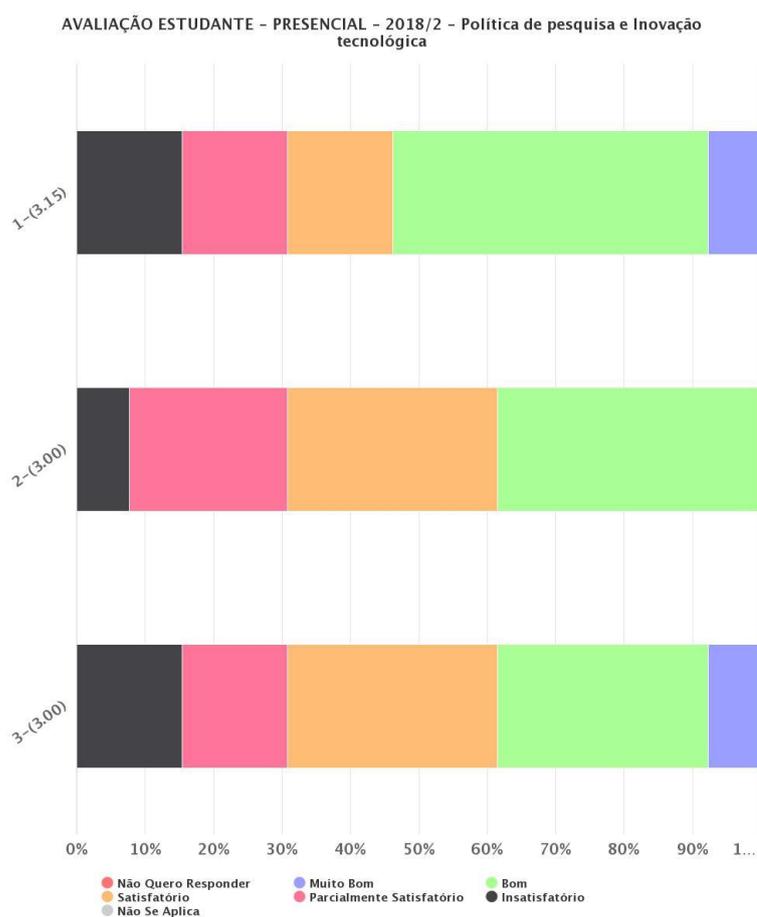
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Quando as respostas de ambos os grupos são comparadas, fica claro que a comunidade está ao menos parcialmente insatisfeita com as políticas de ensino. Ambos os grupos percebem que as políticas de ensino deveriam/poderiam ser mais divulgadas, que a grade curricular poderia ser atualizada com mais frequência do que o é e que o número de monitores é insuficiente para a atual demanda dos cursos do INQUI.

Esta comissão sugere que os colegiados dos cursos de graduação e os seus respectivos NDEs se empenhem no sentido de dar mais visibilidade às políticas adotadas e manter uma grade curricular permanentemente atualizada, que reflita nos nossos egressos a qualificação exigida pelo mercado.

A comunidade também foi consultada quanto às políticas de pesquisa e inovação tecnológica. Aos discentes de graduação, pediu-se que eles as avaliassem quanto ao (à): (1) Divulgação no meio acadêmico; (2) Sua implantação no âmbito do curso e (3) Estímulo para a participação em projetos de pesquisa (PIBIC) e de inovação tecnológica (PIBIT) por meio de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento. O gráfico abaixo compila as suas respostas.

Gráfico 76- Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Os participantes discentes consideram que as políticas de pesquisa e inovação são satisfatórias no âmbito do instituto de química. O item com melhor média é a divulgação das

pesquisas científicas e de inovação tecnológica no ambiente acadêmico, o que provavelmente reflete o fato de que vários dos nossos estudantes participam ativamente dos grupos de pesquisa do INQUI.

Os docentes também foram consultados sobre as políticas pesquisa e inovação. Neste caso, a avaliação se concentra em 5 itens, quais sejam: (1) Divulgação no meio acadêmico; (2) Sua implantação no âmbito dos cursos das unidades nas quais atua; (3) Estímulo para a participação em projetos de pesquisa (PIBIC) e de inovação tecnológica (PIBIT) por meio de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento; (4) Viabilização de publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas; (5) Previsão da organização e publicação de revista acadêmico-científica. Os dados são compilados no gráfico a seguir.

Gráfico 77 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos docentes



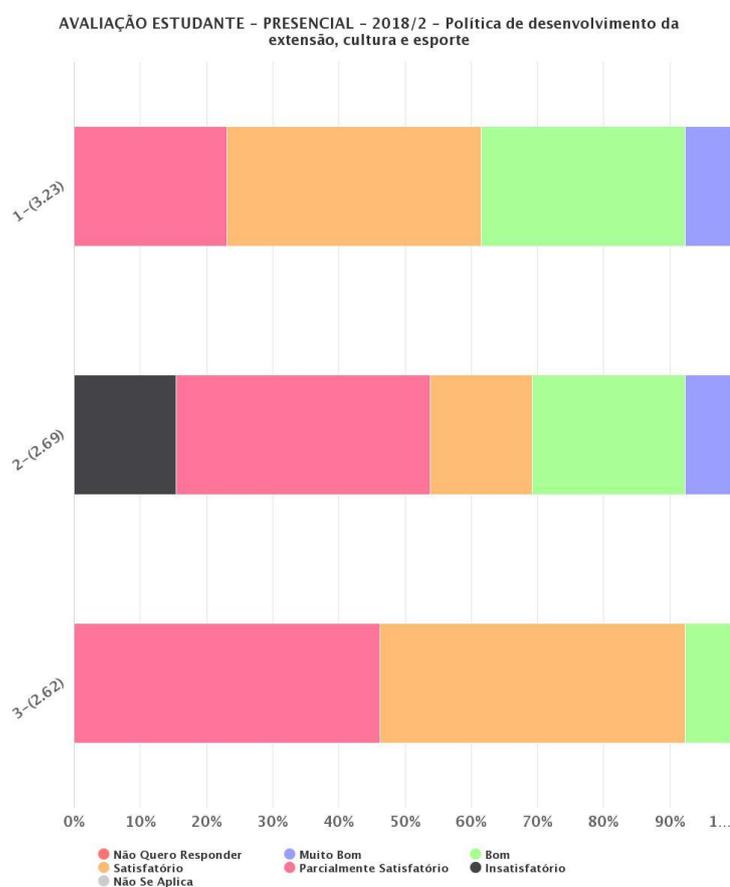
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Os docentes consideram que as políticas de ensino e inovação são adequadamente divulgadas e implantadas no ambiente acadêmico e que há estímulo para a sua efetiva participação em projeto de pesquisa. Entretanto, os participantes consideram que a

viabilização de publicações e a organização e publicação de revista acadêmico-científica podem ser melhoradas. Esta discrepância nas respostas dá a entender que os mecanismos de fomento à pesquisa e inovação estão apenas parcialmente implantados, pois se há estímulo para que projetos sejam propostos e desenvolvidos, falta estímulo quando chega o momento em que o conjunto destes dados tem que ser divulgado na forma de publicações técnico-científicas.

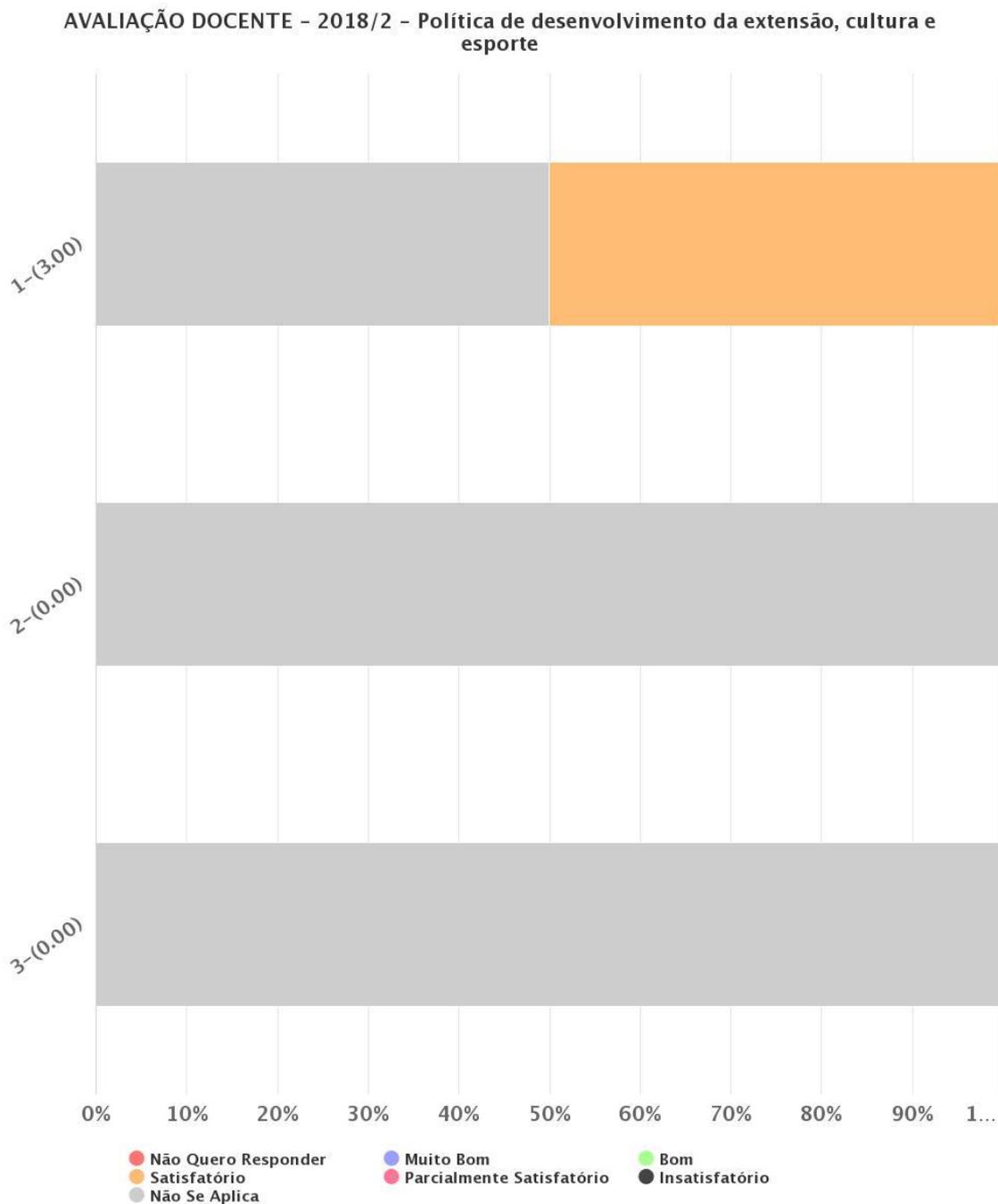
Discentes e docentes foram consultados quanto à política de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte. Ambos os grupos opinaram sobre os seguintes pontos: (1) Divulgação no meio acadêmico; (2) Sua implantação no âmbito do curso e (3) Estímulo para a participação em projetos de extensão, cultura e esporte por meio de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento. As respostas são compiladas abaixo.

Gráfico 78 - Avaliação das políticas de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 79 - Avaliação das políticas de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Este item demonstra confusão entre os participantes, pois se os discentes consideram que as políticas de fomento à extensão, cultura e esporte são insatisfatórias, os docentes consideram que estes itens não se aplicam ao INQUI. Esta comissão sugere que o conjunto de

questões seja reelaborado de forma a esclarecer que projetos de extensão, cultura e esporte não estão limitados a cursos que tenham essas vertentes como suas principais diretrizes.

#### 4.1.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia

O perfil profissional do egresso do curso e suas habilidades e competências são apontados na Diretriz Curricular Nacional (DCN) do Curso de Licenciatura em Química.

O Licenciado em Química deve ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdo dos diversos campos da Química, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de Química e de áreas afins na atuação profissional como educador no ensino médio, dentro de uma visão ética de respeito à natureza e ao ser humano.

A proposta metodológica que embasa a presente estrutura é a da ênfase sobre os conceitos fundamentais e as relações entre eles, buscando integrá-los com as questões filosóficas e éticas contemporâneas. A proposta contempla a vinculação dos conhecimentos químicos com a sua abordagem para o ensino médio. Buscou-se proporcionar sólida formação humanística aos futuros profissionais consoantes aos recentes avanços da Química. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais exige políticas educacionais distintas e, nesse sentido, a coordenação de curso, juntamente com apoio da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas – Diaaf/Proaes, tem direcionado esforços para atender as especificidades de cada aluno para proporcionar metodologia de ensino apropriada, condições de acesso e permanência, visando o êxito do processo de aprendizagem.

A maioria das salas de aula do INQUI possuem projetos multimídia. Para as salas que não possuem, a secretaria acadêmica tem disponível dois equipamentos de projeção. Os alunos e docente tem acesso a rede de internet. O INQUI possui uma página na internet e facebook para divulgação de notícias e interação com a comunidade acadêmica e externa. Alguns livros estão disponíveis na modalidade virtual, possibilitando ao acadêmico acessá-los a qualquer momento a partir de uma rede de internet.

O sistema de avaliação discente está previsto nos Capítulo XVI da Resolução nº 550/2018-COGRAD. O aproveitamento da aprendizagem é verificado em cada disciplina, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino, e deve prever, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa substitutiva. O professor deve discutir as avaliações acadêmicas, ou apresentar a solução padrão; divulgar as notas das avaliações acadêmicas em até dez dias úteis após a sua realização; e disponibilizar ao acadêmico as suas avaliações. Com o objetivo de gerar novos elementos de avaliação, os docentes serão incentivados a promover atividades extraclases, trabalho em grupo, resolução de listas de exercícios, atividades em sala ou em laboratório, seminários, exposições e projetos, uso de tecnologia da informação, ambientes virtuais de ensino etc.

O estágio curricular obrigatório do Curso está regulamentado pela Resolução n. 86/2016-INQUI. São ofertadas 04 disciplinas de Estágio do 7º período ao 10º período do curso com uma carga horária total de 408h. No regulamento do Estágio está previsto o Supervisor, responsável pelo estagiário no local do estágio, e o Professor Orientador, docente da UFMS. Existe uma Comissão de Estágio (COE) composta por docentes designados pela Resolução n.87/2018-INQUI, que orienta o estudante quanto a documentação e sugere um orientador, segundo o tema da atividade do estudante no estágio. O estágio na UFMS é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação do acadêmico para a atividade profissional, integrando os conhecimentos técnico, prático e científico, permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a

socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico profissional. O Estágio Obrigatório é desenvolvido através de orientação e supervisão contínuas, proporcionando ao estudante a oportunidade de integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Apresenta-se como atividade curricular obrigatória de treinamento prático, de aprimoramento técnico, cultural, científico e de relações humanas, visando à complementação do processo de ensino e aprendizagem.

As atividades complementares terão como objetivo a formação humanística, interdisciplinar e gerencial dos futuros profissionais e poderão ser feitos na forma de estágios não curriculares, disciplinas oferecidas por outros cursos de graduação da Instituição, não elencadas como disciplinas optativas, atribuindo-lhes créditos curriculares pelas atividades desenvolvidas. Como atividades extraclasse são consideradas as participações em atividades de extensão e de pesquisa, as apresentações de trabalhos e/ou resumos em seminários, conferências, semanas de estudos e similares, monitorias, publicações de artigos em revistas ou outros meios bibliográficos e/ou eletrônicos especializados, às quais serão atribuídos créditos curriculares. Através das atividades complementares, os alunos serão estimulados a ampliar seus horizontes, participando de atividades oferecidas pelos cursos de química e/ou outros cursos, desenvolvendo atividades voltadas para seu interesse individual. Resolução nº 44/2015-INQUI e Resolução nº 73/2016-INQUI.

Nas disciplinas de Investigação e Prática de Ensino (I e II), os alunos elaboram projetos de pesquisa em ensino de Química, apresentando e socializando os resultados de pesquisa.

O Estágio Obrigatório, como parte integrante do currículo, visa integrar e consolidar os conhecimentos adquiridos no curso através da participação do estudante em situações reais de trabalho. O Estágio Obrigatório do curso de Química Licenciatura realizar-se-á como disciplina, distribuídas a partir do sétimo semestre. Os mecanismos de acompanhamento e demais critérios de avaliação do estágio obrigatório estão descritos em seu Regulamento elaboradas e aprovadas pelo colegiado do curso. As disciplinas de Prática de Ensino possuem articulação intrínseca com o Estágio Obrigatório e com as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

## **4.2 Curso Bacharelado em Química Tecnológica**

Em 1990 foi implantado o Curso de Química – Bacharelado em Química Tecnológica, tendo seu funcionamento autorizado pela Resolução COUN/UFMS N 27, de 20/09/1990 e reconhecido pela Portaria MEC N 476, de 19/11/1984 (DOU: 22/11/1984), com 20 alunos. Atualmente, o curso oferta 25 vagas anuais.

### **4.2.1 Organização didático-pedagógica**

Denominação do Curso: BACHARELADO EM QUÍMICA TECNOLÓGICA

Código E-mec: 52091

Habilitação: O curso não oferece habilitação e O curso não oferece habilitação

Grau Acadêmico Conferido: Bacharelado

Modalidade de Ensino: Presencial

Regime de Matrícula: Semestral

Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 08 Semestres

b) Mínimo CNE: 08 Semestres

c) Máximo UFMS: 12 Semestres

Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 2400 Horas

b) Mínima UFMS: 3600 Horas

Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 25 vagas

Número de Entradas: 1

Turno de Funcionamento: Integral

Unidade Setorial Acadêmica de Lotação: INSTITUTO DE QUÍMICA

Endereço da Unidade Setorial Acadêmica de Lotação do Curso: Instituto de Química - Avenida Senador Filinto Müller, 1555 - CEP: 79074-460 - Campo Grande – MS

#### **4.2.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso**

##### **OBJETIVO GERAL**

O Curso de Química – Bacharelado em Química Tecnológica tem por objetivo geral a formação de profissionais qualificados para atuarem em Indústrias e em Pesquisa na Área de Química.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer uma sólida base de conhecimentos ao aluno, de maneira a capacitá-lo para resolver uma ampla gama de problemas no contexto de Química e áreas afins;
- Estimular o desenvolvimento do espírito científico, reflexivo e ético;
- Fornecer conhecimento geral de problemas regionais, nacionais e mundiais, nos quais estão inseridos conhecimentos químicos e educacionais e que são objeto de trabalho do profissional ora em formação;
- Criar mecanismos para estimular o senso crítico do aluno;

Ao concluir o Curso de Química – Bacharelado em Química Tecnológica o bacharel estará apto a:

- Efetuar estudos, investigações, ensaios, experiências e análise de caráter prático relacionados com a composição, as propriedades e as possíveis transformações de determinadas substâncias;
- Aplicar leis, princípios e métodos conhecidos com a finalidade de descobrir e preparar produtos de origem química;
- Realizar estudos sobre ocorrências de variações químicas em organismos vivos.

## PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Química Tecnológica deve ter sólida formação em química, com domínio das técnicas básicas de utilização de laboratórios e equipamentos, com condições de atuar nos campos de atividades socioeconômicas que envolvam as transformações da matéria, direcionando essas transformações, controlando os seus produtos, interpretando criticamente as etapas, efeitos e resultados, aplicando abordagens criativas à solução dos problemas e desenvolvendo novas aplicações e tecnologias.

O Bacharel em Química Tecnológica deve ter formação generalista e abrangente em conteúdo dos diversos campos da Química, ter preparação adequada à aplicação do conhecimento nas áreas de Tecnologia Química e de áreas afins com atuação profissional dentro de uma visão ética de respeito à natureza e ao ser humano.

A Resolução Normativa CFQ Nº 36 de 25/04/1974, publicada no DOU de 13/05/1974, “dá atribuições aos profissionais da Química” e elenca as atividades destes profissionais:

- Direção, supervisão, programação, coordenação, orientação e responsabilidade técnica no
- âmbito de suas atribuições respectivas;
- Assistência, assessoria, consultoria, elaboração de orçamentos, divulgação e comercialização
- no âmbito das atribuições respectivas;
- Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento de serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos
- e atestados, no âmbito das atribuições respectivas;
- Exercício do Magistério respeitada a legislação específica;
- Desempenho de cargos e funções técnicas, no âmbito das atribuições respectivas;
- Ensaios e pesquisas em geral, pesquisas e desenvolvimento de métodos e produtos;
- Análises química e físico-química, químico-biológica, bromatológica, toxicológica,
- biotecnológica e legal, padronização e controle de qualidade. O Bacharel com formação em Química Tecnológica, além das atribuições arroladas acima possui, também, as que se seguem:
- Produção, tratamentos prévios e complementares de produtos e resíduos;
- Operação e manutenção de equipamentos e instalações, execução de trabalhos técnicos;
- Condução e controle de operações e processos industriais, de trabalhos técnicos, reparos e
- manutenção;
- Pesquisa e desenvolvimento de operações e processos industriais;
- Estudo, elaboração e execução de projetos de processamento;
- Estudo da viabilidade técnica e técnico-econômica no âmbito das atribuições respectivas.

#### 4.2.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia

O perfil profissional do egresso do curso e suas habilidades e competências são apontados na Diretriz Curricular Nacional (DCN) do Curso de Bacharelado em Química Tecnológica.

A proposta metodológica que embasa a presente estrutura é a da ênfase sobre os conceitos fundamentais e as relações entre eles, buscando integrá-los com as questões filosóficas e éticas contemporâneas. A proposta contempla a vinculação dos conhecimentos químicos com a sua abordagem para a formação científica e tecnológica. Buscou-se proporcionar uma ampla formação humanística aos futuros profissionais consoantes os recentes avanços na área de Química e, particularmente, nas áreas de biotecnologias e ambientais. O Químico necessita de uma sólida formação em conteúdos básicos da área de ciências exatas (cálculo e física), dessa forma os conteúdos básicos do curso de química são apresentados nos primeiros semestres do curso bem como disciplinas introdutórias da área de química (Química Geral). E para o desenvolvimento de habilidades e competências os conteúdos específicos são apresentados de acordo com o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do Químico.

A maioria das salas de aula do INQUI possuem projetos multimídia. Para as salas que não possuem, a secretaria acadêmica tem disponível dois equipamentos de projeção. Os alunos e docente tem acesso a rede de internet. O INQUI possui uma página na internet e facebook para divulgação de notícias e interação com a comunidade acadêmica e externa. Alguns livros estão disponíveis na modalidade virtual, possibilitando ao acadêmico acessá-los a qualquer momento a partir de uma rede de internet.

O sistema de avaliação discente está previsto nos Capítulo XVI da Resolução nº 550/2018-COGRAD. O aproveitamento da aprendizagem é verificado em cada disciplina, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino, e deve prever, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa substitutiva. O professor deve discutir as avaliações acadêmicas, ou apresentar a solução padrão; divulgar as notas das avaliações acadêmicas em até dez dias úteis após a sua realização; e disponibilizar ao acadêmico as suas avaliações. Com o objetivo de gerar novos elementos de avaliação, os docentes serão incentivados a promover atividades extraclasse, trabalho em grupo, resolução de listas de exercícios, atividades em sala ou em laboratório, seminários, exposições e projetos, uso de tecnologia da informação, ambientes virtuais de ensino etc.

O Estágio do curso de Bacharelado em Química Tecnológica, como parte integrante do currículo, visa integrar e consolidar os conhecimentos adquiridos no curso através da participação do estudante em situações reais de trabalho. O Estágio obrigatório do curso de Bacharelado em Química Tecnológica realizar-se á como disciplinas com carga horária total de 102h. O Estágio Obrigatório é desenvolvido através de orientação e supervisão de um professor, proporcionando ao estudante a oportunidade de integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. É atividade curricular obrigatória visando à complementação do processo de ensino e aprendizagem. A disciplina Estágio Obrigatório tem como base os conhecimentos adquiridos na graduação.

As atividades complementares terão como objetivo a formação humanística, interdisciplinar e gerencial dos bacharéis e poderão ser feitos na forma de estágios não obrigatórios, disciplinas oferecidas por outros Cursos de Graduação da Instituição, não elencadas como disciplinas optativas, atribuindo-lhes créditos curriculares pelas atividades desenvolvidas. Como atividades extraclasse serão consideradas as participações em atividades de extensão e de pesquisa, as apresentações de trabalhos e/ou resumos em seminários, conferências, semanas de estudos e similares, monitorias, publicações de artigos em revistas ou outros meios bibliográficos e/ou eletrônicos especializados, às quais serão atribuídos créditos curriculares. Através das atividades complementares, os alunos serão estimulados a ampliar seus horizontes, participando de atividades oferecidas

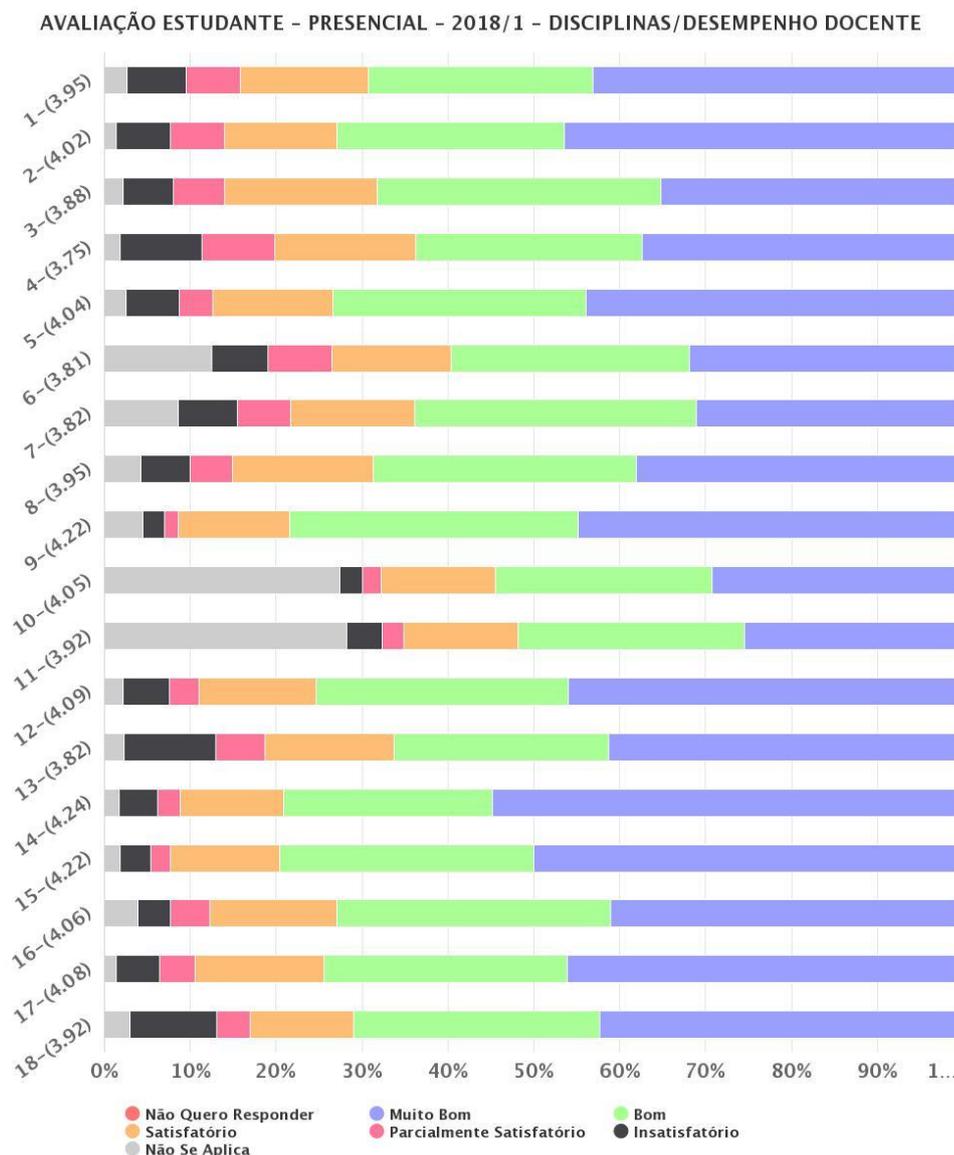
pelos Cursos de Química e/ou outros Cursos, desenvolvendo atividades voltadas para seu interesse individual. O acadêmico para obtenção de grau deve desenvolver no mínimo 136 horas de atividades complementares.

O Trabalho de Conclusão de Curso é requisito fundamental para a obtenção do grau de Bacharel em Química Tecnológica. O Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado na forma de monografia. Caberá a Comissão de Estágio (COE), a organização, normatização, divulgação de calendários, etc, referentes a apresentação e avaliação das monografias. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado com dados de uma atividade prática de pesquisa.

A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca das disciplinas oferecidas no curso em 2018-1 e 2018-2. Os estudantes foram questionados sobre os seguintes pontos: (1) a disciplina em relação à adequação dos conteúdos à proposta do projeto pedagógico do curso (PPC); (2) a disciplina em relação à importância para a sua formação profissional; (3) a disciplina em relação à suficiência da carga horária conforme a complexidade do conteúdo; (4) a metodologia (atividades, técnicas, recursos) desenvolvida pelo(a) professor(a) na disciplina; (5) a coerência entre o conteúdo ministrado na disciplina e as avaliações; (6) o uso efetivo das tecnologias de informação e comunicação - TICs (internet, projetor multimídia, redes sociais, ambiente virtual de aprendizagem e outros), na disciplina, para possibilitar diferentes experiências de aprendizagem; (7) o uso das TICs para assegurar o acesso a materiais e recursos didáticos da disciplina, a qualquer hora e lugar; (8) a disponibilidade da bibliografia da disciplina (indicada no plano de ensino) na biblioteca física e/ou virtual; (9) a adequação do espaço físico e mobiliário em relação ao número de alunos para as aulas teóricas da disciplina; (10) a adequação do espaço físico e mobiliário em relação ao número de alunos para as aulas práticas da disciplina; (11) a adequação dos equipamentos, mobiliário e materiais de consumo em relação ao número de alunos para as aulas práticas da disciplina; (12) Existência de disponibilidade das normas de segurança; (13) Acessibilidade; (14) o(a) professor(a) quanto à apresentação do Plano de Ensino; (15) o(a) professor(a) em relação à qualidade didática (organização, domínio de conteúdo, uso de atividades e recursos diversificados) das aulas ministradas nesta disciplina; (16) o(a) professor(a) em relação à Pontualidade (cumprimento do horário das aulas); (17) o(a) professor(a) em relação ao cumprimento da carga horária da disciplina; (18) o(a) professor(a) em relação à disponibilidade para o atendimento aos acadêmicos, dentro e fora da sala de aula; (19) o relacionamento entre o(a) professor(a) e os(as) acadêmicos(as) e (20) o(a) professor(a) quanto ao cumprimento dos prazos previstos (até dez dias úteis após a sua realização) para a divulgação/entrega das notas. Os dados referentes aos semestres 2018.1 e 2018.2 são

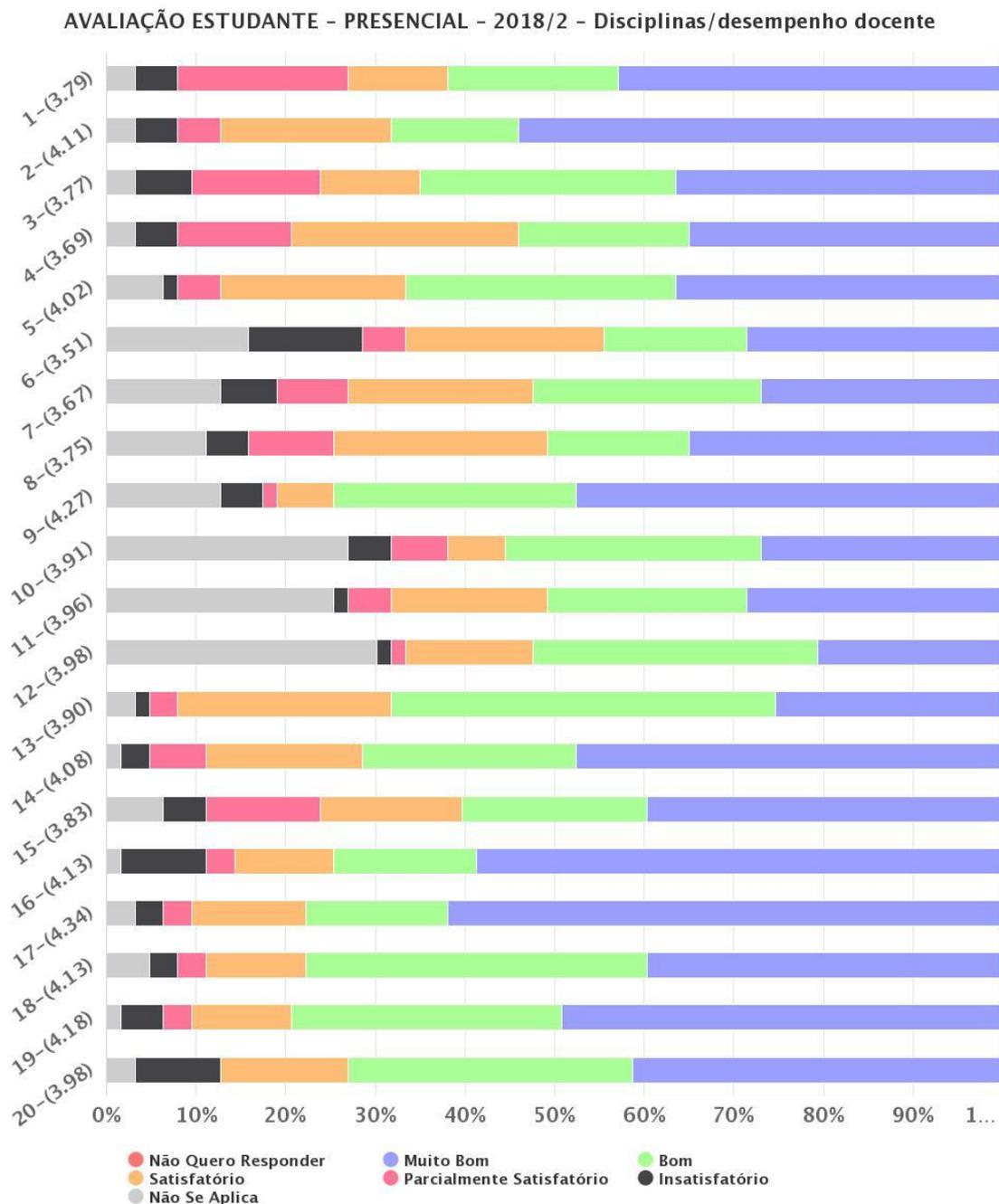
mostrados abaixo. Os itens (12) e (13) só foram incluídos na avaliação 2018.2. Portanto, os gráficos referentes aos dois semestres apresentam um número diferentes de itens de avaliação.

Gráfico 80 - Avaliação das disciplinas e desempenho docente pelos discentes. 2018.1



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 81 - Avaliação das disciplinas e desempenho docente pelos discentes. 2018.2



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

De forma geral, todos os itens que dizem respeito ao desempenho docente foram bem avaliados pelos estudantes, estando as médias de ambos os semestres situadas entre 3,51 e 4,34. O item que recebeu menor nota foi o uso das tecnologias de informação e comunicação em sala de aula. Esta comissão sugere que os docentes sejam menos refratários ao uso dos TICs e adequem as suas disciplinas às novas tecnologias, que descortinam uma série de ferramentas que, se bem utilizadas, podem servir como alicerce para o aprendizado. Outro

aspecto importante é de natureza motivacional, pois o uso de recursos multimídia e a introdução de ambientes virtuais de aprendizagem transportam os conteúdos para aquelas plataformas com as quais os nossos estudantes já estão completamente familiarizados, além de estabelecer uma nova dinâmica, que foge à estrutura giz-lousa-monólogo.

Quanto à autoavaliação docente, pediu-se aos participantes que avaliassem o próprio desempenho nas disciplinas com relação ao (à): (1) A disciplina em relação à suficiência da carga horária conforme a complexidade do conteúdo; (2) Quanto a utilização de metodologia (atividades, técnicas, recursos) na disciplina; (3) A coerência entre o conteúdo ministrado na disciplina e as avaliações; (4) O uso efetivo das tecnologias de informação e comunicação - TICs (internet, projetor multimídia, redes sociais, ambiente virtual de aprendizagem e outros), na disciplina, para possibilitar diferentes experiências de aprendizagem; (5) O material didático trabalhado na disciplina, considerando a acessibilidade da linguagem, à adequação ao Plano de Ensino e ao PPC do Curso; (6) A disponibilidade da bibliografia da disciplina (indicada no plano de ensino) na biblioteca; (7) Quanto à apresentação do Plano de Ensino; (8) Em relação à qualidade didática (organização, domínio de conteúdo, uso de atividades e recursos diversificados) das aulas ministradas nesta disciplina; (9) Sua pontualidade (cumprimento do horário das aulas) nas aulas presenciais; (10) Em relação à sua disponibilidade para o atendimento aos estudantes; (11) Seu relacionamento com os estudantes e (12) Quanto ao cumprimento dos prazos previstos para a divulgação/entrega das notas. É importante ressaltar que, ao contrário da avaliação discente, este item só foi aplicado em 2018.2 e, portanto, só um conjunto de respostas foi gerado. O gráfico que compila as respostas é apresentado a seguir.

Gráfico 82 - Avaliação das disciplinas e autoavaliação do desempenho docente pelos docentes



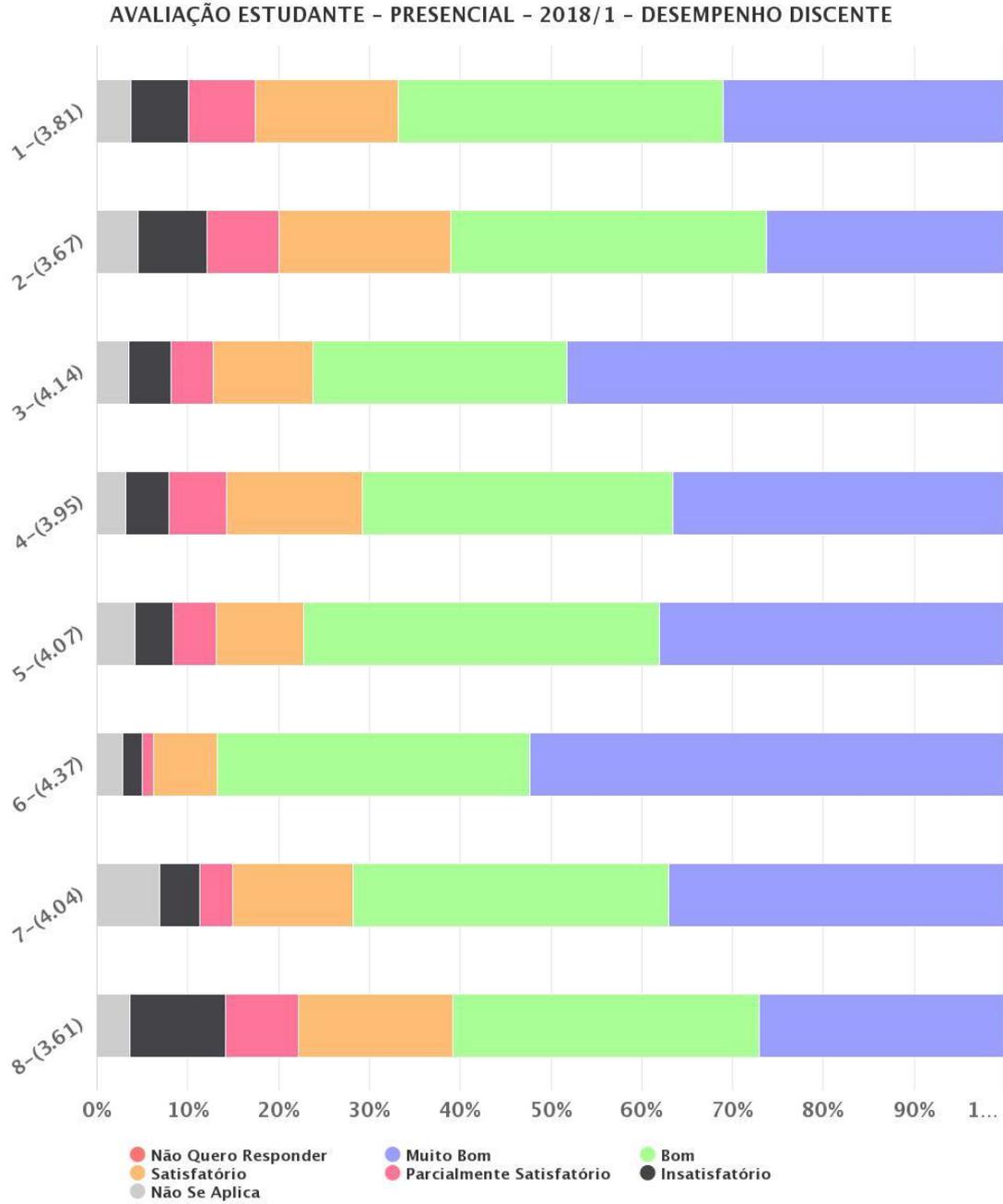
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Quase todos os itens autoavaliados oscilaram entre bom e muito bom. A atribuição de notas altas à autoavaliação poderia supor um viés de confirmação por parte dos docentes, mas é interessante notar que estes dados são condizentes com aqueles expressos pelos estudantes, o que sugere que o desempenho dos docentes quanto à sua atuação na graduação

é apropriado. Dois itens da autoavaliação receberam notas mais baixas e merecem comentários à parte. Os professores assumem que precisam fazer melhor uso das TICs (já discutido no item anterior) e consideram que as cargas horárias são adequadas à complexidade dos conteúdos, mas poderiam ser melhoradas. Embora conhecedora das dificuldades que envolvem tais mudanças, esta comissão sugere aos colegiados dos cursos e aos NDEs que se debruçam continuamente sobre estas questões e discutam com a comunidade sobre a eventualidade de adequações nas cargas horárias de algumas disciplinas.

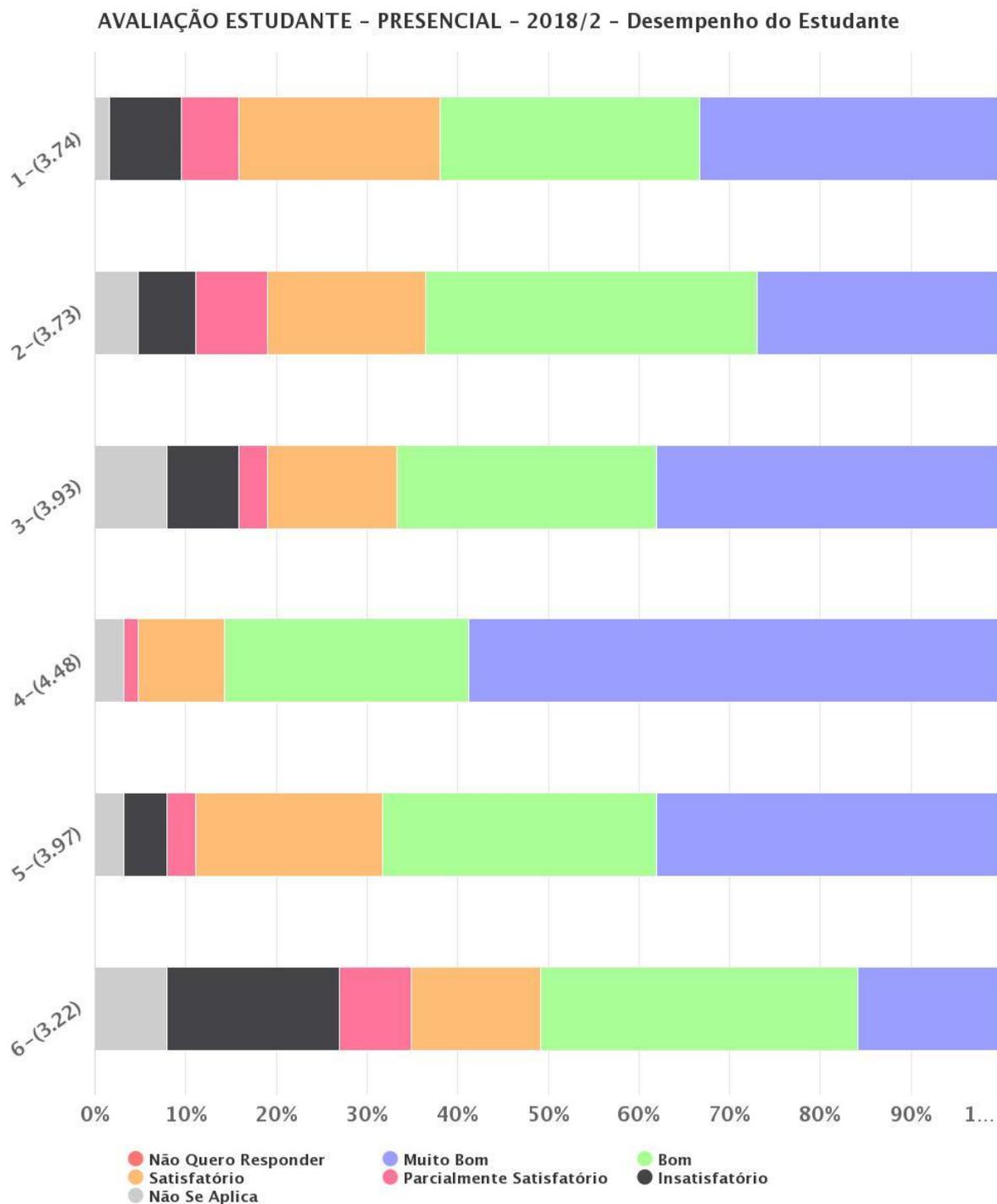
No que se refere à autoavaliação discente, pediu-se aos participantes que avaliassem o próprio desempenho nas disciplinas com relação ao (à): (1) Participação e dedicação nos estudos e nas atividades em sala de aula; (2) Dedicação nos estudos e nas atividades extraclasse (fora da sala de aula); (3) Pontualidade e permanência do início ao término das aulas; (4) Relacionamento com os (as) professores; (5) Relacionamento com os os(as) colegas; (6) Postura ética (respeito à coletividade, observância às normas internas e externas) nas atividades teóricas e práticas; (7) Habilidade/conhecimentos para utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); (8) Assimilação dos conteúdos abordados; A autoavaliação foi aplicada em ambos os semestres de 2018, mas os itens (4) e (5) só foram abordados em 2018.1, daí o número diferentes de itens constantes nos dois gráficos.

Gráfico 83- Autoavaliação do desempenho discente. 2018.1



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 84 - Autoavaliação do desempenho discente. 2018.2



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Esta comissão considera válido ressaltar que em ambos os semestres os itens que receberam as menores médias dizem respeito à assimilação dos conteúdos e à dedicação nos estudos e atividades extraclasse. Ou seja, de forma geral os nossos estudantes consideram

que uma eventual melhora no seu rendimento acadêmico depende principalmente de mais dedicação pessoal.

No que se refere à avaliação discente pelos docentes, pediu-se aos participantes que avaliassem o desempenho dos estudantes nas disciplinas com relação ao (à): (1) Participação e dedicação nos estudos e nas atividades presenciais e a distância; (2) Pontualidade e permanência do início ao término das aulas presenciais; (3) Relacionamento com os (as) professores; (4) Postura ética (respeito à coletividade, observância às normas internas e externas) nas atividades teóricas e práticas; (5) Assimilação dos conteúdos abordados.

Gráfico 85 - Avaliação do desempenho discente pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A observação que os docentes fazem dos seus alunos é concordante com a autoavaliação discente, pois dentre os itens, as menores notas (que correspondem a parcialmente satisfatório) são atribuídas à participação e dedicação nos estudos e nas atividades presenciais e à assimilação dos conteúdos abordados. Uma possível ação, recomendada por esta comissão, é que os docentes sugiram uma lista de conteúdos auxiliares que possam ser, por exemplo, acessadas em outras plataformas além dos livros didáticos.

### 4.3 Apoio ao discente

Os estudantes dos cursos de graduação do INQUI podem se candidatar aos programas de assistência estudantil oferecidos pela UFMS. A Tabela 25, a seguir, apresenta o número de estudantes beneficiados.

Tabela 25 - Auxílios recebidos por estudantes do curso

Tipo de auxílio	Número de estudantes
Bolsa permanência	12
Auxílio Moradia	06
Esporte Universitário	01
Total	19

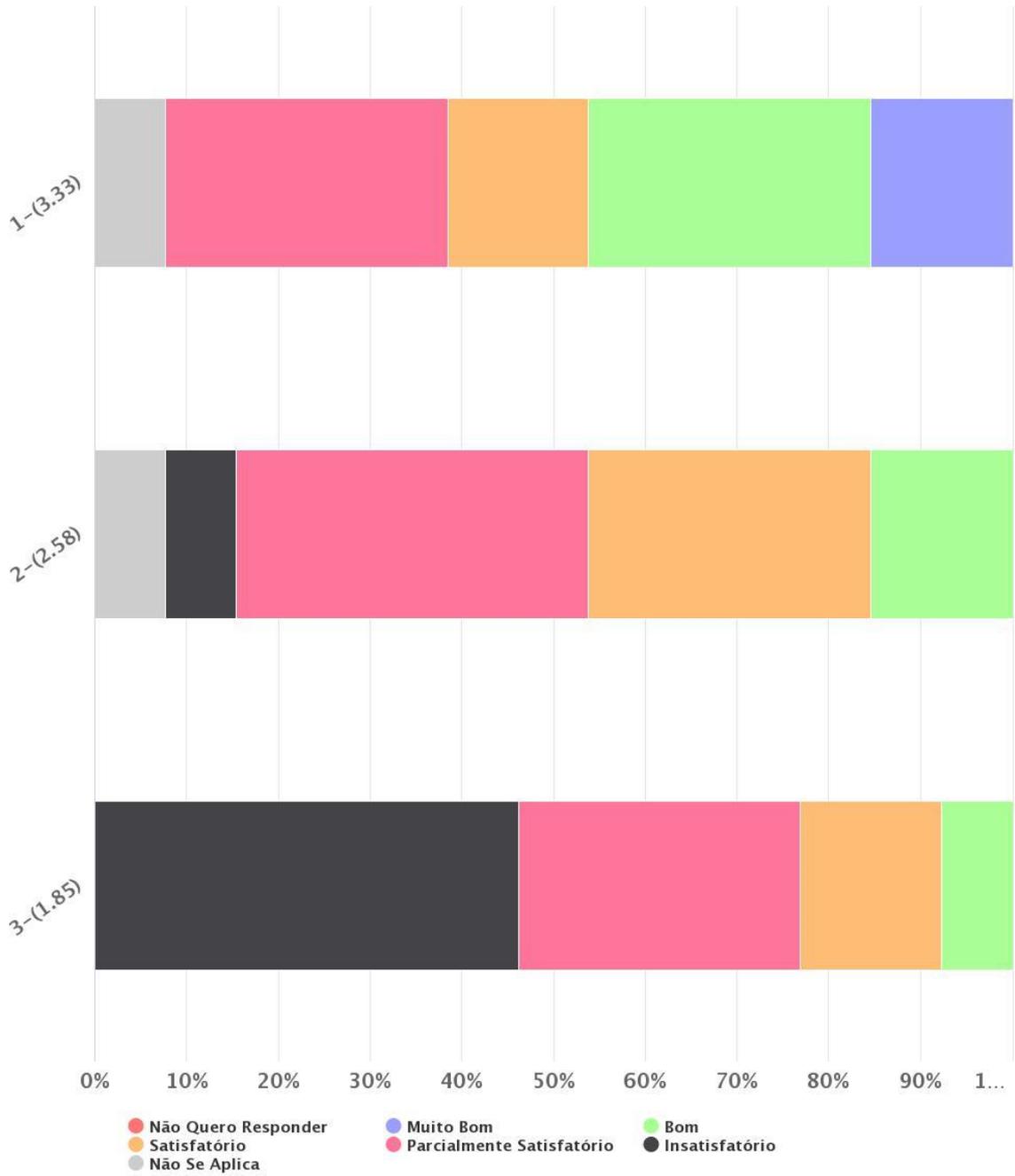
Fonte:

Além disso, são oferecidas monitorias para apoio pedagógico do acadêmico nas disciplinas com maior grau de dificuldade. A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca do apoio ao discente.

A discentes e docentes foi pedido que avaliassem a política de atendimento aos estudantes quanto aos seguintes pontos: (1) Programas de acolhimento e permanência (bolsas e auxílios); (2) Programas de acessibilidade (adaptação de espaços, equipamentos adaptados as deficiências, tecnologias assistivas); (3) Apoio psicopedagógico e (4) Sua execução em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição (este último foi aplicado somente aos docentes. Os dados estão compilados nos dois gráficos a seguir.

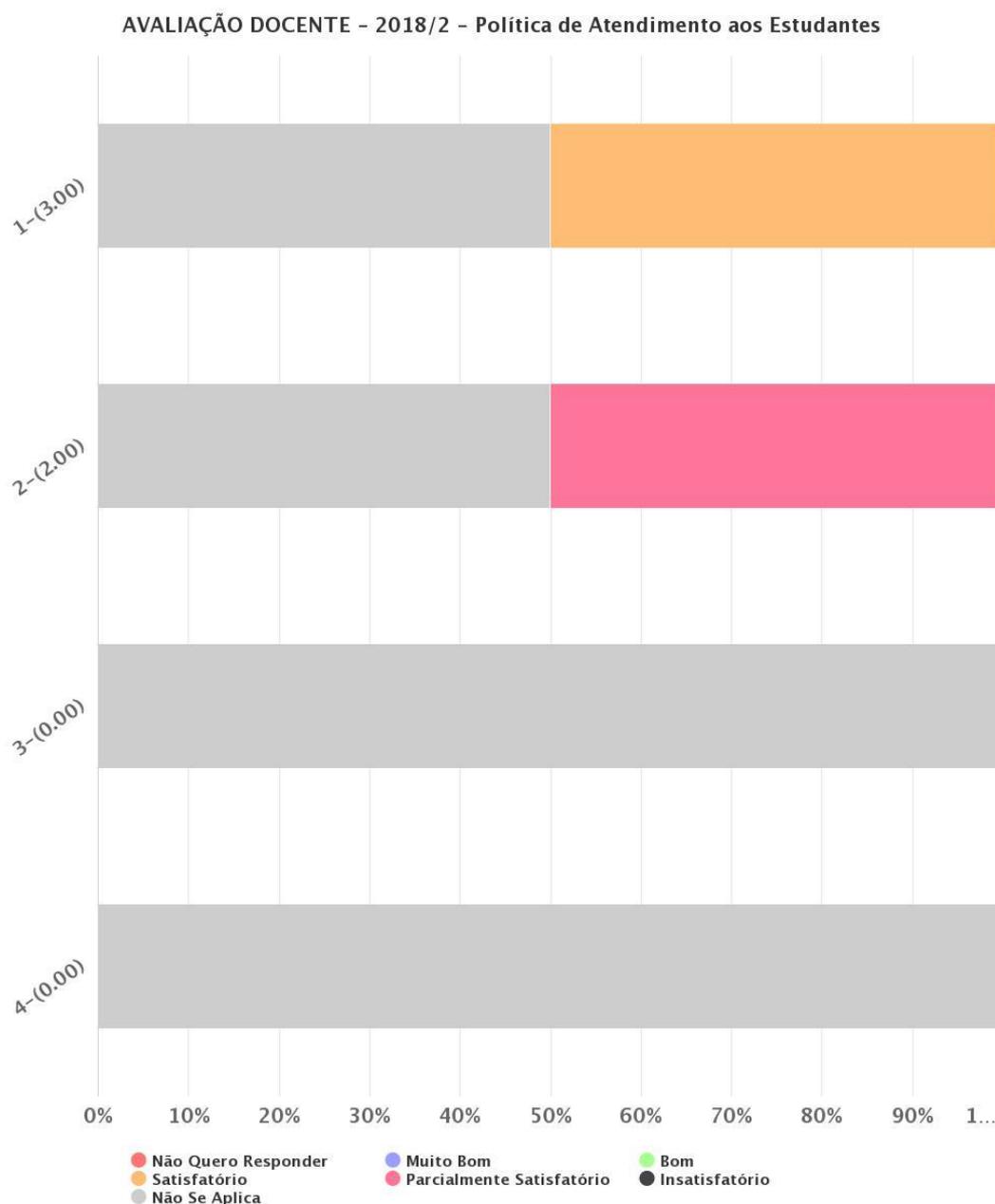
Gráfico 86 - Avaliação das políticas de atendimento aos estudantes pelos discentes

AVALIAÇÃO ESTUDANTE - PRESENCIAL - 2018/2 - Política de Atendimento aos Estudantes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 87- Avaliação das políticas de atendimento aos estudantes pelos docentes



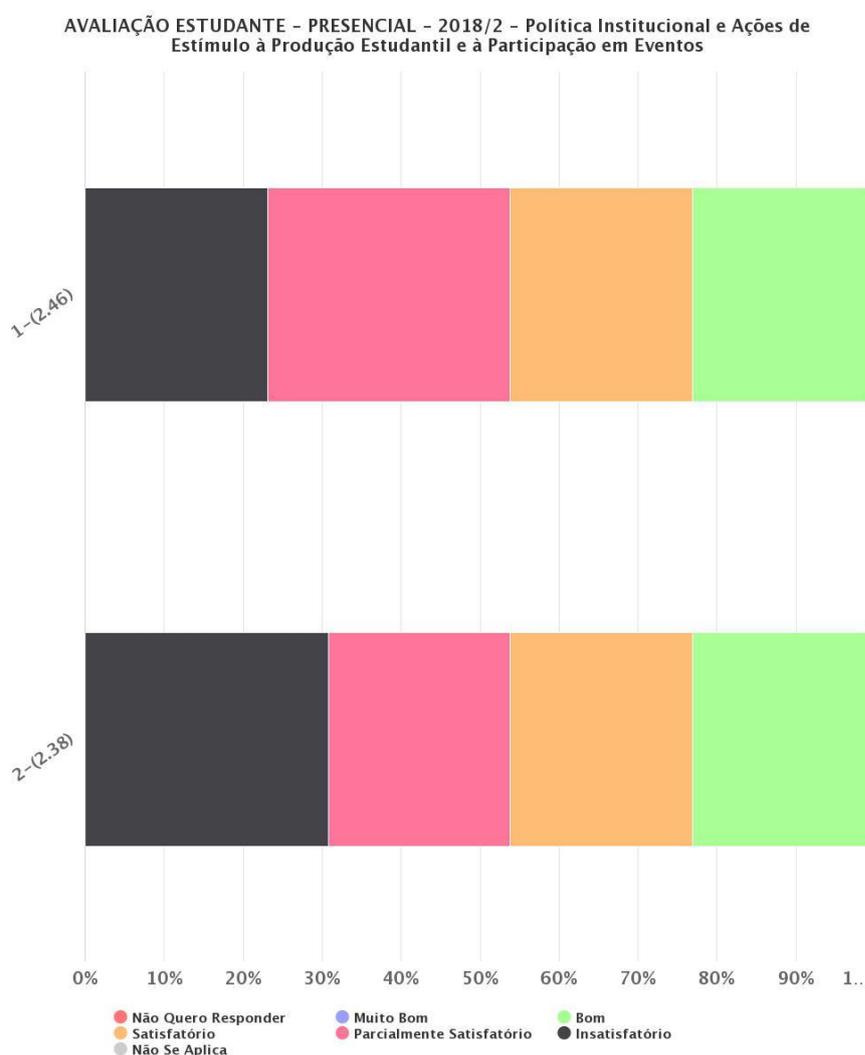
Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

O item acessibilidade foi avaliado como insatisfatório por docentes e discentes. Neste âmbito, é importante comentar que elementos de acessibilidade como piso tátil, rampas com apoio para as mãos, elevadores, banheiros adaptados, placas de informação em braille, entre outros, vêm sendo implementados nas dependências físicas do instituto, o que deve melhorar a impressão que a comunidade tem sobre este tópico. O item apoio psicopedagógico foi mal avaliado pelos discentes, enquanto que os docentes acreditam que ele não se aplica à

autoavaliação. Tais respostas sugerem que a comunidade acadêmica desconhece tais mecanismos de apoio ou não tem acesso a eles.

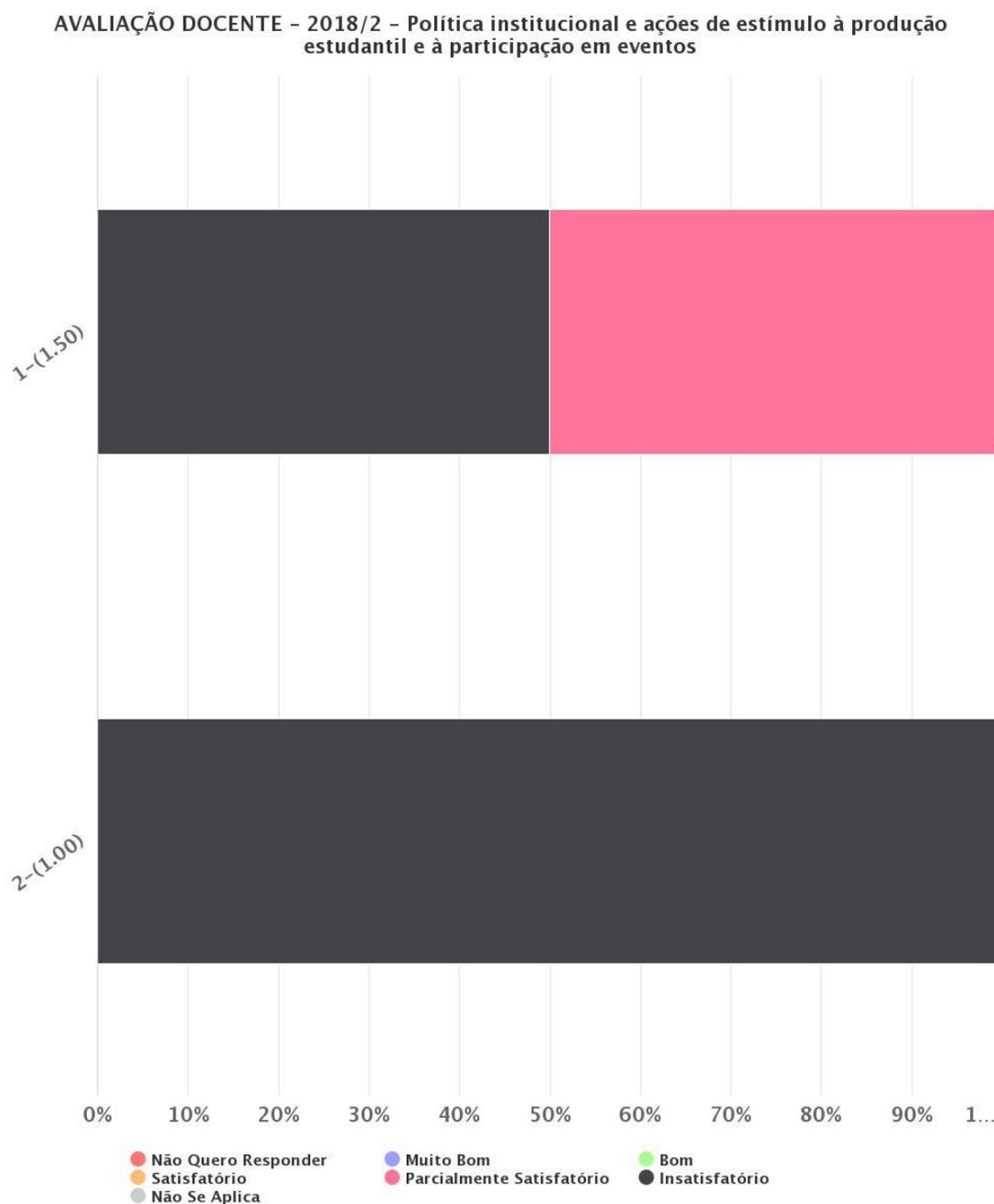
No que se refere à Política institucional e ações de estímulo à produção estudante e à participação em eventos, foram avaliados pelos docentes e discentes os seguintes pontos: (1) Apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional e (2) Apoio à produção acadêmica e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais. Os dados são mostrados nos dois gráficos que seguem.

Gráfico 88- Avaliação da política institucional e ações de estímulo à produção estudante e à participação em eventos pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Gráfico 89 - Avaliação da política institucional e ações de estímulo à produção estudante e à participação em eventos pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Ambos os itens são considerados insatisfatórios por docentes e discentes. Esta comissão entende que o enfrentamento de tais problemas não é somente da alçada da própria unidade setorial, o que é agravado pelo fato de que os montantes destinados à manutenção das instituições públicas de ensino superior vêm sofrendo cortes sucessivos desde 2014. Mesmo sabedora desta realidade, a CSA-INQUI sugere que, na medida do

possível, as pró-reitorias de graduação, pesquisa e pós-graduação e assuntos estudantis otimizem as políticas de distribuição de recursos em editais específicos para os discentes, por exemplo, através de sua divulgação em plataformas outras que o site institucional e o boletim oficial de serviços.

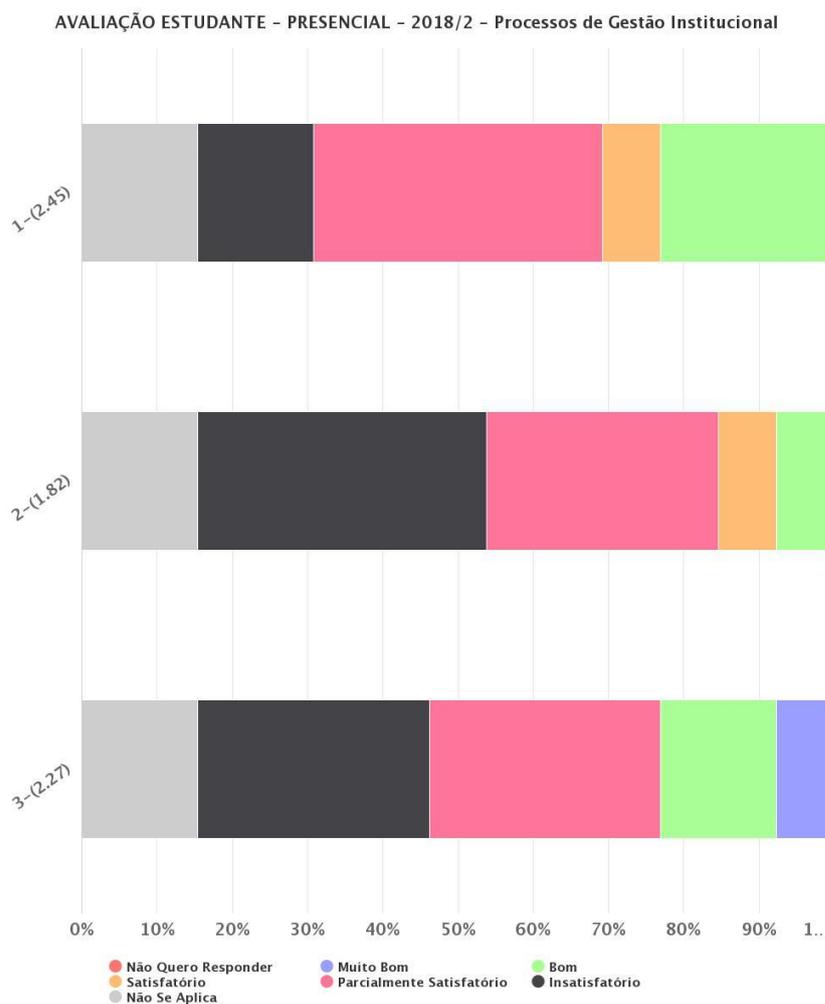
#### **4.4 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa**

O processo de avaliação dos cursos de graduação do INQUI (Bacharelado em Química Tecnológica e Licenciatura em Química) é feito semestralmente, embora esta comissão não tenha conhecimento da divulgação dos resultados pelas comissões anteriores. O curso de Engenharia Química começou as suas atividades no presente ano e ainda não passou por nenhum ciclo de avaliação.

A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca da gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

Aqui, os gráficos serão apresentados e comentados separadamente, uma vez que os itens avaliados são distintos. Os discentes foram consultados quanto à: (1) Participação de docentes, técnicos, estudantes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso) nos colegiados; (2) Divulgação das decisões colegiadas pela comunidade interna e (3) Utilização das decisões colegiadas pela comunidade interna

Gráfico 90 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos discentes

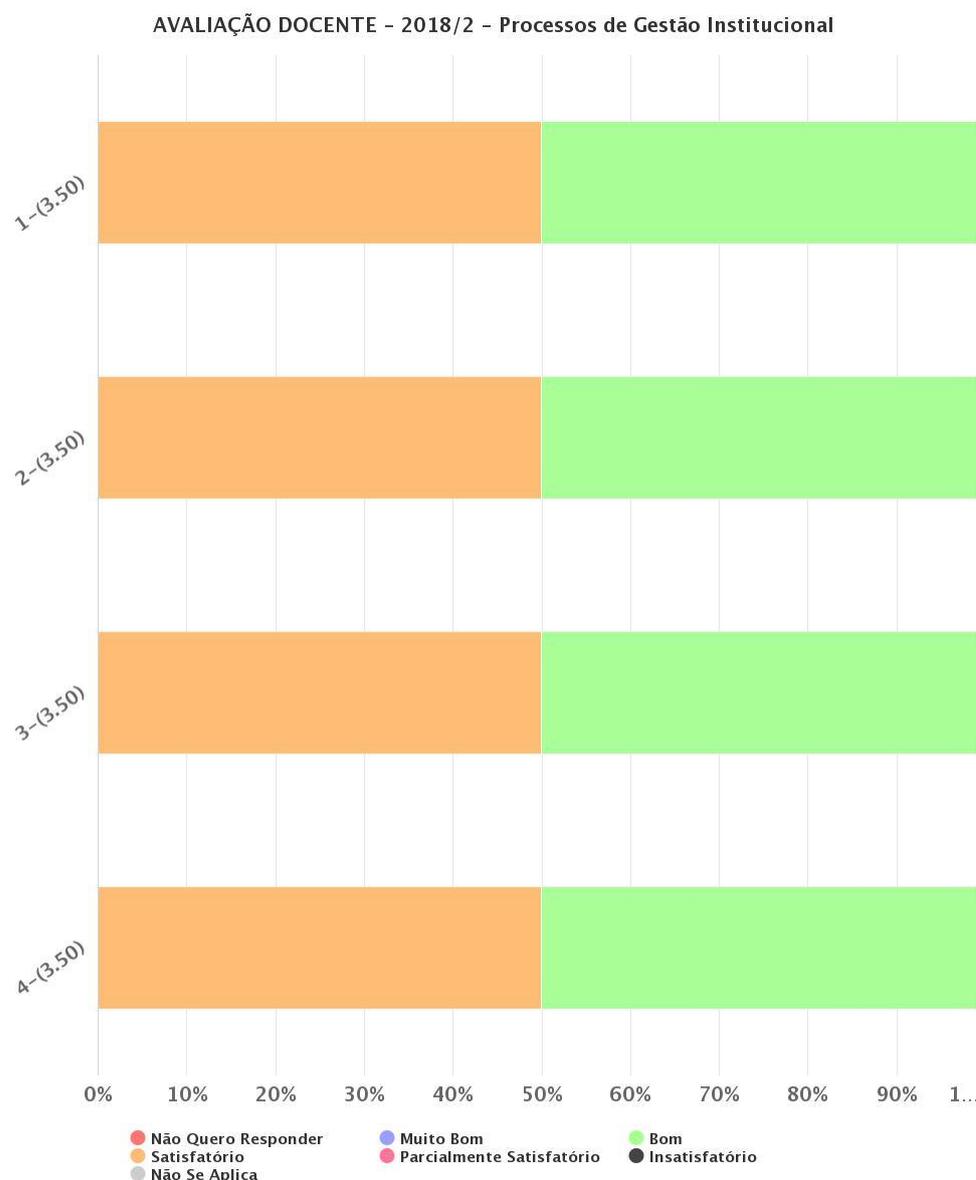


Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Os discentes consideram que os três itens são insatisfatórios, o que sugere que eles acham que a composição dos colegiados não é adequada; (2) que as decisões dos órgãos gestores não são suficientemente divulgadas na comunidade interna e que (3) consequentemente, estas informações não são utilizadas pela comunidade.

Os docentes foram consultados quanto ao (à): (1) Valorização da autonomia e da representatividade dos órgãos gestores e colegiados; (2) Participação de docentes, técnicos, estudantes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso) nos colegiados; (3) Regulamentação do mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e preveem a sistematização e divulgação das decisões colegiadas e (4) Apropriação (divulgação/utilização) das decisões colegiadas pela comunidade interna. Os resultados são graficados abaixo.

Gráfico 913 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Ao contrário da avaliação discente, os docentes consideram que os pontos relativos à gestão são satisfatórios, o que sugere que as decisões emanadas pelos comitês gestores da unidade são conhecidas no âmbito dos docentes, enquanto que os alunos não as conhecem. Uma vez que os alunos têm representação em todos os comitês e colegiados do INQUI, talvez uma maior integração entre os discentes e os seus representantes se faça necessária.

#### **4.5 Corpo docente e tutorial**

O corpo docente dos cursos de graduação da UFMS é composto por docentes da carreira do magistério superior (admitidos mediante aprovação em concurso público), docentes substitutivos (contrato temporário), docentes visitantes e docentes voluntários.

O corpo tutorial da UFMS é composto por bolsistas, admitidos mediante edital de processo seletivo, coordenado pela Sedfor, sem vínculo empregatício, conforme as orientações emanadas do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e normas específicas para a oferta de bolsas definidas no âmbito da Capes e do FNDE.

##### **4.5.1 Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

Os Colegiados de cursos de graduação da UFMS são órgãos deliberativos, responsáveis pela gestão dos cursos e compostos, conforme o Regimento Geral da UFMS, por no mínimo quatro e no máximo seis docentes e um representante discente.

O NDE não tem função deliberativa, mas exerce o importante papel de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Segundo a Resolução COEG nº 167, de 24 de novembro de 2010, o NDE é composto:

I - pelo Presidente do Colegiado de Curso, que presidirá o Núcleo; e II - por pelo menos quatro docentes pertencentes à Carreira do Magistério Superior da UFMS, que ministram aula no curso.

§ 1º Preferencialmente, docentes que tenham participado do Projeto Pedagógico do respectivo curso, desde a sua implantação.

§ 2º Para os cursos de tecnologia, 50% (cinquenta por cento) dos docentes, preferencialmente, que tenham experiência profissional fora do magistério.

§ 3º Para os cursos cujo quadro ainda seja insuficiente, poderão participar docentes de cursos homônimos ou afins, nesta ordem de preferência. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2010, p. 2).

A Tabela 26 apresenta a composição e estrutura do Colegiado e do NDE, por curso de Graduação.

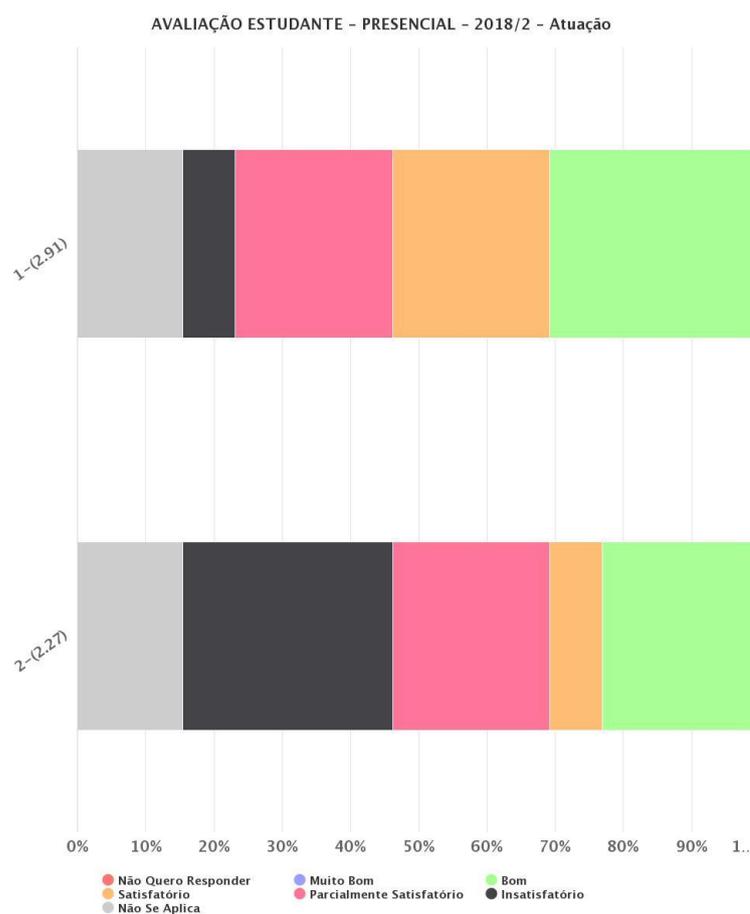
Tabela 26 - Número de docentes que compõem o Colegiado de Curso e NDE, Número de Estudantes que compõem o Colegiado de Curso, por curso de graduação do INQUI - 2018.

Cursos	Número de docentes que compõem o COLEGIADO DE CURSO	Número de estudantes que compõem o COLEGIADO DE CURSO	Número de docentes que compõem o NDE
Licenciatura em Química	04	01	06
Bacharelado em Química Tecnológica	04	01	06

Fonte: BSE UFMS

A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca da atuação do (1) NDE e (2) Colegiado de Curso. Os gráficos relativos a discentes e docentes são apresentados na sequência.

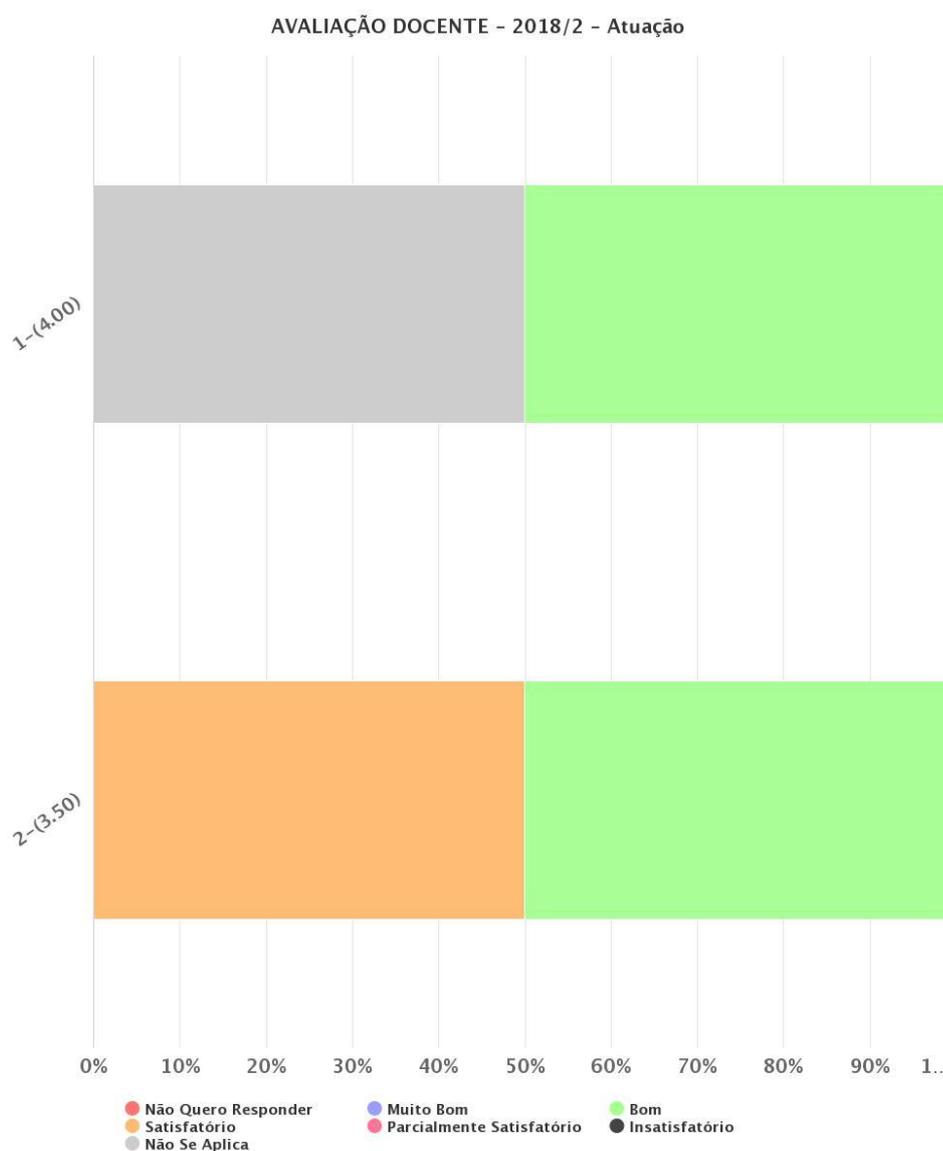
Gráfico 92 - Avaliação do NDE e Colegiado de Curso pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

Os discentes percebem a atuação do NDE e dos Colegiados de Curso como insatisfatória. De acordo com os (poucos) comentários abertos, a divulgação das resoluções deve ser melhorada e não há participação da comunidade dos processos decisórios. Segundo um dos participantes, “apenas os membros que decidem as pautas e os demais acatam, porque não temos nossa palavra ouvida”. Esta comissão considera importante que os órgãos gestores consultem a comunidade antes da tomada de decisões e que comuniquem as decisões emanadas de forma adequada.

Gráfico 93 - Avaliação do NDE e Colegiado de Curso pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A exemplo do item “gestão institucional”, há discrepância entre a percepção de alunos e docentes a respeito da atuação dos órgãos tomadores de decisão. Os docentes consideram que a atuação do NDE e dos colegiados dos cursos é satisfatória.

De forma geral, estes órgãos seguem as normas institucionais, são representados pelos diferentes segmentos do INQUI, reúnem-se com a periodicidade prevista pelo regimento e o conteúdo das reuniões (e eventuais decisões daí emanadas) é devidamente registrado. No entanto, percebe-se que estas informações não chegam à boa parte da comunidade discente. Felizmente, os aspectos negativos deste tópico podem ser facilmente sanados, desde que estes órgãos se reúnam regularmente com a comunidade discente para o esclarecimento de seu funcionamento e da regulamentação vigente. Outro ponto de resolução relativamente simples é a instrução do papel dos representantes discentes pelos demais membros dos órgãos gestores. É importante que os membros mais experientes, quais sejam docentes e técnicos, discutam com os representantes discentes sobre a sua atuação como agentes de difusão à comunidade discente dos resultados das reuniões.

Os NDEs dos dois cursos de graduação do INQUI são compostos por 6 representantes docentes de cada curso. Todos os membros docentes atuam em regime de tempo integral, sendo que 100 % destes possuem titulação *stricto sensu*. O coordenador (comum a ambos os cursos) é integrante dos NDEs. Cada NDE atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho. De forma a permitir a continuidade destes processos, os NDEs mantêm parte de seus membros desde o último ato regulatório.

#### **4.5.2 Atuação do(a) coordenador(a) de Curso de graduação**

Os(as) Coordenadores de curso de graduação, são eleitos pelos seus pares, entre os escolhidos para compor o Colegiado de Curso. As funções da coordenação de curso são definidas no Regimento Geral da UFMS e abrangem:

- Art. 19. Ao Coordenador de Curso de Graduação compete:
- I - elaborar os estudos necessários à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas

componentes da estrutura curricular, de acordo com o Projeto Pedagógico do curso;

II - encaminhar às Unidades da Administração Setorial as demandas de oferecimento de disciplinas;

III - acompanhar a execução do Projeto Pedagógico do curso;

IV - orientar e acompanhar a vida acadêmica;

V - acompanhar o desempenho dos estudantes do curso, encaminhando relatório ao Colegiado;

VI - assessorar as Unidades da Administração Central e da Administração Setorial em assuntos de administração acadêmica;

VII - coordenar a matrícula dos estudantes de seu curso;

VIII - assessorar as Unidades da Administração Setorial que oferecem disciplinas ao curso, bem como os respectivos professores, na execução do projeto pedagógico do curso e demais normas emitidas pelo Colegiado de Curso; e

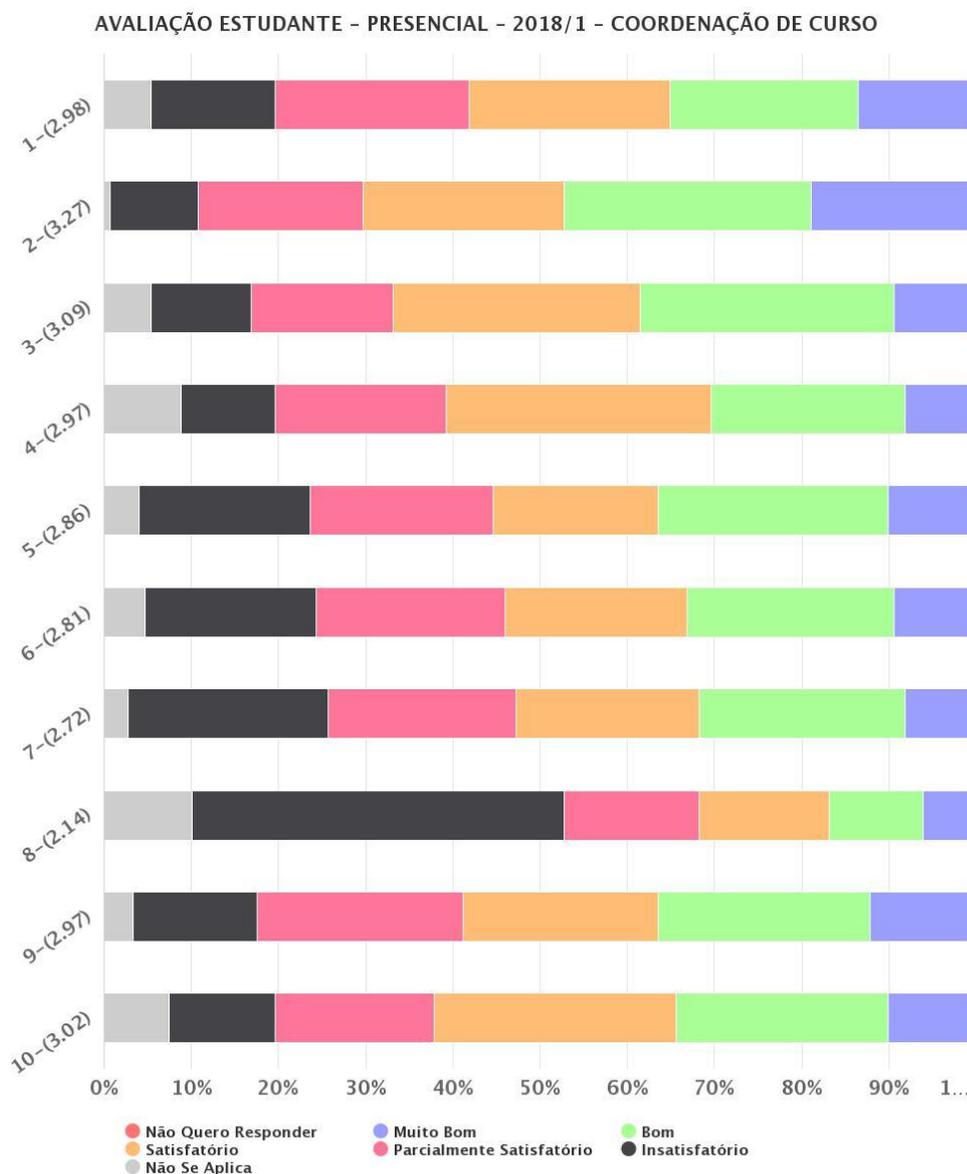
IX - zelar pelas informações mantidas no Sistema de Controle Acadêmico.

Os coordenadores de Curso de graduação a distância possuem outras atribuições específicas também previstas no Regimento Geral da UFMS.

O coordenador dos cursos de graduação do INQUI é doutor em Química pela Universidade de São Paulo e docente da UFMS em regime de dedicação exclusiva desde 2015. A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica sobre a Coordenação de Curso.

Aos estudantes de graduação, pediu-se que a coordenação do curso fosse avaliada quanto à(s): (1) Divulgação do projeto de desenvolvimento institucional (PDI) e do projeto pedagógico de curso (PPC); (2) Divulgação das informações sobre os horários e os locais de realização das disciplinas; (3) Gestão do curso considerando as ações propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão, previstas no PDI e no PPC; (4) Gestão do curso considerando os resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas (avaliação in loco do curso e Enade); (5) Orientação sobre as atividades de ensino (projetos, aulas de campo, PET, PIBID, entre outras) desenvolvidas na UFMS; (6) Orientações sobre as atividades de pesquisa (projetos, PIBIC, PIBITI, entre outras) desenvolvidas na UFMS; (7) Orientações sobre as atividades de extensão (projetos, eventos, ações de cultura e esporte, entre outras) desenvolvidas na UFMS; (8) Orientações e divulgação sobre os serviços de assistência estudantil (atendimento psicológico, odontológico, nutricional e de fisioterapia); (9) Disponibilidade e atenção aos acadêmicos e (10) Resolução dos problemas e/ou solicitações apresentados pelos acadêmicos.

Gráfico 94- Avaliação da Coordenação de Curso pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2018)

A coordenação de curso foi avaliada por um docente e para evitar que a discussão sobre a atuação do coordenador não se baseie numa opinião isolada, que pode eventualmente carregar um viés interpessoal, esta comissão decidiu não apresentar ou discutir os dados aqui.

## **5 BALANÇO CRÍTICO**

O balanço crítico consiste na autoavaliação da realização do planejamento e execução das ações de autoavaliação na unidade, permitindo a autoanálise da CSA sobre o que foi desenvolvido em 2018.

O ponto que mais chamou a atenção desta comissão foi a baixa adesão da comunidade acadêmica do Instituto de Química em 2018. Não entendemos a razão de tal problema, mas acreditamos que fatores como a substituição dos membros do CSA e do coordenador de graduação possam ter influenciado na pouca visibilidade dada ao processo.

Neste sentido, esta comissão se empenhará para demonstrar a importância deste processo junto à comunidade docente. No que diz respeito aos estudantes de pós-graduação, os dados disponíveis no SIAI/UFMS são confusos, pois embora constem respostas no campo disciplinas/desempenho docente, elas não estão presentes no relatório de resultados que compõem esta autoavaliação, sugerindo que (1) não houve adesão; ou (2) os dados compilados não são apresentados no sistema. Com relação aos estudantes de graduação, o total de respostas constantes no item “Relatório de acompanhamento – Sintético”, presente na plataforma SIAI, não coincide com o número de respostas relativas à estrutura da autoavaliação.

Apesar deste problema pontual, a autoavaliação tem que ser analisada como um processo histórico, e a partir deste enfoque é possível afirmar que várias políticas e estratégias de ação foram adotadas ao longo dos últimos anos como reflexo dos anseios da comunidade, expressos durante o processo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este relatório apresenta uma análise completa da situação atual do INQUI e de seus respectivos cursos.

Sua leitura é essencial para a comunidade acadêmica e, em especial, aos membros dessa comunidade que atuam na gestão das unidades e cursos, por permitir um processo reflexivo que deverá voltar-se à melhoria da qualidade do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão nas unidades – força motriz para o desenvolvimento da UFMS.

Esta CSA fará uma série breve de considerações, destacando os pontos fortes e as fragilidades do INQUI.

Pontos fortes:

- Atração contínua de pesquisadores que destacam entre seus pares. O PPGQ-INQUI é o programa de pós-graduação da UFMS que, isoladamente, tem o maior número de bolsistas de produtividade em pesquisa. Também atraímos três professores visitantes de alta produção científica (embora jovens) durante o ano de 2018;
- O Profqui é uma iniciativa fundamental para melhorar a qualidade dos nossos professores, embora os seus resultados ainda não possam ser mensurados;
- Tem havido esforço contínuo da direção, com apoio dos professores/pesquisadores do INQUI para a melhoria da infraestrutura e condições de trabalho destinadas à pesquisa e ao ensino. Como fruto do esforço de um grupo de docentes capitaneados pela Profa. Gláucia Braz Alcântara, em 2018 foi adquirido um espectrômetro de ressonância magnética nuclear de alto campo (500 MHz) que já se encontra em operação e representa um enorme salto na identificação de espécies moleculares;
- Excelente integração entre alunos de pós-graduação e graduação;
- Não temos problemas de dedicação parcial dos docentes no INQUI, o que permite que os nossos alunos disponham de fácil acesso aos docentes;
- A infraestrutura para a pesquisa é satisfatória, e tem havido um contínuo esforço dos entes envolvidos para melhorá-la;
- Atuação contínua dos NDEs no sentido de adequar as estruturas dos cursos aos anseios dos discentes e ao perfil profissional requerido pelo mundo do trabalho;

Fragilidades:

- Apesar dos esforços, ainda ocorrem altas taxas de reprovação em algumas disciplinas, que acabam por provocar a evasão de uma parcela significativa dos nossos alunos de graduação;
- A infraestrutura dos laboratórios de ensino é insuficiente para atender as demandas dos nossos cursos de graduação e de vários outros que são ofertados nas dependências do INQUI;
- A comunidade ainda tem que ser conscientizada que o processo de autoavaliação é a principal ferramenta para que seus anseios sejam ouvidos e para que ações estratégicas possam ser previstas e/ou tomadas em função das demandas que emergem deste processo.